

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO
SOCIAL**

BÁRBARA WEBER

**DE VOLTA AO CASULO DE *SER* ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO
TAQUARI: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS E FUNDAMENTOS DO
SERVIÇO SOCIAL**

Porto Alegre

2020

BÁRBARA WEBER

**DE VOLTA AO CASULO DE *SER* ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO
TAQUARI: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS E FUNDAMENTOS DO
SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra Thaisa Teixeira Closs

Porto Alegre

2020

Dedico este trabalho a todos os(as)
assistentes sociais do Vale do Taquari e
a todo(a) aquele(a) com quem ele(a)
trabalha.

AGRADECIMENTOS

Ruben Alves já diria que “não haverá borboletas se a vida não passar por longas e silenciosas metamorfoses”. Foram dois anos de lindas borboletas e saídas de casulos; algumas abruptas, com um impeachment, um Temer, um Bolsonaro, um COVID 19; outras por dentro, da natureza humana que mostra nossas fraquezas, mas também a resistência e a certeza de novas “lagartas”.

Agradeço ao meu amor Michel que viveu este mestrado comigo: por me ensinar novas formas de andar em Porto Alegre, sem Temer e, diante da minha performance interiorana na capital, sentindo meu medo e rindo dele, me encorajou.

Agradeço aos meus pais, que agricultores, me ensinaram os fundamentos da vida: a intenção da semente, seu tempo e a aceitação da colheita. Ao meu “pequeno irmão” Samuel e à Ariane, sou grata pelo carinho e afagos nestes tempos de isolamento. À criança Isabele, agradeço pela esperança na infância, por cantar comigo e contar histórias inesquecíveis. Sou grata aos meus sogros e cunhados(as) pelo apoio e torcida. A ti Elson, meu carinho e saudade é enviada pelos anjos.

Aos meus colegas de trabalho da Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social de Lajeado pela vibração positiva e aos colegas de mestrado eternizados neste “elevador” de emoções do mestrado. À Laís, por me ensinar a andar de bicicleta para “dentro e para fora da caverna”.

Sou grata a Thaisa Teixeira Closs, *minha* orientadora (que orgulho poder falar isso!), pelo conhecimento e didática, pela pergunta *o que mais tem te intrigado no trabalho?* por me guiar, parafraseando Iasi, nesta “Aula de Vôo”, me acolhendo nas vicissitudes da vida e pelas gargalhadas catárticas em meio ao caos. Não é descritível. Agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado, especialmente à Tatiana Reidel, a quem tive o prazer de conhecer na graduação e à Alzira Maria Baptista Lewgoy que me ensinou os primeiros passos em pesquisa quando aluna especial, tim *tim*. Um carinho especial à professora Jane Cruz Prates da PUCRS por trazer Marx com tanto primor e por estar presente neste processo.

E com todo carinho e identificação, agradeço a todos(as) assistentes sociais do Vale do Taquari, especialmente às colegas que participaram do grupo focal, a quem dedico meu eterno agradecimento: estamos juntos(as).

Por fim, honro a todas as pessoas com quem, nestes oito anos de profissão, me relacionei como: Bárbara Weber, assistente social.

*[...] O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa
a nos mostrar que para o vôo
é preciso tanto o casulo
como a asa.*

Mauro Iasi

RESUMO

A presente dissertação apresenta estudo sobre a materialização das competências profissionais no trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS, apreendendo as particularidades regionais, as condições e relações de trabalho, as competências profissionais exercidas e os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que iluminam. O estudo foi realizado a partir de amostra loco-regional da pesquisa censitária “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul” no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região. De enfoque quanti-qualitativo, ancorado no método-dialético crítico, o estudo que embasou a dissertação conjugou pesquisa bibliográfica, coletas mediante aplicação de questionários via plataforma Survey Monkey online e realização de grupo focal. A pesquisa bibliográfica analisou 821 artigos publicados entre os anos de 2018 a 2019, identificando somente 13 artigos com os descritores competências, habilidades e atribuições ao Serviço Social de forma articulada ao debate do trabalho do assistente social. Do conjunto de assistentes sociais participantes na pesquisa estadual, na região do Vale do Taquari obteve-se 89 profissionais respondentes, do total de 138 assistentes sociais na região, identificados via Núcleo do CRESS na região. Os dados quantitativos foram articulados com informações qualitativas, obtidas via dois encontros de grupo focal na região, com a participação de 10 assistentes sociais. Em termos do perfil profissional dos assistentes sociais, sua maioria são mulheres (96,62%), possuem idades entre 30 e 44 anos (60,82%), predominantemente brancas (92,13%), casadas(os) (34, 83%) e de religião católica (48,44%). Exercem em sua maioria trabalho na área de assistência social, com vínculo estatutário (44,78%). Os rendimentos em sua maioria, variam de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (22,39%). As menores faixa de renda, de R\$ 1.000,00 a R\$ 2.000,00 são percebidas por 8,96% e a maior faixa, de R\$ 11.000,00 a R\$ 13.000,00 por 1,49% dos profissionais. As competências mais exercidas no trabalho profissional são orientação e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos sociais (71,64%) e realização de estudos socioeconômicos, elaboração de relatórios e pareceres sociais (52,24%). Em relação às condições de trabalho, destacam-se os agravos à saúde mental, como depressão (50%) e outros (41,67%). Um percentual de 86,57% referem que seu objeto de trabalho são as relações sociais e familiares, tendo a teoria social marxista e método dialético-crítico como referenciais que orientam o trabalho (65,67%). Como totalização provisória, pode-se inferir que o conjunto dos dados revelam uma contradição entre o discurso de adesão ao marxismo e a sua expressão concreta no trabalho profissional, no desenvolvimento das competências profissionais. Tal contradição se expressa nas concepções atribuídas à definição do objeto profissional, nas concepções de teoria e método a partir de bases ecléticas que enfatizam a centralidade da dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, achados da pesquisa que indicam a importância de novos estudos sobre o ensino dos fundamentos, com ênfase para a mediação do método dialético-crítico no exercício das competências profissionais.

Palavras chaves: Fundamentos do Serviço Social. Questão social. Trabalho do assistente social. Competências profissionais.

ABSTRACT

This dissertation presents a study on the materialization of professional skills in the work of the social worker in the region of Vale do Taquari-RS, apprehending the regional particularities, working conditions and relationships, the professional skills exercised and the theoretical-methodological and ethical- illuminating politicians. The study was carried out from a loco-regional sample of the census survey "Profile, Training and Work of social workers in the state of Rio Grande do Sul" within the scope of the Regional Council of Social Service - CRESS 10^a Region. With a quantitative and qualitative approach, anchored in the critical dialectical method, the study that supported the dissertation combined bibliographic research, collections through the application of questionnaires via the Survey Monkey online platform and the realization of a focus group. The bibliographic research analyzed 821 articles published between the years 2018 to 2019, identifying only 13 articles with the descriptors competencies, skills and attributions to Social Work in an articulated way to the debate of the work of the social worker. From the set of social workers participating in the state survey, in the region of Vale do Taquari, 89 respondents were obtained, out of a total of 134 social workers in the region, identified via the CRESS Center in the region. Quantitative data were articulated with qualitative information, obtained through two focus group meetings in the region, with the participation of 10 social workers. In terms of the professional profile of social workers, the majority are women (96.62%), aged between 30 and 44 years (60.82%), predominantly white (92.13%), married (34, 83%) and Catholic (48.44%). Most of them work in the social assistance area, with a statutory bond (44.78%). Most income ranges from R \$ 2,001.00 to R \$ 3,000.00 (22.39%). The lowest income bracket, from R \$ 1,000.00 to R \$ 2,000.00, is perceived by 8.96% and the highest bracket, from R \$ 11,000.00 to R \$ 13,000.00 by 1.49% of professionals. The most exercised competences in professional work are guidance and monitoring of individuals, families and social groups (71.64%) and carrying out socioeconomic studies, preparing reports and social opinions (52.24%). Regarding working conditions, mental health problems stand out, such as depression (50%) and others (41.67%). A percentage of 86.57% refer that their object of work is social and family relations, with the Marxist social theory and dialectical-critical method as references that guide the work (65.67%). As a provisional totalization, it can be inferred that the set of data reveals a contradiction between the discourse of adherence to Marxism and its concrete expression in professional work, in the development of professional skills. Such contradiction is expressed in the conceptions attributed to the definition of the professional object, in the conceptions of theory and method based on eclectic bases that emphasize the centrality of the technical-operative dimension of professional work, research findings that indicate the importance of new studies on teaching of the fundamentals, with emphasis on the mediation of the dialectical-critical method in the exercise of professional skills.

Key words: Fundamentals of Social Work. Social issues. Social worker work. Professional skills.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese analítica dos paradigmas da qualificação e de competências.	79
Quadro 2: Caracterização das produções segundo autoria, ano e conteúdo.....	86
Quadro 3: População por faixa etária no Vale do Taquari: 2000 - 2014.....	104
Quadro 4 - Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família 2016.	107
Quadro 5: Cenário quantitativo dos presídios da Região do Vale do Taquari.	109
Quadro 6: Exercício das competências no trabalho do assistente social do Vale do Taquari	137
Quadro 7: Competências profissionais referidas no grupo focal	147
Quadro 8: Objeto(s) de trabalho identificados no grupo focal	155
Quadro 9: Referenciais teóricos “compartilhados”	157
Quadro 10: Do(s) método(s) de trabalho do assistente social no Vale do Taquari	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari	19
Tabela 2: Caracterização das produções sobre competências (2013 a 2016).....	84
Tabela 3 - Caracterização das produções sobre competências (2017 a 2019).....	85
Tabela 4 - Quantidade de artigos publicados nas 11 revistas de Serviço Social (1993 a 2019)	85
Tabela 5: Distribuição dos respondentes por município de residência.....	112
Tabela 6: Distribuição por instituição de ensino em Serviço Social na região....	116
Tabela 7: Instituições de formação dos profissionais do Vale do Taquari.....	117
Tabela 8: Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari.....	119
Tabela 9: Natureza da instituição em que trabalha, tipo de vínculo e política predominante.	124

Tabela 10: Fundamentos teóricos do trabalho dos assistentes sociais no Vale do Taquari	157
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhadores formais por faixa salarial no Vale do Taquari (2013).....	107
Gráfico 2: Distribuição por faixa etária dos respondentes.	113
Gráfico 3: Carga horária de trabalho do assistente social no Vale do Taquari....	125

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. VIAGEM DE VOLTA: O “PASSADO-PRESENTE” NOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	22
2.1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DAS DÉCADAS ENTRE 1930 E 1945 ...	24
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS ENTRE 1945 E 1964	28
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS ENTRE 1960 E 1984	35
2.4 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS POSTERIORES À REDEMOCRATIZAÇÃO.....	43
3. “O SABER QUE NÃO SE SABE?”: OS FUNDAMENTOS MARXIANOS E O SERVIÇO SOCIAL	50
3.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E ESTATUTO ASSALARIADO	57
3.2.1 A noção de Competência Profissional: uma breve contextualização.....	72
3.2.2 O Serviço Social e a lógica da competência: aproximações para o debate	80
4. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: SUA EXPRESSÃO NO VALE DO TAQUARI	101
4.1 O VALE DO TAQUARI COMO LOCUS DA PESQUISA.....	101
4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO TAQUARI.....	112
5. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO TAQUARI	120
6. AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO TAQUARI E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA ANÁLISE	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169
APENDICES	181
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Grupo Focal...	181
Apêndice B - Roteiro Grupo Focal- Nucess Vale Do Taquari.....	182

ANEXOS	183
Anexo A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido- Questionário.....	183
Anexo B - Roteiro Do Questionário	184

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto de pesquisa sobre as competências profissionais e os Fundamentos do Serviço Social, desenvolvida a partir do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS. Articula-se ao projeto de pesquisa “Fundamentos do Serviço Social e competências profissionais: uma relação necessária no trabalho do assistente social”, sob coordenação da professora da UFRGS, Thaisa Teixeira Closs. Adensa tal eixo na pesquisa estadual “Perfil, Formação e Trabalho do(a)s assistentes sociais no estado do Rio Grande do Sul” no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, sob coordenação da professora Tatiana Reidel, através de amostra loco-regional realizada junto a região do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul. O estudo se origina de questões motivacionais delineadas pela trajetória pessoal acadêmica e profissional da mestrand¹, que puderam ser amadurecidas pela análise do tema a partir na produção intelectual em Serviço Social, conjugando a pesquisa bibliográfica teórica com a reflexão sobre os desafios teórico-práticos vivenciados no trabalho profissional em Serviço Social na região em que foi desenvolvido o estudo. A inquietação com o tema emerge do exercício da competência de gestão para o desempenho da “função de responsável técnica social” em programa de habitação², experiência marcada, na época, pelo acompanhamento do processo exponencial de precarização do trabalho terceirizado dos “executores” do programa, bem como pela frágil vinculação deste trabalho com processos estratégicos, operacionais e políticos de “ações continuadas” de outras políticas sociais. Alia-se a essa vivência e experimentação de certa “impotência”, diante da restrição da relativa autonomia profissional dadas as condições de trabalho na região, em construir espaços de problematização ética e política diante das disputas políticas vivenciadas na região.

¹ Percebe-se contemplada por Santos (2013, p. 94) quando a mesma refere que a categoria “se ressentida dos conhecimentos que obteve na formação não estarem adequados ou apropriados às requisições feitas pelo mercado de trabalho (SANTOS, 2013, p. 94).

² O trabalho foi realizado junto “à demanda” dos projetos técnico-sociais, dois maiores empreendimentos habitacionais do Vale do Taquari, primeira iniciativa do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 da cidade de Lajeado.

Além disso, a presença de contradições entre as atribuições e competências do(s) programa(s) e da profissão sinalizaram desafios para o desenvolvimento de trabalho na comunidade/território, dentre outros, pela fragmentação dos indivíduos, em condomínios, em famílias, demandas, em segmentos (por ciclos/faixas de vida, beneficiários de programas específicos, sintomas escolares e de saúde), com respeitosa, mas especial crítica ao “kit SUAS” (GUERRA, 2016, p. 306), que tem pautado as diretrizes cotidianas de trabalho dos assistentes sociais, impactando nas competências e concepções teórico-metodológicas.

A este cenário analítico aliaram-se tendências “familistas” da política de assistência social e da fragilidade de competência teórica em realizar a crítica à influência acadêmica sistêmica aprendida e pretensamente “aplicada” no trabalho via processo de formação graduada “plural”. Este foi o solo histórico que fez emergirem evidências da necessidade de perquirir elementos em torno do que corrobora Santos (2013) como uma espécie de dilema da mediação teórico-prática em Serviço Social.

A pós-graduação *stricto sensu* representou oportunidade de adensamento teórico em torno do objeto Serviço Social e, humildemente, “uma segunda graduação” a partir de outras lentes de leitura de sua história, seu projeto profissional e direção social, continuidades e rompimentos. Assim, partindo do fetiche de “aprimorar” políticas e de criar um “metodologismo comum”, o mestrado concedeu “asas intelectuais” e uma “volta ao casulo”, resgatando o que significa ser assistente social, a partir de outras perspectivas que aquelas apreendidas na graduação. Estes elementos, confluídos no processo de orientação, possibilitaram a delimitação do tema em torno das competências profissionais no trabalho do assistente social e sua discussão à luz dos fundamentos do Serviço Social.

A partir da pesquisa bibliográfica em onze³ principais revistas da área, como será detalhado ao longo da dissertação, observou-se a diminuta expressão de estudos sobre as competências profissionais e os fundamentos do Serviço Social. Closs (2017) aferiu que de 2031 artigos publicados nas onze principais revistas brasileiras da área de Serviço Social, entre os anos de 1993 a 2013, identificou-se que 324 artigos possuem descritores relacionados aos Fundamentos do Serviço Social e apenas 0,49% destes tem como descritor “Fundamentos do Serviço Social”.

³ Análise do acervo on-line das revistas das seguintes revistas: Em pauta (UERJ), Katálisis (UFSC), Libertas (UFFJ), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP- Franca), Serviço Social em Revista (UEL), Textos e Contextos (PUCRS), Teoria

Closs, Serqueira, Pacheco (2017) verificaram que a produção sobre competências profissionais no trabalho, articuladas aos Fundamentos do Serviço Social, é igualmente diminuta, representando 21 artigos o que corresponde a 0,96% do universo de 2180 artigos publicados até o ano de 2016 e que contém como descritores “Competências”, “Atribuições” e/ou “habilidades” profissionais. A maioria destes artigos (52,5%) debatem competências profissionais em diferentes políticas sociais e espaços sócio- ocupacionais. A partir da pesquisa bibliográfica da mestranda, dando continuidade a esse estudo, identificou-se nos anos de 2017 a 2019 que apenas 13 artigos articularam os descritores “competências, habilidades e atribuições” ao Serviço Social ou ao trabalho do assistente social, representando 1,58% do universo de 821 artigos publicados no período, ratificando os achados de Closs (2017), de “uma contradição em processo” entre a matriz crítico-analítica de leitura da realidade e suas mediações com a formação e o trabalho profissional.

Silveira (2013) na pesquisa que realiza em torno do modelo de competência no trabalho junto às políticas de saúde, assistência social e educação, refere a incorporação do discurso da competência por áreas ou políticas sociais, embora se propague a necessária dimensão teórico-metodológica e ético-política, em um cenário de flexibilização e precarização do trabalho e formação do assistente social. Os instrumentos legais enquanto dispositivos legais legitimadores do Projeto Ético-Político (Lei de Diretrizes Curriculares, Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética), não tem respaldado o cotidiano profissional, segundo 39,69% dos profissionais pesquisados (CFESS, 2005), corroborando Torres (2007), que revela o pouco conhecimento dos profissionais da Lei de Regulamentação da Profissão. Prates e Closs (2015, p. 12) demonstram que as condições e as relações de trabalho contemporâneas acarretam o tensionamento do trabalho profissional “às demandas do mercado restringindo a potencialidade de sua ação nos marcos do projeto ético-político profissional”. Restam prejudicados o adensamento em torno de mediações e particularizações desta matriz no exercício profissional e, conforme Santos (2013), maior crítica à *qualidade* teórica, ética e política no manuseio dos instrumentos.

Este conjunto de problemáticas provocaram a análise da materialização das competências profissionais no trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS. Para tanto, considerou-se a importância da angulação investigativa para as relações e condições de trabalho do assistente social, analisando as particularidades da região do Vale do Taquari, bem como a ênfase para a compreensão das tendências teórico-metodológicas e ético-políticas que têm iluminado o trabalho profissional nos diferentes espaços sócio ocupacionais.

Diante do exposto, definiu-se o seguinte problema de pesquisa: *Como se materializam as competências profissionais no trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS, considerando os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos numa conjuntura de precarização e retrocesso* em diferentes espaços de trabalho? Para conferir maiores aproximações, algumas questões favoreceram a investigação: Quais são as relações e condições de trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS? Quais as competências profissionais desenvolvidas no trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS? Que fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos iluminam o desenvolvimento destas competências?

Como objetivo geral, pesquisa procurou analisar a materialização das competências profissionais do trabalho do assistente social na região do Vale do Taquari-RS, considerando a mediação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, com vistas ao desvendamento de possibilidades de qualificação profissional, numa conjuntura de precarização e retrocesso que impactam e se materializam no âmbito das políticas sociais e espaços de trabalho onde os assistentes sociais se inserem. Como objetivos específicos para responder ao problema, estiveram a identificação das relações e condições de trabalho, a análise de quais competências profissionais são desenvolvidas e a apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que iluminam o desenvolvimento destas competências do assistente social, na região do Vale do Taquari-RS.

Assim, [...] por mais objetivo que possa parecer, por mais “ingênuo” ou “simples” nas pretensões, é norteado por um arcabouço teórico que informa a escolha do objeto, todos os passos e resultados teóricos e práticos” (MINAYO,

1996, p. 37). Parte-se portanto de uma concepção⁴, de uma linha de pensamento⁵, aqui procurando aproximar o processo ao conjunto teórico-metodológico e ético-político de Marx, através das categorias analíticas da historicidade, contradição e totalidade.

A pesquisa foi motivada por questões teórico-práticas, lançando mão do método dialético-crítico e suas categorias de análise realidade. A *totalidade* dos fenômenos sociais conduz à apropriação integral destes, à medida em que se parte da perspectiva do movimento do real “em espiral” cujo motor é a *contradição*. A “contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa” (LEFEVBRE, 1991, p. 238): é através da *mediação* dos múltiplos contraditórios da realidade social que se possibilita a apreensão do movimento da singularidade dos fenômenos sociais/necessidades. A perspectiva de *historicidade*, promove a sua conexão (particularização) à *universalidade* estrutural concreta e dinâmica da vida social no sistema capitalista. (LEFEVBRE, 1991). A riqueza do método logo reside:

[...] em aportar elementos que nos auxiliam a desvendar o real e, ao mesmo tempo, orientar processos interventivos. A análise da realidade é necessária ao processo interventivo, porém, mais do que contribuir para o processo de análise, o método aporta elementos que nos auxiliam a intervir, exatamente porque suas categorias fundamentais emanam da realidade. E isto é essencial às profissões interventivas, como o Serviço Social. (PRATES, 2012, p. 127).

Assim, para o alcance dos objetivos da investigação, considerando as bases teórico-metodológicas do pensamento marxista e as categorias norteadoras da investigação, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, procurando conjugar dados qualitativos e quantitativos, a partir de um enfoque

⁴ As concepções são moldadas pela área do conhecimento do aluno, pelas crenças dos orientadores e dos professores em uma área do aluno e pelas experiências que tiveram em pesquisa (CRESWELL, 2010, p. 28). A concepção filosófica que caracteriza o pensamento marxiano (dentro outros escritores) foi chamada de reivindicatória e participatória, conceito surgido nas décadas de 1980 e 1990, a partir de indivíduos que acreditavam que as construções pós-positivistas impunham leis e teorias estruturais que não se ajustavam ao indivíduos de nossa sociedade ou às questões de justiça social que precisavam ser abordadas (CRESWELL, 2010, p. 32).

⁵ Podemos dizer que nenhuma das linhas de pensamento sobre o social tem o monopólio de compreensão total e completa sobre a realidade. A ela nos acedemos sempre por aproximação e usando a frase de Lênin, citada por Lukács, afirmamos que “a marcha do real é filosoficamente mais verdadeira e mais profunda do que nossos pensamentos mais profundos” (LUKÁCS, 1967 apud MINAYO, 1992, p. 37).

misto⁶. A pesquisa bibliográfica⁷ foi conjugada na revisão teórica do tema de estudo, com ênfase para a categoria “competências profissionais”. Os dados quantitativos foram obtidos mediante questionários que compõem o escopo investigativo da pesquisa estadual de enfoque censitário, realizada através da plataforma Survey Monkey online, já referida, destinado à totalidade de assistentes sociais inscritos no CRESS-RS.

Foram analisados as respostas⁸ dos profissionais dos 36 municípios do Vale do Taquari, totalizando 89⁹ respondentes. A representação dos dados quantitativos foi realizada via tabelas, gráficos e descrições e análise estatística, integrada com os dados qualitativos do grupo focal, cujo tratamento foi realizado a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009). O conjunto dos dados foram integrados na exposição e análises realizadas nos capítulos.

O grupo focal¹⁰ foi realizado através de amostra não-probabilística intencional por quotas¹¹, priorizando-se a heterogeneidade por natureza de trabalho do assistente sociais no vale do Taquari, mediante tópico-guia que encontra-se nos apêndices. Para tanto, foi realizado levantamento quanti-qualitativo por natureza de trabalho, realizada entre os anos de 2018 e 2019, a partir de registros de contato de

⁶ Pesquisas com enfoque misto são quanti-qualitativas, devendo “valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se com outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária” (PRATES, 2012, p. 123).

⁷ O processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade. Assim como vincula pensamento e ação já que ‘nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática’ (MINAYO, 2001, p. 17) (LIMA, MIOTO, 2007, p.39)

⁸ Os dados da pesquisa estadual foram filtrados em 15 de janeiro de 2020 abrangendo os 36 municípios do Vale do Taquari. Taquari compõe o NUCRESS independente, cujos dados não foram computados na pesquisa.

⁹ Aqui não incluímos os assistente sociais de Taquari que compõe Núcleo de Base próprio.

¹⁰ Refere-se a “uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001) (GONDIN, 2003, p. 151).

¹¹ Esta técnica de amostragem não usa formas aleatórias de seleção. É intencional, já que não aceita generalizações, mas importa-se com a opinião de elementos da população, aqui, de assistentes sociais de diferentes espaços sócio ocupacionais. As quotas priorizaram a heterogeneidade de ampla representatividade por espaços sócio ocupacionais (MARCONI, LAKATOS, 1986).

profissionais junto ao NUCRESS, comumente vinculado ao CRAS¹². O levantamento usou a técnica da bola de neve¹³, a partir da qual chegou-se a identificação de 12 naturezas ocupacionais de trabalho distintas, totalizando 138 assistentes sociais, cuja distribuição pode ser verificada na tabela abaixo:

Tabela 1 - Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari

Espaço ocupacional	Nº de profissionais
1 Proteção Social Básica de Assistência Social (CRAS)	67
2 Entidades do Terceiro Setor	20
3 Atenção Especializada em Saúde	12
4 Atenção Básica em Saúde	09
5 Atenção Hospitalar	06
6 Proteção Social Especial de Média Complexidade de Assistência Social (CREAS)	08
7 Gestão	05
8 Judiciário	02
9 Previdência	02
10 Sistema penitenciário	04
10 Empresas privadas	02
12 Habitação	01
Total	138

Fonte: NUCRESS Vale do Taquari (2019)

A tabela mostra que de um total de 138 respondentes, vinculam-se 75 à área de assistência social, 27 à área da saúde, que somados aos vinculados à Previdência, totalizam 105, ou seja, a grande maioria na área da seguridade social, restando 20, no terceiro setor e 6 na área de segurança. Este levantamento possibilitou a amostra quanti-qualitativa do número de profissionais por município do Vale do Taquari por espaços sócio ocupacionais, previamente à coleta estadual para organização de grupo focal, cujo roteiro priorizou atender aos três objetivos

¹² Em tese, supunha-se que pelo menos uma assistente social haveria no município. Considerando o advento do SUAS, o contato se direcionava ao CRAS quando em algum município do Vale do Taquari não havia nenhuma assistente social.

¹³ A amostragem em bola de neve pressupõe que há uma ligação entre os membros da população dado pela característica de interesse, isto é, os membros da população são capazes de identificar outros membros da mesma (DEWES, 2013, p. 10).

específicos desta pesquisa, adensando especialmente um dos objetivos do projeto estadual que é de conhecer como se constitui o trabalho dos assistentes sociais considerando os fundamentos e as competências profissionais e encontra-se nos anexos.

Uma vez selecionados por espaços, realizou-se um sorteio para amostra não-probabilística por quotas, priorizando-se a maior heterogeneidade possível, sendo sorteado um profissional por natureza de trabalho, totalizando 12 profissionais. Dos 12 convidados e confirmados para o grupo focal, houve a participação efetiva de 10 participantes, em função de atravessamentos de logística (enchente no primeiro encontro) e intercorrências alegadas por outros compromissos. No primeiro encontro, participou um representante de cada espaço, exceto da habitação e da atenção especializada em saúde (hospital): 1 da proteção social básica (CRAS); 1 da proteção social especial de média complexidade (CREAS); 1 da proteção social especial de alta complexidade (acolhimento institucional de crianças e adolescentes pelo terceiro setor); 1 da gestão; 1 da atenção básica em saúde (UBS), 1 da atenção especializada em saúde (CAPS), 1 do sistema penitenciário; 1 da previdência social; 1 de empresa privada; e 1 do poder judiciário. No segundo encontro, houve a participação de oito profissionais: não puderam comparecer a representante da atenção hospitalar, da gestão e atenção especializada em saúde (CAPS). Participou do segundo encontro, a representante da política de habitação. O tratamento dos dados do grupo focal foi realizado através da análise de conteúdo análise de conteúdo para dados qualitativos (BARDIN, 2009).

Os primeiros três capítulos subsequentes a se introdução se propõem à revisão teórica sobre competências e fundamentos do Serviço Social. No Capítulo 2, se busca, à luz da história, revisar os desdobramentos das condições conjunturais políticas, econômicas e sociais no Brasil de forma articulada com as matrizes e tendências do pensamento social em seus vínculos com os Fundamentos do Serviço Social.

No Capítulo 3 problematiza-se a categoria trabalho mediada com o Serviço Social, abordando a condição de trabalhador assalariado do assistentes sociais e seus rebatimentos na perspectiva do projeto ético-político. No Capítulo 4, adensa-se o debate da competência profissional, problematizando suas expressões contemporâneas na produção de conhecimento em Serviço Social através de pesquisa bibliográfica e reflexões sobre as tendências desta lógica na gestão do trabalho e na formação na atualidade.

No Capítulo 5 é apresentado o processo e resultados da pesquisa que analisa sobre o trabalho, as competências e fundamentos profissionais na região do Vale do Taquari. Parte-se da caracterização da região e dos condicionantes concretos do trabalho, realizando-se contextualização do perfil profissional da região. Em seguida, analisa-se as tendências sobre o exercício das competências profissionais, considerando os diferentes processos de trabalho em que se inserem, bem como suas concepções profissionais, com ênfase para dimensões teórico-metodológicas referentes ao objeto profissional e matrizes teóricas que fundamentam o trabalho. Por fim, as considerações finais sistematizam os principais achados da pesquisa, tematizando aspectos centrais da revisão teórica e pesquisa bibliográfica, bem como das tendências profissionais identificadas na região que foi lócus do estudo.

2. VIAGEM DE VOLTA: O “PASSADO-PRESENTE” NOS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Recorrer à contextualização histórica da realidade social e do Serviço Social requer um método, o método crítico-dialético, “porque toda a reflexão sobre a realidade social resgata o aqui, o agora e o antes, e o daqui a pouco. É o pretérito imediato num longínquo” (IANNI, 2011, p. 399). Desse modo, busca-se revisitar sinteticamente a conjuntura histórica brasileira, as diferentes matrizes do pensamento social e as tendências assumidas pela profissão no trabalho e materializadas nas competências profissionais em diferentes espaços sócio-ocupacionais até a contemporaneidade.

O Serviço Social brasileiro, enquanto profissão e área do conhecimento¹⁴, estrutura-se e desenvolve-se a partir da realidade social, no quadro da produção e reprodução das relações sociais forjadas pelo sistema capitalista, notadamente a partir de 1930. Essa análise necessariamente deve considerar as particularidades da formação sócio-histórica brasileira intrinsecamente interdependente e caracterizada, principalmente, pela ocupação do território com função extrativista e conjuntura política, econômica e social colonial alicerçada no latifúndio-escravista agroexportador (CARVALHO, 2001; IAMAMOTO, 2014), um processo de colonização que funde a ocupação territorial à “propagação da fé cristã, comércio e exploração de riquezas comerciais” (OLIVEIRA, 2018, p. 27).

Carvalho (2001) destaca que esses elementos da realidade brasileira compõem a formação econômica e a sociedade em si, conformando demandas e ofertas políticas e sociais. O gradual processo de ocupação do espaço, além do crescimento e desenvolvimento urbanos, foi impulsionado pelo desenvolvimento econômico e acumulação de capital a partir dos diferentes ciclos econômicos agrícolas, cujo processo produtivo já contava com máquinas a vapor e com trabalhos de jornadas brutais da ainda incipiente classe operária que, em resposta,

¹⁴ “Serviço Social é uma *profissão* – uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho – com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas, etc., e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas” (NETTO, 1999, p. 12).

mobilizou-se “contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos sociais e de cidadania” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

A industrialização é impulsionada pelo aumento da produção e do mercado importador, além do aumento da mão de obra de imigrantes. As condições de trabalho, aliadas à difusão de ideias anarquistas europeias, tiveram rebatimentos à classe operária, sucedendo-se greves gerais (1917) através do movimento operário que ressurgiu em 1930, sendo este um marco na luta por direitos, especialmente por direitos trabalhistas (CARVALHO, 2004).

Fundam-se os alicerces do sistema capitalista à brasileira, que mantém as condições de vigorar no tempo, forjando as condições necessárias à continuidade do processo acumulativo que, contraditória e dependentemente, polariza a sociedade em classes distintas e conflitantes em seus interesses: aquela detentora do capital e a que sobrevive através do trabalho. Ao conjunto das expressões decorrentes dessa contradição e conflito, atribui-se a designação de “questão social”¹⁵:

[...] seu aparecimento diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira (IAMAMOTO, 2014, p. 133).

É acompanhando a perspectiva histórica totalizante da questão social e do trabalho no Brasil que a realidade social “atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional, afetando as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 19), tornando possível a compreensão do Serviço Social na atualidade.

¹⁵ A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental, que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII, tratando-se do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001, p. 42). O conceito é estranho ao universo marxiano, “entretanto os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre o sistema capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

2.1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO DAS DÉCADAS ENTRE 1930 E 1945

Na década de 1930, assistiam-se aos rebatimentos políticos, econômicos e sociais da divisão ideológica pós-guerra em blocos distintos, além da tomada de estratégias para sua superação. No Brasil, ascendia o governo do populista Getúlio Vargas, que perdurou entre “golpes e ditadura”, de 1930 a 1945, e via eleições diretas, de 1951 a 1954. A sociedade e o Estado brasileiro passam por significativas transformações, destacando-se “sobretudo pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico” (D’ARAÚJO et al., 1999, p. 7). Com foco no desenvolvimento, o governo manteve um caráter intervencionista e centralizado pautado no controle dos trabalhadores e sindicatos, na implementação de legislação social e investimentos públicos. Uma das estratégias do governo getulista foi a aliança com os militares¹⁶ e com a Igreja Católica, esta desconfortável com o regime republicano:

Durante toda a Era Vargas, Estado e Igreja Católica procuraram andar lado a lado no que diz respeito a uma possível união política. A preocupação de ambas as partes era com a manutenção do poder na sociedade. Enquanto a Igreja dava amparo político, muitas vezes pedindo a seus fiéis que apoiassem o então presidente do país, Vargas, por sua vez, dava fortes indícios que não iria abandonar aquela instituição que congregava a maioria dos brasileiros e estava presente no território nacional desde a chegada dos primeiros europeus [...] havia uma união “oficiosa” entre as duas partes na tentativa de manter o país na “ordem”, livre de outros credos religiosos e, principalmente, de comunistas (SILVA, 2012, p. 01).

Carvalho (2004), além das referidas coalizões, define a década de 1930 como um “divisor de águas”, face a intervenção estatal brasileira na economia: no marco da crise de 1929-1932, resultado da Queda da Bolsa de Valores, a queda na exportação do café para o Estados Unidos, o seu maior comprador. Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), a década é marcada pelo aprofundamento do capitalismo industrial e a emergência de alternativas defronte à “questão social”, imbricada ao também conseqüente processo de urbanização e do trabalho livre que, conforme já abordado, carregam as marcas históricas da concentração dos meios de produção e exploração do trabalho. Medidas “anti-crise” foram aliadas à demanda de respostas à efervescência do proletariado “livre” e consciente de sua condição coletiva de exploração, medidas estas em que “os trabalhadores foram

¹⁶ Para aprofundamentos, ver Baldin (2012).

incorporados à sociedade por virtude das leis sociais e não de sua ação sindical e política independente” (CARVALHO, 2004, p. 124).

Destaca-se, nesse momento, a Constituição Federal de 1937 e a alteração do estatuto do trabalho na sociedade e na economia, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (OLIVEIRA, 2018). Além da questão trabalhista, processaram-se avanços na previdência (criação dos Institutos de Previdência), uma ampla legislação de garantia de direitos sociais às avessas dos direitos civis e políticos, um “pecado original” na história da consolidação da cidadania brasileira que coloca em questionamento a sua construção de forma democrática: uma “cidadania regulada, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas” (CARVALHO, 2004, p. 115).

O conflito entre classe operária e patronato representava uma espécie de ameaça ainda à preservação do que se tinha como bons costumes e paz social, mobilizando a Igreja Católica a proteger os segmentos mais necessitados (excluídos do trabalho e dos “direitos do trabalhador”) como estratégia para “recuperar sua hegemonia na sociedade a partir de seu posicionamento face à questão social” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 11). Messianicamente, a função de garantir “a moral, a religião e a ordem pública” foi absorvida (aprimorada) por altruísticas damas da classe dominante e pelo apostolado leigo, uma “base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada” que dentre os agentes incluía os assistentes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 135). Nesse conjunto, “o Serviço Social se caracteriza assim, por ser um movimento ao qual se dedicam mulheres de famílias abastadas, reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 229).

De acordo com Castro (1989), esse conjunto leigo foi orientado a desenvolver uma competência política retórica de cunho humanista e antiliberal, lançando-se para penetrar nas instituições, legitimando sua organização e ideologia numa posição originária contrária ao materialismo liberal e à efervescência anarco-comunista. Os rebatimentos dessas tendências na profissão podem ser pautados sobre dois aspectos principais:

[...] é preciso estabelecer como entendemos a função concreta que o Serviço Social desempenha no interior das relações sociais e de classes; e, secundariamente, qual o papel que a religião católica (como tal) e sua

Igreja (como instância de organização de um determinado poder político) tiveram durante o período da gênese, da formação do Serviço Social – com uma atenção particular às implicações de caráter extra-religioso que o catolicismo trouxe à configuração do Serviço Social (CASTRO, 1989, p. 39).

É preciso, portanto, reconhecer a relação orgânica entre a Igreja Católica e o Serviço Social, em especial a influência das matrizes de pensamento nas quais se pautaram originariamente o conhecimento e o trabalho dos assistentes sociais: “na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo” (YAZBEK, 2009, p. 3). A origem da profissão tem a marca do ideário cristão na proeminência de um processo de reforma da Igreja Católica, a partir da qual a hierarquia e o laicato são influenciados, legal e institucionalmente, pela lógica prática da Igreja para “superar a postura contemplativa [...] para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade” (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Esse ideário rege as questões organizacionais-institucionais que passam a ser guiadas para o trabalho, correspondendo ao primeiro escopo de conhecimentos teóricos, filosóficos e pedagógicos-formativos¹⁷ de caráter político da categoria. As fontes do conhecimento e valores foram pautadas nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, esta última divulgada em 1931, em plena crise pós-1929, e com o merecido destaque pela radicalidade voltada à ação e ao ensino, associação e estudo cristão da classe operária, priorizando a coesão de classes pela harmonização de interesses. Para Castro (1989), a questão social é considerada um problema moral e de responsabilidade dos indivíduos e famílias pela sua pobreza decorrente de seu comportamento desajustado. A desigualdade é tida como inerente à sociedade, considerando a diversidade de talentos e de ofícios (de competências). Segundo Aguiar (2011), a ideologia católica e o aporte filosófico neotomista conferem as bases para as primeiras escolas de Serviço Social (1936)¹⁸ com origens em grupos de cursos de formação da própria Igreja, cujo

¹⁷ Em 1932, em São Paulo, é criado o Centro de Estudos e Ação Social, entidade propulsora da primeira escola de Serviço Social do Brasil, período em que a Igreja Católica é mobilizada pelas diretrizes das encíclicas *Rerum Novarum* e da *Quadragesimo Anno*, de cunho reformista e conservador frente à questão social, com o método *ver, julgar, agir*. (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

¹⁸ Quais sejam: Escola de Serviço Social de São Paulo, surgida em 1936 do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), e a Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, criada em 1937. As escolas de Serviço Social até 1950 tiveram influência direta da Igreja Católica, com a de Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Escola Masculina do Rio e de São Paulo (AGUIAR, 2011).

caráter reformista conservador mantiveram presentes “compromissos sociopolíticos com o conservadorismo¹⁹ no decorrer da evolução do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2013, p. 20):

O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (melhoras); o reformismo progressista tende a suprimir um fato indesejável, reformando todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, pois, o reformismo progressista tende a atacar o sistema no seu conjunto, enquanto o reformismo conservador ataca detalhes particulares (MANHEIM apud IAMAMOTO, 2013, p. 27).

A “busca ativa” das massas foi iniciada pelas mulheres. Buscou-se por sindicatos e cooperativas, principalmente após a ideologia incorporada pela orientação belga, mesclando-se a ela a visão francesa, especialmente a partir da primeira escola de Serviço Social em 1936, “numa perspectiva ética, moral e técnica da formação profissional”, cujo objetivo incluía a adaptação e responsabilização dos indivíduos pela sua integração social pautada na moral da família (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 10).

À época, para ser um assistente social, além do conhecimento cultural e técnico de viés psicologizante e de higiene social dos “desajustados”, dever-se-ia contemplar características comportamentais individuais²⁰, como o “ideal de fazer o bem; devotamento e desinteresse pessoal; e critério e senso prático de ação” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 10). Conforme Iamamoto e Carvalho (2014, p. 229), “o discurso das pioneiras demonstra a certeza de estarem investidas de uma missão de apostolado, decorrente não só da adesão aos princípios católicos, como de sua origem de classe”.

Estabelecem-se, analogicamente, o que se pode inferir como um perfil competente para ser ou (se é que é possível) *saber ser assistente social*²¹, estando coerente com as demandas da organização a qual o trabalho se voltava, sabendo,

¹⁹ O conservadorismo não é uma teoria. Como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contra-movimento aos avanços da modernidade e, nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista (YAZBEK, 2009, p. 5).

²⁰ Para aprofundamentos, ver Iamamoto e Carvalho (2014, p. 234).

²¹ Para a época, a pretensa ocupação de “espaço” no mundo do trabalho por mulheres, ainda que não remunerado, representou um avanço, assim como a escola para moças em 1932 no Centro de Estudos e Ação Social – CEAS. A clara divisão sexual do trabalho do assistente social com hegemonia feminina nos primórdios da profissão é realidade ainda hoje observável, debatida e passível de aprofundamento, conforme Bolzan (2015). Cumpre referir que, a partir de 1938, homens passaram a cursar Serviço Social a partir da “preferência” masculina para exercício de competências, como viagens, dentre outras tarefas (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008).

da mesma forma competente, *saber fazer* aquilo que ao assistente social competia dentro da organização. Este *ser* ou *saber ser* comportaria e demandaria um conjunto de habilidades e atitudes para o desenvolvimento dos objetivos organizacionais, para os quais o trabalho do assistente social se tornava útil à ação doutrinária da Igreja: intervir de forma paternalista e de posição hierárquica em relação à pobreza para “reconquistar as massas, ir ao povo, libertá-lo da influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo cristão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 227), mantendo o enquadramento das classes subalternas.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS ENTRE 1945 E 1964

A partir do pós-Segunda Guerra, o cenário mundial foi de intensas mudanças políticas e econômicas pela ascensão dos Estados Unidos a partir da Guerra Fria. No Brasil, as décadas de 1940 até 1964, especialmente, foram marcadas pelos rebatimentos político-partidários e pelo desenvolvimentismo. Destacam-se os últimos anos do governo de Getúlio Vargas (1950 a 1954), o governo de Juscelino Kubitschek²² (1956-1961) e os conturbados governos de Jânio Quadros e João Goulart, que antecederam o golpe militar de 1964. O desenvolvimento priorizado no período, entretanto, não se deu no plano social, no qual se assistia ao agravamento dos efeitos conflitivos da contradição entre a classe burguesa e o proletariado, este agora mais politizado, além da insustentabilidade da compatibilização da expansão capitalista à tensão social do período. Ao mesmo tempo em que, no país, presenciava-se o primeiro período democrático pelas eleições diretas e a Constituição em 1946, *pari passu*, tencionava-se uma revolução passiva, marcada por uma sequência de golpes ou pretensos golpes de Estado; apesar disso, puderam ser mantidos os direitos civis e políticos até 1964 (CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2018).

As estratégias conciliatórias já capitaneadas pelo Estado Ditatorial Vargasista ganham novo impulso e materializam-se no plano jurídico sob a lógica do direito especialmente voltado ao trabalhador através de políticas sociais em seu segundo

²² Juscelino Kubitschek foi o único presidente civil brasileiro de 1930 a 1994. Conseguiu cumprir seu governo até o fim, por meios constitucionais; seu vice foi João Goulart (CARVALHO, 2004).

mandato. No plano econômico e político, a questão social ultrapassa as preocupações da Igreja e torna-se pauta fortemente capitaneada pelo Estado e pelo empresariado, regulando as relações conflitantes com intuito de suprimento das necessidades sociais da população (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008; CARVALHO, 2004).

O auge do desenvolvimentismo foi o período de Juscelino Kubitschek, marcado pelos “50 anos em 5”, com seu ousado plano de metas econômicas e o princípio do mercado enquanto regulador da questão social, que marcaram a história do Brasil (CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2018). Inicia-se, a partir de ampla mobilização norte-americana, que visava incidir nos rumos políticos da América Latina, a discussão econômica quanto às estratégias para o Desenvolvimento Econômico via industrialização, especialmente. No Brasil, a tendência mais disseminada foi a ideologia desenvolvimentista-nacionalista, que defendia o processo de industrialização através da economia mista, com controle do capital estrangeiro pelo Estado. O período foi marcado por uma postura policialesca do enfrentamento da pobreza, sendo essa a questão de segurança e as diferenças entre trabalhadores e empresariado que deveriam ser harmonizadas (AGUIAR, 2011).

Os governos subsequentes, de Jânio Quadros e João Goulart seguiram a esteira do desenvolvimento. O primeiro foi caracterizado pela proposta inicial de desenvolvimentismo liberal e de equilíbrio orçamentário, favorecimento de condições ao investimento estrangeiro e de estratégias para amenizar os efeitos do subdesenvolvimento²³. Após a renúncia de Jânio Quadros, seu vice, conhecido por Jango²⁴, assume com discreta, mas concisa, inclinação à esquerda, defendendo bandeiras como a reforma agrária e empenhando-se num programa ambicioso para aliar níveis de crescimento a reformas de base em meio a pressões de vários segmentos da população, em um ambiente político-partidário radicalizado²⁵ (CARVALHO, 2004; AGUIAR, 2011).

²³ Um dos projetos imbuídos dessa lógica foi o pacto com os Estados Unidos, a “Aliança pelo Progresso”, que, dentre outros, representou uma “Aliança Anticomunista” em função da Revolução Cubana, uma proposta norte-americana de minimização da miséria de cunho comunitário (AGUIAR, 2011).

²⁴ Importante referir que João Goulart foi nomeado Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas. Em 1954, sugere um aumento de 100% no valor dos salários, apoiado por Getúlio, desagradando militares e empresariado (CARVALHO, 2004).

²⁵ Para aprofundamento, ver Carvalho (2004, p. 148-150).

Para o Serviço Social, o período e os diferentes cenários políticos favoreceram a ampliação de seu escopo de trabalho nas políticas sociais, com destaque à legitimação do trabalho e do ensino²⁶ junto a instituições assistenciais criadas a partir de 1942 por Vargas e que foram mantidas nos governos posteriores. Destaca-se a Legião Brasileira de Assistência – LBA, que caracterizou-se pelo assistencialismo e por auxílios emergenciais e residuais diante dos segmentos mais pobres da sociedade, “mobilizando a sociedade civil e o trabalho feminino” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 14). Além da LBA, o recrutamento foi absorvido por grandes instituições que conformam o Sistema S, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), instrumento de atuação coletiva do empresariado para adequação da força de trabalho às necessidades de produção, e o Serviço Social da Indústria (SESI), ambas como expressão da “incorporação e institucionalização do Serviço pela burguesia industrial e como resposta a uma conjuntura marcada pela liberalização do regime político e pelo crescimento do movimento operário” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 297):

O surgimento e desenvolvimento das grandes instituições assistenciais na década de 1940 coincidiram com o momento de legitimação e institucionalização do Serviço Social. Esse período representou o momento em que a profissão pôde romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico e, a partir do e no mercado de trabalho que se abriu com essas instituições, instaurar-se como uma categoria assalariada, fortemente atrelada às políticas sociais implementadas pelo Estado (ANDRADE, 2008, p. 270).

O contexto de novas requisições organizacionais “suscita no assistente social, progressivamente, a substituição do binômio Igreja-Família por Escola-Indústria-Família” (ANDRADE, 2008, 277). Tais demandas para o trabalho do assistente social mobilizam escolas a criar cursos, pesquisas e “inquéritos sociais”, estabelecendo as bases para a institucionalização do Serviço Social, sua formação especializada e seus princípios, diante da expansão quantitativa dos espaços de trabalho. Em que pese a ampliação quantitativa, a qualidade em pouco se altera, mantendo-se a lógica profissional praticada. Cria-se a primeira revista de Serviço Social do país em 1939, de cunho doutrinário, informativo e técnico, acompanhando

²⁶ Em 1945 é criada a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), e em 1946, a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), e, após, ocorre a criação do Código de Ética (1948), consagrando os esforços e oferecendo a regulamentação do ensino em 1954 e o reconhecimento da profissão em 1956 (ANDRADE, 2008).

o processo de reconhecimento do Centro de Estudos e Ação Social em Escola de Serviço Social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008):

Para responder às necessidades postas pela conjuntura, foi premente, ao Serviço Social, relacionar suas atividades profissionais de acordo com os procedimentos administrativos e técnico-burocráticos que as instituições exigiam [...]Necessário se fez também, ao Serviço Social, intervir com eficiência, técnica e competência para equipararem-se às demais profissões, que com ele disputavam e atuavam no espaço institucional. [...] A demanda institucional conclamava o Serviço Social para o terreno da formação técnica, da eficiência (ANDRADE, 2008, p. 272-274).

O objeto de estudo e intervenção foi a família como cerne dos problemas sociais, devendo esta ser amparada e educada. Os rebatimentos teóricos e metodológicos no Serviço Social, da mesma forma, acompanhando o crescente “recrutamento” advindo da expansão de políticas sociais, sofrem influência norte-americana, principalmente a partir da década de 1940, na qual o Serviço Social “[...] passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 1940. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional” (IAMAMOTO, 2013, p. 30).

A influência norte-americana no Serviço Social brasileiro é caracterizada, principalmente, pelos métodos de trabalho de Caso, Grupo e Comunidade, com tendências psicologizantes voltados ao bem-estar, conteúdo que é inserido nos currículos das escolas na década de 1940 sob a égide da teoria positivista²⁷ (IAMAMOTO, 2013,).

Um dos marcos do influxo norte-americano para o Serviço Social brasileiro foi a realização da Conferência Nacional de Serviço Social de Atlanta (1941) e a difusão de programas, intercâmbios e bolsas de estudos nos Estados Unidos da corrente teórica especialmente funcionalista, conjugadas com a filosofia neotomista, cujo nome de destaque é Mary Richmond (AGUIAR, 2011). Importante destacar que não houve uma ruptura radical entre o ideário católico europeu na articulação com as formulações norte-americanas, mas uma espécie de fusão das duas tendências para o Serviço Social, o que “permanece na base dos princípios católicos e neotomistas, inclusive via Estados Unidos e ao mesmo tempo incorpora técnicas

²⁷ O positivismo brasileiro é adepto às concepções de Augusto Comte, em que a “questão social” poderia ser tratada pela incorporação do proletariado à sociedade “por meio de medidas de proteção ao trabalhador e à família” (CARVALHO, 2004, p. 111).

norte-americanas” (AGUIAR, 2011, p. 80). Tem-se novos atributos para o perfil de um assistente social competente: seria necessário ter conhecimento e sistematização dos espaços sócio-ocupacionais, aliado ao discurso e perfil humanista cristão:

O objeto de intervenção profissional se configurou pelas disfunções individuais e sociais; os objetivos se voltaram para a integração social, não se verificando divergência entre objetivos institucionais e profissionais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cedeu (em parte) lugar a correntes psicológicas, principalmente à Psicanálise e às correntes sociológicas, sobretudo ao positivismo e ao funcionalismo (ANDRADE, 2008, p. 294).

O “metodologismo” norte-americano foi aderido pelo Serviço Social brasileiro, como um arranjo teórico-doutrinário-operativo (IAMAMOTO, 2013). O Serviço Social de Caso tinha como proposta atrelar técnicas psicológicas a correntes sociológicas imbuídas de um espírito cristão: o caso individual como componente de um trabalho com a finalidade de organização social da comunidade através do método clínico para despertar liberdades individuais e para ajustar o “cliente”. O Serviço Social de Grupos não concebia o grupo em sua dimensão histórica, mas fundou-se em respostas apriorísticas da realidade concreta e, logo, à parte das necessidades subjacentes da população. Tais pressupostos direcionam o trabalho do assistente social para uma postura profissional educacional voltada à formação de lideranças e para o fortalecimento dos indivíduos, guiando a função de disseminar os princípios católicos altruísticos, mas dentro dos valores e normas do contexto. Ainda, o Serviço Social de Comunidade pressupôs, inicialmente, a comunidade como ponto de partida para o desenvolvimento das potencialidades da pessoa humana (AGUIAR, 2011; ANDRADE, 2008).

Para a compreensão do Desenvolvimento de Comunidade no Serviço Social há que periodizá-lo. Filia-se, aqui, à sistematização²⁸, também adotada por Aguiar (2011), em que há uma sincrônica relação da realidade brasileira com o ensino de Serviço Social em três períodos distintos:

1) 1944-1953: neste período temos a introdução da disciplina de Organização de Comunidade no currículo da Escola de São Paulo e,

²⁸ O Desenvolvimento de Comunidade foi periodizado por Maria Dulce de Moura Beleza em sua tese de Mestrado *Tendências atuais do Ensino de Serviço Social de Comunidade no Brasil* (AGUIAR, 2011, p. 92).

consequentemente, no Serviço Social brasileiro. Neste momento, a influência norte-americana é marcante. 2)1954-1967: nessa fase os assistentes sociais começam a tomar consciência da realidade brasileira e realizam um esforço de integração no processo de desenvolvimento nacional. [...] 3) 1968 em diante: fase da reconceituação do Serviço Social brasileiro e o engajamento dos assistentes sociais na política social do governo (AGUIAR, 2011, p. 93).

O primeiro período carrega a marca da expansão desenvolvimentista, cujo desenvolvimento social é colocado em segundo plano, seguindo programas da Organização das Nações Unidas capitaneados pelos Estados Unidos. Nesse cenário, o trabalho institucional do assistente social é “colocar o conflito no conjunto da estrutura social aceitável, adequando o usuário aos seus recursos [...] e o seu exercício institucional lhe confere legitimidade” (ANDRADE, 2008, p. 276). Dentre os vários posicionamentos, emerge o discurso de que a principal competência profissional do assistente social no trabalho de organização da comunidade reside na ajuda às pessoas a descobrir problemas e soluções coletivas, revelando-se traços profundamente funcionalistas de tratamento da questão social, característicos do desenvolvimento de comunidade norte-americano, acionando o conhecimento voltado “a problemas técnicos, construindo, a partir deles, uma fórmula central que contempla múltiplas variantes de intervenção profissional” (CASTRO, 1989, p. 138).

Enquanto trabalhador assalariado, o assistente social terá função técnica, como “um produtor de serviços - não diretamente produtivos - que são, no entanto, necessários à existência e maior produtividade dos trabalhos diretamente produtivos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 282). A partir da lógica do Estado, a profissão, dotada de competências profissionais e organizacionais para a intervenção junto às relações sociais mediadas pelas políticas sociais, preserva tendências de uma fusão entre fé e razão: a leitura da realidade é romantizada, a partir da qual houve a coesão de elementos cognitivos e valorativos do reformismo conservador que, ao naturalizar a ordem burguesa, não a questiona. A crítica reformista restringe-se a “reformas parciais no nível dos indivíduos, grupos e ‘comunidades’, na defesa da pessoa humana, do seu desenvolvimento integral e do bem comum” (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

Além disso, o discurso do que seria um assistente social competente incluía conhecer as necessidades e recursos de satisfação, articulando-os de forma a conferir materialidade ao suprimento das requisições comuns, o que demandaria

métodos e estudo do contexto. O assistente social competente seria aquele que, equalizando necessidades e recursos, tivesse a habilidade de combiná-los na imediatividade na qual se apresentavam: “seu trabalho justificar-se-ia na medida em que fosse capaz de responder aos problemas com aquilo que estivesse ao seu dispor” (CASTRO, 1989, p. 138).

O segundo período, de 1954 a 1967, marcou as primeiras produções sobre o desenvolvimento de comunidade no Brasil com base no positivismo de forte influência tomista e católica, ainda sob forte ingerência norte-americana, com o objetivo de “contribuir para a adaptação recíproca dos indivíduos e de seu meio social”. Nesse aspecto, o Desenvolvimento de Comunidade foi plenamente adequado às propostas desenvolvimentistas de Kubitschek e Jango, pela via do desenvolvimento e da mobilização da população (AGUIAR, 2011).

A maior difusão do Desenvolvimento de Comunidade no Serviço Social, entretanto, deu-se nos governos de 1960 a 1964, de Jânio e Jango. O Desenvolvimento de Comunidade da década de 1960 foi fomentado por “experiências de assistentes sociais vinculados à esquerda católica e aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008), e a influência de Paulo Freire e a tônica da *participação*, um contraponto às práticas meramente integrativas do desenvolvimento da comunidade norte-americano, favoreceu a abertura gradual para o diálogo com referenciais críticos no interior da categoria (CLOSS, 2017; ABREU, 2011).

O Serviço Social dos períodos desenvolvimentistas foram pujantes para a formação e o trabalho. Contudo, conforme Castro (1989), ele se desenvolveu substancialmente sob o espraiamento da lógica norte-americana no Brasil, concomitante à expansão dos movimentos populares, corroborando com a insatisfação no plano acadêmico, mais do que no âmbito do trabalho, por uma revisão da profissão, uma primeira expressão do que posteriormente conformaria a construção do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o qual será aprofundado em seguida.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS ENTRE 1960 E 1984

Nas décadas de 1960 a 1980, o “capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas” (HARVEY, 1994, p. 125), tendo lugar o que o discurso do capital chama de flexibilização, repercutindo “nas formas de organização dos processos de produção, gestão e remuneração da força de trabalho, do mercado de trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas e dos padrões de consumo” (IAMAMOTO, 2015, p. 143).

Na literatura econômica das décadas de 1960 a 1970, o desenvolvimento econômico de concepção liberal concebeu a natureza humana sob a perspectiva de que todos os indivíduos estão predispostos a galgarem seu lugar no mercado a partir de um conjunto de conhecimentos e habilidades passíveis de incremento pela educação. Toma importância, nos debates e pesquisas, a Teoria do Capital Humano, a partir da qual se prioriza o aprimoramento de recursos humanos e o pressuposto de que “o diferencial do desenvolvimento econômico de um país não estava relacionado aos tradicionais fatores como o da produção mas sim no fator humano” (SILVA, 2011, p. 253). Essa discussão, no Brasil, será pauta especialmente a partir da década de 1990, o que será visto posteriormente.

No país, nas décadas de 1930 a 1960, a lógica política e econômica assentou-se sob o tripé populista²⁹, que viveu às voltas de uma revolução passiva: uma disputa entre blocos burgueses e proletários, marcada por transformações pelo alto. Golpes militares de Estado avizinhavam-se, agudizando a radicalidade dos contrastes político-ideológicos envoltos em “eventos político-militares de rupturas institucionais democrático-republicanas” (OLIVEIRA, 2018, p. 56). Tais ingredientes estiveram na disputa entre a direita e a esquerda, que “se envolveram em uma corrida pelo controle do governo que deixava de lado a democracia representativa” (CARVALHO, 2004, p. 150), e em 1964, sob o governo de Jango, assumem contornos de um “golpe de Estado sem disfarces” (OLIVEIRA, 2018, p. 56), ou seja:

O Governo de João Goulart terminou com o golpe militar em abril de 1964. De novo os militares intervêm na política brasileira, como já o fizeram em 1937, 1945, 1954, 1961. Somente que, desta vez, a intervenção foi

²⁹ Tripé populista: sindicatos controlados pelo Estado, frações burguesas industrializadas e latifundiários satisfeitos com a intocabilidade de suas propriedades (AGUIAR, 2011).

diferente das outras. Os militares de “linha dura” queriam o poder e não devolvê-lo aos civis, pois alegavam incapacidade destes de dirigir a nação (AGUIAR, 2011, p. 129).

A Ditadura Militar que perdurou durante décadas foi “protecionista, apesar de sua retórica liberal”, mantendo o perfil intervencionista e com a priorização do avanço da industrialização nos moldes norte-americanos (OLIVEIRA, 2018, p. 58). Carvalho (2004) sistematiza a Ditadura Militar em três períodos, cuja lógica de desenvolvimento foi conduzida, respectivamente, pelo primeiro presidente, Castelo Branco, e Costa e Silva (1964-1968), com baixo crescimento econômico, controle da inflação e queda nos salários; o segundo, Garrastazu Médici (1968-1974), marcado pela truculência militar e repressão aos direitos civis e políticos, com taxas de crescimento exorbitantes a salários decadentes; e o terceiro período, do presidente Ernesto Geisel (1974-1985), de retrocedência das medidas de recessão, de reatualização das forças da oposição e de decréscimo das taxas de crescimento.

Os últimos anos da década de 1970 foram especialmente expressivos na mobilização popular no Brasil e na renovação da oposição, com destaque aos partidos MDB e ao PT, este último vinculado aos movimentos sindicais, às greves e ao protagonismo de outras instituições. Destacam-se as associações profissionais e a Igreja, através do espírito da teologia da libertação e de sua posição próxima ao marxismo, que marcam um período de gradativa fragilização da ditadura. O auge de mobilização crítica ao regime ditatorial se dá nos anos de 1984, com a campanha por eleições Diretas – as “Diretas Já”, que elegeram Tancredo Neves presidente, o qual faleceu precocemente após um mês de mandato. Tancredo foi sucedido por seu vice, José Sarney, ex-presidente do Partido Democrático Social – PDS (partido que apoiava a Ditadura) e filiado ao PMDB, governando o Brasil até 1990 (CARVALHO, 2004).

Netto (1996), no que tange à economia, sintetiza que os anos de 1970³⁰ e o fim dos “Anos Gloriosos” marcaram as décadas subsequentes pelas significativas transformações societárias decorrentes das alternativas para a crise do capital

³⁰ No período de 1974-1975 explode a “primeira recessão” generalizada da economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial. Chegava ao fim mais uma “longa onda expansiva” do capital monopolista e o “pacto de classes” do Welfare State (NETTO, 1996, p. 90). Dentre as características, estiveram a queda nas taxas de lucro e de crescimento, aliadas ao peso do movimento sindical nos países centrais de crítica ao modelos fordista-taylorista e à contracultura, ascensão da manifestação das chamadas minorias anticapitalistas, negros, mulheres e revolta estudantil (NETTO; BRAZ, 2012).

monopolista, além das “relações de trabalho regressivas do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2015, p. 143). Harvey (apud NETTO, 1996) refere que o contexto econômico mundial desse momento demarca a transição dos regimes de acumulação capitalista para sua reprodução e enfrentamento da crise:

[...] a flexibilização vem sendo perseguida pelo grande capital, hipertrofiando as atividades de natureza financeira (resultado seja da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatais-nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço-temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada – a ‘fábrica difusa’ -, que é estimulada em vários ramos, propicia uma ‘mobilidade’ (ou desterritorialização) dos pólos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida conversão (NETTO, 1996, p. 91).

As novas configurações econômicas mundiais foram sentidas pelo Brasil com a expansão da indústria repercutindo no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), atravessado pela oscilação da taxa de desenvolvimento econômico e pelo pseudo milagre econômico: um rápido, mas desigual, crescimento econômico, apartando setores da população e combinando repressão com o aumento da exploração. Novos e dominantes ramos produtivos³¹ revelam um novo perfil da classe trabalhadora: novos arranjos associativos, conscientes de sua condição compartilhada de exploração, fortalecem sindicatos que, com os efeitos no trabalho desencadeados pela crise econômica, politizam-se em torno de partidos políticos (OLIVEIRA, 2018; CARVALHO, 2004).

Assim, a crise capitalista da década de 1970 imprime novas feições à questão social, ligadas às transformações na esfera da produção, incidindo no processo de flexibilização do trabalho e dos direitos. Consolida-se a flexibilização/precarização, o que corroborou com o aumento na lucratividade e da competitividade do mercado, além do apoio do aparato estatal e das políticas públicas, cujas repercussões foram sentidas por todos os trabalhadores assalariados e/ou de quem vive do trabalho (RAICHELIS, 2011).

As estratégias estatais frente à questão social no período obedeceram ao binômio assistência/repressão: uma assistência que acaba por ampliar a “demanda

³¹ Destacam-se os petroleiros, petroquímicos, empregados das indústrias automobilísticas, caminhoneiros e bancários (OLIVEIRA, 2018).

de trabalho do assistente social, conduzindo a profissão a um avanço nas esferas acadêmica, organizativa e institucional, nos âmbitos público e privado” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 18). O Serviço Social, nos primeiros anos da década de 1960 até o Golpe Militar, manteve-se afinado às prerrogativas desenvolvimentistas, direcionando os debates coletivos para a ênfase do assistente social como agente do desenvolvimento. Sob os fundamentos do Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de trabalho e a tônica do bem-estar social, expressos no II Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1961, as preocupações principais da categoria foram a Previdência Social, formação, treinamento e tarefas para o Desenvolvimento e Organização de Comunidade, com centralidade na assistência paliativa do Estado em detrimento da atenção a questões inerentes às relações de produção (AGUIAR, 2011).

Além do II Congresso Nacional de Serviço Social, a década protagonizou o Seminário Nacional sobre Ciências Sociais, o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil e a introdução da nomenclatura Desenvolvimento e Organização de Comunidade no currículo (1960); o encontro da União Católica Internacional de Serviço Social (1961), a XI Conferência Internacional de Serviço Social e a criação do Setor de Comunidade em São Paulo (1962), a Convenção da ABESS, que priorizou a realidade brasileira, sua relação com o Desenvolvimento de Comunidade e especialmente quanto à “necessidade de reformulação do Serviço Social” em vista dos projetos de desenvolvimento e das lutas sociais emergentes do período (1963), e o Seminário Latino-Americano em Porto Alegre, que sinalizou a necessidade de um Serviço Social adequado à realidade latino-americana (AGUIAR, 2011).

Estes processos favorecem uma ênfase para o debate de questões estruturais por segmentos da categoria de assistentes sociais, marcadamente aqueles com aproximações com a esquerda católica e com a cultura popular de educação para libertação e alfabetização, expressa por Paulo Freire (AGUIAR, 2011; YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Nesse ínterim de indagação teórico-crítica dos fundamentos teóricos e sobre o trabalho profissional face à conjuntura econômica e político-social, que ora se apresentava, que se estabelece a crítica aos referenciais funcionalista/positivistas:

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial,

que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político (YAZBEK, 2009, p. 7).

Assim, acompanhando o processo de mudanças nos planos econômico, político e social, o Serviço Social latino-americano questiona suas bases inaugurando o que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação, reverberando diferentes tendências e incidindo nos fundamentos da profissão, na sua direção social (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008). Foi “referenciado historicamente a partir dos anos 1960, com avanço significativo durante a década de 1980” (SILVA e SILVA, 2011, p. 135) e envolve-se em um problema central: “qual, afinal, seria a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?” (NETTO, 2005, p. 9), que profissão é essa, o que lhe compete? Um “conhece-te a ti mesmo” do Serviço Social coerente com o cenário no qual se insere esprou-se nos debates coletivos da categoria, fomentando a nucleação de organizações³² com o objetivo de coletivização de um projeto latino-americano de Serviço Social (BRAVO, 2009). Nesse contexto, embora sob os impactos dos ditames repressivos do período, fortalece-se

[...] a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores e das camadas populares usuárias das políticas públicas. É no bojo deste movimento e em seus desdobramentos históricos, que se definem e se confrontam diferentes tendências na profissão, que incidem nos seus fundamentos teóricos e metodológicos e na direção social de sua intervenção (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 16).

José Paulo Netto discute o Movimento de Reconceituação e identifica três tendências de renovação no Brasil: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A perspectiva modernizadora, referida pela produção de inúmeros trabalhos, é representada nos Documentos de Araxá e Teresópolis como “marcos canônicos da perspectiva modernizadora do Serviço

³² A Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS), criada em 1965 com a finalidade de estimular e coordenar o debate na região, a partir de uma organização político-profissional em cada país, e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS), criado em 1975 como órgão acadêmico da ALAETS, tendo como finalidade contribuir com as debilidades identificadas e com o desenvolvimento de temáticas consideradas centrais para o Serviço Social (BRAVO, 2009, p. 682).

Social em nosso país” (NETTO, 2005, p. 193). Apesar de peculiares, ambos convergem ao não questionamento das bases ideopolíticas da ditadura, pautadas no desenvolvimento e represando a renovação à “estrita moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses ‘modernos’” (NETTO, 2005, p. 155), expressando-se como a renovação adequada à autocracia burguesa. A vertente filia-se a “abordagens teóricas funcionalistas, estruturalistas e, mais tarde, sistêmicas” (YAZBEK; MARTINELLI; RAICHELIS, 2008, p. 17).

Na esteira da modernização, ancorada nos referidos documentos, o lastro ideopolítico conservador é reiterado pela documentação de Sumaré e do Alto da Boa Vista, nos colóquios de 1978 e 1984. Tais documentos conferem um ensaio, ao que Netto (2005) nomeia de vertente de reatualização do conservadorismo travestida, como proposta de “abertura”, mediando a antinomia teórica-ideológica entre o questionamento ao arcabouço teórico-prático do Serviço Social tradicional e a “neutralização” dos já observáveis flertes com a teoria marxista (NETTO, 2005). Segundo Martinelli, Yazbek e Raichelis (2008), essa vertente inspira-se na fenomenologia, cujos pressupostos metodológicos convergem para práticas dialógicas em que os objetos são o sujeito e a comunidade, numa perspectiva de “transformação” impregnada no indivíduo, a partir de valores tradicionais que retomam um eticismo abstrato.

No início dos anos de 1970, a crítica à direção conservadora na profissão é protagonizada pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMJ), cujo principal horizonte foi a crítica ao Serviço Social tradicional, especialmente em sua dimensão teórica-metodológica da formação profissional e do trabalho. Tal constructo teórico-metodológico ficou conhecido como o Método BH, divulgado em 1973 e 1976 em Convenções da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), debatendo perspectivas de mudanças na profissão, com ênfase para a ruptura com o Serviço Social conservador e com a neutralidade teórico-metodológica (NETTO, 2005; BRAVO, 2009). Além do método belo-horizontino (1972-1975), soma-se a isso a reflexão de Alba Carvalho (1986) e Marilda Vilela lamamoto (1982), como uma “crítica ao epistemologismo de naípe estruturalista, com a introdução do pensamento gramsciano e com retorno à fonte original marxiana” (PONTES, 2016, p. 31). É incorporado um novo arranjo categorial no Serviço Social, especialmente quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e

ético-políticos, que caracterizam a proposta de ruptura com o conservadorismo, o que será aprofundado no próximo item.

O marco histórico do período foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o *Congresso da Virada*, realizado em 1979, com o tema *Serviço Social e política social*, repercutindo, sobremaneira, na organização político-profissional, contemplando, a partir de seus antecedentes na América Latina, a materialização coletiva da intenção de ruptura com o conservadorismo, conjugando condições teóricas, políticas e valorativas de conformação da direção social crítica do Serviço Social (BRAVO, 2009). Netto (2005, p. 255) refere ainda que a intenção de ruptura expressou, “no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira do período”. A tendência de ruptura propaga a referência marxista no Serviço Social, estabelecendo

[...] a abertura e ampliação de horizontes ideo-culturais que permitiu à profissão aprofundar o rompimento com a notória endogenia das suas representações; de outro, um sensível elemento crítico, responsável pela introdução, no terreno das representações profissionais, de um confronto de ideias e concepções antes não registrado (NETTO, 2005, p. 303).

Como desdobramento, estabelecem-se bases para um novo projeto de profissão de posicionamento teórico-metodológico e ético-político crítico. Essas bases repercutem na sistematização organizativa da profissão e em suas entidades representativas, cujas prioridades comuns foram conferir relevância aos eixos para a consolidação do Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro, ou seja, o comprometimento com a classe trabalhadora e a provocação de um escopo organizativo acadêmico e de trabalho que subsidiasse legalmente tal intento. Os produtos desse processo foram a consolidação do Currículo Mínimo do Serviço Social (1982), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e o Código de Ética (1983 e 1993) (BRAVO, 2009).

Nesse contexto, cabe destacar a pesquisa de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, lançada em 1982, no livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, que representou o marco da aproximação madura do Serviço Social com a teoria marxista. A obra enfatiza a inscrição do Serviço Social no processo de (re)produção das relações sociais³³ como “reprodução da totalidade do processo social, a

³³ Como aponta Marx: “[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a

reprodução de um determinado modo de vida” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 79), situando o Serviço Social em um

[...] campo mais amplo e rigoroso da construção de um pensamento e consciência dialéticos sobre o significado social e caráter histórico da prática profissional. É assim que Marx deixa de ser também uma simples citação oportuna, para situar-se no interior do discurso outorgando-lhe seu significado (CASTRO, 2014, p. 18).

O pensamento marxiano da obra subsidia a formulação e aprovação do Currículo Mínimo do Serviço Social, integrando suas ideias de adensamento crítico do Serviço Social tradicional, estabelecendo-se como “o primeiro esforço no âmbito da formação profissional, de superação das práticas tradicionais que eram desenvolvidas pelo Serviço Social norte-americano” (ZACARIAS, 2017, p. 118). Parte-se, então, do pressuposto de que o trabalho profissional deve considerar os interesses das classes subalternas nos processos históricos em que participam a profissão e sua direção social, apreendida na contradição inerente às relações sociais de produção e reprodução do sistema capitalista.

O período analisado confere condições de inferir que, tanto no trabalho quanto na formação, se destacam tendências ecléticas, seja na dimensão teórico-metodológica, seja na ético-política, já que a difusão das diferentes matrizes não se deram de forma equânime pela comunidade do Serviço Social brasileira, especialmente a vertente de ruptura, a qual terá uma influência significativa posteriormente.

uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social” (MARX, 2008, p. 47).

2.4 O SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS POSTERIORES À REDEMOCRATIZAÇÃO

O período a ser analisado contempla os anos entre 1984 e 2019, governados por José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), que foi afastado por processo de *impeachment*, Itamar Franco (1992-1995), vice de Collor, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Roussef (2011-2016), também afastada por *impeachment*, Michel Temer (2016), vice de Dilma, e Jair Messias Bolsonaro, tendo iniciado o seu governo em 2019 (OLIVEIRA, 2018).

É no governo Collor que tem início o ciclo neoliberal no Brasil, mantido pelos governos subsequentes. No plano econômico, não apenas no Brasil, mas na América Latina, mantém-se a filiação à doutrina neoliberal, ratificada no Consenso de Washington em 1989, cujas diretrizes foram capitaneadas especialmente no governo FHC³⁴, momento marcado pela articulação política e econômica de doutrina ou ideologia neoliberal, a qual, segundo Netto e Braz (2012, p. 238):

[...] compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como uma agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*).

Essa lógica persiste, embora com novas nuances, nos governos de Lula e Dilma³⁵, com o lema recorrente do desenvolvimento. Os governos de esquerda “nunca chegaram a romper com o neoliberalismo, mas buscaram, até 2012, aumentar o investimento público quando o saldo das exportações assim permitia” (MARIGNONI, 2018, p. 41). Além disso, “contra toda a história desde os anos 1930, trata-se de uma política econômica conservadora, medrosa, anti-intervencionista” (OLIVEIRA, 2018, p. 68):

³⁴ Em 1994, o discurso de FHC, logo após a sua eleição, dizia: “Defendo a flexibilização do monopólios estatais, para permitir parcerias com a iniciativa privada e investimentos privados na expansão dessas áreas” (MARIGNONI, 2018, p. 39).

³⁵ “O mandato inicial do PT era o de levar mais adiante um tímido programa social-democrata. [...] Oito anos de governo liderado pelo PT destinaram cerca de 14 bilhões de reais anuais para os pobres e mais de 200 bilhões de reais para os detentores de títulos da dívida pública interna” (OLIVEIRA, 2018, p. 134).

A caracterização do ciclo neoliberal não reside apenas, nem exclusivamente, nas formas e opções da política econômica geralmente conservadora e sob a égide de políticas monetárias recessivas e políticas fiscais ortodoxas. Talvez seja no plano social que o neoliberalismo fique marcado como um período único na moderna história brasileira, na história de média duração, desde 1930. De fato é a política antirreformas sociais, antirregulacionista, antidireitos do trabalho e direitos sociais em geral que marca o neoliberalismo (OLIVEIRA, 2018, p. 66).

O Golpe de 2016 marca o período de avanço da desconstitucionalização neoliberal na forma de um “tapetão institucional” em trajes de crise econômica e sob forte campanha midiática de combate à corrupção, protagonizado por Michel Temer. O golpe atende a planos “políticos de direita, donos da mídia, financistas, empresários em busca de favores estatais e todo o tipo de aproveitadores que tenta se dar bem no novo ciclo de valorização ampliada do capital e de concentração de renda” (MARINGONI, 2018, p. 29). Amplia-se o discurso de compensação da crise via cortes nos “gastos sociais” (FATTORELLI, 2018; SOUZA, 2018; SOUZA, 2019).

Maringoni (2018) nos alerta de que o golpe emerge como novo cume histórico (no DNA do país) de estratégias arquitetadas em prol da “competitividade” dos produtos brasileiros e atração de investimentos estrangeiros sob os signos dos novos padrões produtivos, um novo capítulo do mito de origem brasileiro que reafirma o Brasil como grande exportador³⁶, de mercado interno dependente e com feições de uma escravidão contemporânea assentada em “reformas” trabalhista, da Previdência e a Emenda Constitucional nº 95, a PEC dos gastos que abertamente expõe o povo brasileiro a uma verdadeira bancarrota de direitos, por 20 anos.

A seguridade social é diretamente atacada pela via da Previdência Social (não que saúde e assistência social passem ilesas), alvo dos fundos de pensões que pressionam reformas por lucratividade, *paripassu* ao desmonte do Seguro Público de Seguro Social, a saber que

Verifica-se que nenhuma destas medidas é necessária para “salvar” a economia nacional ou combater “privilégios” de trabalhadores. Considerando-se dados fidedignos como da Anfip (2016), deduzidas as renúncias fiscais e a desvinculação da receita da união (DRU) há um significativo superávit, sendo possível ampliar os serviços em saúde, assistência social e previdência social (SALVADOR, 2017). Ainda neste sentido, a CPI da Previdência (BRASIL, 2019) levou a público que grandes

³⁶ Destaca-se o petróleo cru, minério em estado bruto e a produção do agronegócio. (MARINGONI, 2018).

empresas somam mais 450 bilhões em dívidas para a Seguridade Social. (SOUZA, 2019, p. 93).

A Reforma Trabalhista, materializada especialmente na Lei nº 13.467/2017, conjuga estratégias que fragilizam a segurança dos vínculos de trabalho pela flexibilização de regime de trabalho fluidificando remuneração x jornada através de uma “negociação individual” com o empregador sobre condições de trabalho (férias, intervalo de almoço, jornada de trabalho, etc)” (SOUZA, 2019, p. 92). Importa que a política contrarreformista de Estado mínimo na regulação do trabalho, sob o crivo da flexibilização da economia, provoca a adequação do mercado de trabalho e da área acadêmica ao modelo flexível. O governo Bolsonaro em suas esquisitices deixa escrachada seu limite coadjuvante e figurativo, utilitário às medidas liberais mais austeras, conforme Santos (2019, p. 93), “ajuste fiscal” permanente que espolia ainda mais a classe trabalhadora, em todos os níveis.

No âmbito acadêmico, coloca-se em xeque a validade das teses da desqualificação no trabalho, surgindo a polarização das qualificações. Questiona-se a validade da formação profissional formal e linear dos diplomas e evidencia-se o estímulo ao trabalhador em “envolver-se subjetivamente com os saberes que organizam as atividades de trabalho supostamente, mais integradas e flexíveis” (RAMOS, 2001, p. 38).

A noção de competência amplia-se para a formação e a cultura, fomentando o processo de reprodução social do capitalismo nos moldes de um mercado de trabalho em que as regras de acesso e permanência se flexibilizam. Defende-se a liberdade individual e a plena capacidade dos sujeitos para ingressar/permanecer no mercado de trabalho, reforçando a responsabilização dos indivíduos por suas escolhas: um sistema meritocrático em que o sucesso é reservado aos ditos mais competentes. Assim, a educação também é forjada nas exigências da ideologia neoliberal, inclusive voltada ao mercado internacional (SILVA, 2011). A lógica do capital humano processa-se, no Brasil, no íntimo das reformas:

Em momentos anteriores, o que marcou o caráter das políticas educacionais no Brasil foi a vinculação das mesmas aos projetos desenvolvimentistas implementados em diversos governos. No momento atual o teor destas políticas passa a ser definido pelo caráter de reestruturação do Estado, bem como da adaptação do sistema educacional aos ditames do processo de globalização (OLIVEIRA, 2001, apud SILVA, 2011, p. 254).

A partir da Teoria do Capital Humano nas empresas passa a se considerar que a educação dos funcionários seria a responsável pelo aumento do “nível de desenvolvimento cognitivo e a competência técnica dos indivíduos” (SILVA, 2011, p. 251), contribuindo para o aumento da capacidade produtiva individual, trazendo repercussões na taxa de lucro e aumento da renda nacional e mobilizando o investimento nos recursos humanos. Seria necessária uma mão de obra que fosse competente para as novas tecnologias e inovações, forçando um processo de escolarização geral, atribuindo-se ainda à educação a solução para a desigualdade social e o nexo entre os sistemas educativos e o desenvolvimento econômico.

Além disso, é especialmente na década de 1990 que o neoliberalismo instaura seus princípios de forma mais consistente, conformando o discurso da relevância das reformas liberais, do pragmatismo e da pobreza como empecilho ao crescimento econômico, propondo como objetivos “a equidade, a redução da pobreza como fins em si mesmos e como mecanismos eficazes de promover um maior crescimento” (IAMAMOTO, 2012, p. 34):

Sob o lema de reforçar os direitos dos trabalhadores – de associação e convênios coletivos, organizações sindicais mais independentes e democráticas -, propõe, ao mesmo tempo substituir a “excessiva rigidez das regulamentações que freiam a mobilidade laboral e o crescimento”. Preconiza a participação mais ativa do Estado para proteger convênios coletivos e, simultaneamente, em direção oposta, defende que as leis deveriam permitir contratos de trabalho por hora, de tempo parcial e por temporada, com as devidas garantias de proteção social proporcional (IAMAMOTO, 2012, p. 35).

Para o Serviço Social, observa-se que a década de 1980 “assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica” (NETTO, 1996, p. 112), com forte influência da matriz marxista. Tais tendências expressaram-se na produção teórica acerca da política social e nos debates sobre o significado social da profissão. Demanda-se ao Serviço Social, no plano da divisão do trabalho e também no acadêmico, a legitimação formal da especialização dentre as profissões e áreas do conhecimento. A passagem dos anos de 1980 aos de 1990 revela

[...] avanços alcançados pela profissão, num empenho que só pode ser rastreado ainda na inicial militância dos grupos católicos que, na segunda metade da década de trinta, trouxeram o Serviço Social para o país. É também contudo, um cenário carregado de questões e problemas – herdados, uns e outras, do passado recente, mas ainda uns e outras novos

e emergentes; todos porém exprimindo a própria inserção do Serviço Social na malha das concretas relações da sociedade brasileira (NETTO, 1996, p. 108).

A década de 1990 é a de maior importância acadêmico-político-normativa do Serviço Social. Nos marcos do agravamento da desigualdade social e seus rebatimentos junto ao público atendido e às condições e relações de trabalho dos assistentes sociais, a categoria conjuga o produto teórico, ético e político da apreensão do Serviço Social como objeto de sua própria análise: seu sentido social e suas implicações no trabalho e na pesquisa, eminentemente sob a perspectiva histórico-crítica do Serviço Social da realidade social brasileira. Esse processo de organização do coletivo profissional pela consolidação do projeto profissional foi marcado por uma estrutura básica teórica, ética e política, indissociavelmente imbricadas (IAMAMOTO, 2008). Esses aportes conferem as bases para as dimensões acadêmica e organizativa do Serviço Social de forma hegemônica, contemplando o pluralismo profissional.

Diante disso, fazia-se necessária, diante da realidade que se apresentava, uma espécie de nova ética, que refletisse “uma vontade coletiva, superando a perspectiva a-histórica e a-crítica, onde os valores são tidos como universais e acima dos interesses de classe” (CFAS/CRAS, 1986, p. 01). Estabelece-se, coletivamente, um conjunto de valores em que se nega a base filosófica tradicional e neutra. Afirma-se, portanto, um novo perfil profissional, não mais um(a) agente subalterno(a) e apenas executivo(a), mas um(a) profissional competente, teórico(a), técnico(a) e politicamente capaz (BRASIL, 2011). A expressão da coletivização do *ethos* profissional do Serviço Social materializa-se na aprovação do Código de Ética Profissional ainda em 1986, que legitima de que lado da luta de classes está o assistente social através da priorização de valores e princípios profissionais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, cuja conduta profissional foi fiscalizada pelo ainda Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) (BARROCO, 2009). Posteriormente revisado, esse processo operou em dois níveis, reafirmando valores e normatizando o exercício profissional para a garantia expressa dos direitos e deveres profissionais (CFESS, 2011), culminando no Código de Ética instituído pela Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, vigente até os dias atuais.

Nessa esteira, o estatuto jurídico de Regulamentação da Profissão passa a centrar as atenções na atualização da Lei nº 3.257, de 27 de agosto de 1957³⁷, e no Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. O processo foi atravessado por avanços e retrocessos legislativos, desencadeando a promulgação da Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662, de 07 de junho de 1993. A lei dispõe sobre o exercício profissional e sobre as competências e atribuições privativas do assistente social, dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Serviço Social, definindo prerrogativas de regulamentação do trabalho do assistente social.

No plano acadêmico, a ABESS, afinada ao avanço das pesquisas em Serviço Social e Política Social do Centro de Documentação e Pesquisas em Serviço Social (CEDEPSS), fortalece-se na discussão da formação. Diante da fragilidade de apreensão do método dialético-crítico, da questão do ecletismo no trato das teorias sociais e do economicismo e epistemologismo marxistas presentes no Currículo de 1982, desencadeiam-se debates para a revisão dos currículos, como estratégia de articular os conteúdos, fragmentados em disciplinas de Teoria, Metodologia e História do Serviço Social, embora mantidos os valores de 1982 (LOPES, 2016; QUIROGA, 1991; ABESS, 1989 apud ZACARIAS, 2017). Como produto da revisão, são aprovadas as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996:

[...] para um modelo curricular voltado para formar sujeitos dotados de determinada capacidade crítica e teórica, imbuídos de um rol de competências que lhes possibilitam a compreensão da dinâmica social para construir uma intervenção crítica na realidade. Mas antes disso os próprios sujeitos se reconhecem como trabalhadores que sofrem as vicissitudes do mundo do trabalho, que são parte da classe trabalhadora (ZACARIAS, 2017, p. 124).

Esse rol de competências críticas é sustentado pelas Diretrizes Curriculares de 1996, que distinguem, em seu conjunto, Núcleos de Fundamentação para a formação, estabelecendo-se inovações face ao currículo de 1982: primeiro, “a

³⁷ A Lei previa como atribuições do assistente social: a) direção de escola de Serviço Social; b) ensino nas cadeiras ou disciplinas de serviço social; c) direção e execução do serviço em estabelecimentos públicos e particulares; e d) aplicação de métodos e técnicas específicas do serviço social na social de problemas sociais (BRASIL, 1957). O Decreto de 1962 acrescenta prerrogativas e inclui atribuições: a) integrar comissão examinadora de concursos e provas em cadeiras ou disciplinas específicas de Serviço Social, assim como representar congregação ou corpo de professores em conselho universitário; e b) participar de comissões, congressos, seminários e outras reuniões específicas de Serviço Social, como representante dos poderes públicos, da classe de órgãos e estabelecimentos de Serviço Social públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares (BRASIL, 1962).

questão social como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social e o segundo é apreender a ‘prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho’ (IAMAMOTO, 2008, p. 57).

Conforme Closs (2017), estão postos os elementos centrais transversais aos Núcleos e que, diante dos desafios para a implementação efetiva das Diretrizes, que merecem destaque e aprofundamento, uma vez que elas condensam os principais fundamentos da formação em Serviço Social: as “categorias questão social e trabalho, irradiadas da apropriação do método e das teorias marxianas, conjugadas na interpretação histórico-crítica do Serviço Social na realidade brasileira” (p. 27), temática que será privilegiada na próxima seção.

3. “O SABER QUE NÃO SE SABE?”: OS FUNDAMENTOS MARXIANOS E O SERVIÇO SOCIAL

Como visto, o percurso histórico das transformações da questão social no Brasil e a relação com o Estado desde a gênese do Serviço Social favorece a compreensão da própria profissão: o significado social de seu trabalho, formação e produção intelectual. Ainda, é a partir da perspectiva histórica de incorporação das diferentes matrizes do pensamento social, filosófico, político e econômico explicativos e interventivos da/na realidade social que se estabelecem condições de apreender o processo de consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos de base materialista-dialética do Projeto Profissional da atualidade.

Desta forma, a questão social como base material de análise da realidade social e do trabalho do assistente social, partindo de suas múltiplas manifestações e respostas institucionais, foi, desde o pioneirismo doutrinário até a consolidação do que se compreende como uma profissão de matriz crítica, o eixo mobilizador do trabalho e da formação, contrapondo a tese de evolução caritativa do Serviço Social. Foram as diferentes expressões fenomênicas da questão social e as diferentes respostas interpretativas (intelectuais) e interventivas (práticas) que forjaram os Projetos Profissionais do Serviço Social em sua trajetória histórica.

Logo, a análise crítica da totalidade histórica da questão social vinculada à sua raiz fundante, a sociedade burguesa, confere a questão social uma regularidade enquanto objeto de investigação e trabalho pelos assistentes sociais. A questão social, consolidada como objeto do trabalho do assistente social, mobiliza a produção de conhecimento em torno de sua relação com a profissão, formatando um projeto de formação ancorado ética e politicamente em um projeto societário que tem como horizonte “o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas”, de emancipação humana (CARDOSO, 2016, p. 159).

Como exposto no item anterior, é a partir da década de 1980 que o Serviço Social é iluminado pela obra marxiana, inicialmente pela matriz crítica à economia política de Marx que hegemoniza na profissão fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, a partir dos quais a questão social, enquanto a contradição entre capital e trabalho ascende como categoria teórica e tem centralidade na compreensão da realidade social e da profissão e sua afirmação enquanto eixo

articulador da formação do Serviço Social, é expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996 (ZACARIAS, 2017; CLOSS, 2017).

Considera-se que a teoria social para Marx “tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (NETTO, 2011, p. 40), e que essa análise “não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto” (NETTO, 2011, p. 20), mas de seu desvelamento, demandando recursos metodológicos (NETTO, 2011), que sustentam a compreensão da questão social como objeto, sendo possível pela incorporação do método histórico-dialético de Marx, que preconiza que a realidade, tal qual se apresenta, não confere pressupostos analíticos e explicativos: a totalidade dos fenômenos sociais tem materialidade à medida em que se parte da perspectiva do movimento do real “em espiral”, cujo motor é a contradição. A “contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro e, ao mesmo tempo, uma exclusão ativa” (LEFEVBRE, 1991, p. 238): é através da conexão dos múltiplos contraditórios da realidade social por sistemas de mediações que se possibilita a apreensão do movimento da singularidade dos fenômenos sociais, das necessidades e da perspectiva histórica, promovendo a sua conexão (particularização) à universalidade estrutural concreta e dinâmica da vida social no sistema capitalista (LEFEVBRE, 1991).

Neste aspecto, a centralidade da categoria “questão social” como eixo articulador dos currículos requer, no plano formativo do Serviço Social, compreendê-la a partir de três pressupostos: “[...] primeiro, como elemento determinante da fundação da profissão, segundo, como objeto de trabalho e, por fim, derivando dessas premissas, como elemento articulador no processo de formação para o trabalho de todas as disciplinas” (ZACARIAS, 2017, p. 140).

A lógica materialista de produção da história em Marx confere à categoria trabalho a devida priorização na formação através das Diretrizes Curriculares pela inscrição do assistente social em processos de trabalho coletivo, sujeito às suas dimensões concreta e abstrata, que serão contempladas no próximo subitem. A partir das diretrizes, a formação para o trabalho deve ser acompanhada de “um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social (ABEPSS, 1996a, p. 08).

Para amparar esse debate teórico-metodológico, as Diretrizes Curriculares preveem núcleos de fundamentação coerentes com a direção social assumida pelo Projeto Profissional de Ruptura, quais sejam: os Núcleos de Fundamentos da Vida Social, da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996a). Estes, articulados pelos eixos da questão social e do trabalho, favorecem a superação de uma abordagem fragmentada e tricotômica, presente no currículo de 1982, consistindo em níveis de abstração “complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária” (IAMAMOTO, 2014, p. 620) e expressando “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1996a, p. 09).

A concepção dos Fundamentos do Serviço Social, a partir das Diretrizes Curriculares, compreende a profissão

(...) enquanto especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Esta perspectiva destaca, fundamentalmente, a historicidade do Serviço Social, entendido no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Implica, pois, compreender a profissão como um processo, vale dizer, ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve (ABESS, 1996a, p. 60).

O esvaziamento na versão do MEC, de 2001³⁸, dos tópicos de estudos, articulando organicamente os referidos núcleos, na lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, representa, “na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país”, restando à formação a vulnerabilidade diante da absorção das demandas do mercado livremente pelas unidades de ensino³⁹ (IAMAMOTO, 2014), o que redobra a relevância do adensamento dos fundamentos do Serviço Social.

³⁸ O texto legal das diretrizes curriculares, homologadas em 04/072001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC-Sesu, 1999), sofre forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

³⁹ O desmensurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado — em particular do ensino a distância — tem implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”, tendentes a um processo de politização à direita da categoria (IAMAMOTO, 2014, p. 629).

Na literatura do Serviço Social, para problematização dos fundamentos do Serviço Social, recorre-se à Yazbek (2009), Simionato (2004), Cardoso (2016) e Iamamoto (2012), com destaque à produção recente de Closs (2017) e Zacarias (2017). Para Yazbek (2009), os Fundamentos do Serviço Social congregam as dimensões históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, requerendo ao assistente social “[...] o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção” (YAZBEK, 2009, p. 1).

Logo, a compreensão do trabalho, nas diferentes conjunturas econômicas, políticas e culturais organizacionais nas quais o assistente social se insere, é dimensão basilar para propiciar a conjugação do conhecimento e realidade social, fomentando condições de aprimoramento da formação e do trabalho concernentes ao Projeto Ético Político. Simionato (2004) e Cardoso (2016), conforme pesquisa documental sobre os Fundamentos do Serviço Social de Closs (2017), analisam os Fundamentos do Serviço Social na formação, problematizando a conjugação das categorias história e totalidade, na concepção e no ensino dos Fundamentos.

Cardoso (2016) parte da perspectiva do Serviço Social como uma totalidade histórica, e a história como uma sequência de processos diversos e não lineares, configurando diferentes formações sociais nas quais o Serviço Social se insere como profissão:

O Serviço Social como totalidade histórica, define-se por um conjunto complexo ou complexo de determinações que, inserido no movimento real totalizante de uma determinada formação social, transforma as suas determinações constituintes e transforma-se na totalidade como profissão, ao mesmo tempo que exerce influência nas transformações qualitativas das totalidades concretas em que se insere a história. É portanto determinado socialmente e tem uma função na história (CARDOSO, 2016, p. 152).

Essa consideração requer o reconhecimento de que a passagem do conhecimento apreendido na formação profissional para o trabalho não é direta, tampouco o trabalho isolado é condição para extração de recursos teóricos, demandando um processo de vinculação ao Projeto Ético Político: uma valoração ética e política. A compreensão do horizonte histórico do Projeto Profissional que

emana das contradições de classe só se torna real na medida em que se processem mediações no âmbito das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, superando o discurso que dissocia a formação da ação competente: “[...] a ação competente – no sentido de dar respostas adequadas às necessidades da população que busca por serviços sociais, indo além das demandas aparentes – exige uma análise concreta da realidade e o conhecimento do significado social da profissão” (SANTOS, 2016, p. 268).

É necessário, portanto, aprofundar a mediação dos fundamentos teórico-metodológicos ao trabalho, já que, ao mesmo tempo em que a profissão se transforma na totalidade, “[...] exerce influência nas transformações qualitativas das totalidade concretas em que se insere” (CARDOSO, 2007, p. 33), o que deve ser problematizado considerando a realidade do trabalho profissional. Conforme provoca Iamamoto (2012, p. 44):

Requer uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o dever ser com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta ideal, porque abstraída da realidade histórica, elidindo as particulares determinações e mediações que incidem no processamento desta especialização de trabalho coletivo.

Nesse ínterim, Simionatto (2004), resgatando os princípios da formação profissional estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares, reforça que não apenas a história deve ser o fio condutor do ensino de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social, mas justamente os veios ético-políticos assumidos pela profissão, sua identidade no decurso do tempo, forjada em diferentes conjunturas de produção capitalista, devem conformar a formação e o trabalho profissionais. Salienta ainda que o pressuposto pedagógico de apreensão da realidade social da própria profissão deve transcender as disciplinas de Fundamentos e expandir-se no ensino para as demais disciplinas:

Os fundamentos teórico-metodológicos não são, portanto externos à profissão, mas reconstruções teóricas que permitem articular as competências profissionais, construir pautas interventivas a partir de uma leitura da realidade que ‘envolve indivíduos e coletividades, classes sociais e grupos sociais, tensões e acomodações, rupturas e transformações’ (SIMIONATTO, 2004, p. 40).

Partindo-se da premissa de que teoria e prática são dimensões inseparáveis, e que o trabalho competente é resultante da teoria que ilumina e fundamenta (SIMIONATTO, 2004), é importante aprofundar o debate em torno da mediação entre as dimensões técnica e política da formação e do trabalho profissional sem a dicotomização de ambas, mas na inter-relação enquanto elementos qualitativos da formação e do trabalho:

[...] a dicotomia pode ser evitada, e superada, se tomarmos consciência de que há uma dimensão ética articulada à dimensão política e à técnica. Não se trata de acrescentar mais um elemento aos já existentes (o que certamente não faria avançar a discussão e só contribuiria para complicá-la), mas trata-se de apontar um elemento que existe como mediação entre as duas dimensões – inseparáveis – da competência. [...] ser competente é saber fazer bem o dever (RIOS, 1993, p. 09).

Os desafios postos à conjugação dos Fundamentos do Serviço Social na Formação e no trabalho profissional são apontados em uma pesquisa recente de Closs (2017, p. 12):

Os Fundamentos do Serviço Social constituem matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político.

A mediação da teoria e do método (conhecimento) marxista à formação do Serviço Social foi alvo de pesquisa de Zacarias (2017) para a identificação da observância às Diretrizes Curriculares de 1996 nos currículos. Os dados coletados no Rio Grande do Sul revelam o incipiente acesso/investimento à/na literatura marxiana no ensino, processo agravado pela “existência de uma base eclética das bibliografias que subsidiam a formação, tendo um espaço minoritário as obras de perfil epistemológico crítico-marxista” (ZACARIAS, 2017 p. 188).

Tal perspectiva é corroborada também na já referida pesquisa⁴⁰ de Closs (2017) em torno da produção intelectual do Serviço Social e sua mediação com os Fundamentos do Serviço Social. A pesquisa aponta que a pauta dos esforços produtivos intelectuais em Serviço Social das décadas de 1993 a 2013 tem priorizado outras temáticas que não os Fundamentos do Serviço Social, não sendo estas menos relevantes, considerando a natureza e as tendências do assalariamento e das requisições das diferentes conjunturas expressas (e permeadas pela ideologia do Estado) nos espaços sócio-ocupacionais para o assistente social:

[...] Uma contradição em processo entre o adensamento conceitual totalizante dessa matriz e a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional, numa conjuntura de ofensiva do capital sobre o trabalho, as lutas e os direitos sociais, a qual impacta nas próprias bases históricas da hegemonia desta matriz e também fragiliza essa conjugação (CLOSS, 2017, p. 12).

A desconexão da abordagem direta à matriz de Fundamentos do Serviço Social, e desta imbricada ao lastro de requisições à categoria, reitera a já evidenciada fragilidade no trato teórico-metodológico direto do referencial marxista, podendo pautar a produção intelectual aos valores ideológicos acríticos presentes na lógica mercadológica organizacional estatal das Políticas Sociais, maior campo da inserção no trabalho⁴¹, acarretando a fragilidade da identidade do assistente social:

[...] perguntar por sua identidade significa perguntar por sua participação na trama de relações sociais, por sua legitimização como prática de caráter popular, por seu vínculo com a formulação e execução das políticas sociais autênticas; enfim, significa perguntar por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo presente que cada momento tem em si a força do inaugural, o impulso criador do novo (MARTINELLI, 2003, p. 159).

⁴⁰ Segundo pesquisa de Closs (2017), dos 2.031 artigos publicados em 11 revistas de Serviço Social entre 1993-2013, 15,91% abordam temáticas referentes aos Fundamentos Profissionais, mas nem 1% dedica o trato direto aos Fundamentos do Serviço Social.

⁴¹ O que se pode inferir ser expressão também da lógica pós-moderna, que nega a totalidade e a compreendendo como “perpétua mudança”. A partir da efemeridade das áreas temáticas, a pesquisa cede à lógica da flexibilização, cooperando para um esforço intelectual caótico, fragmentado nas dimensões da vida social (demandas específicas), descolando-se do objeto de estudo/trabalho que contempla as condições epistemológicas para o estabelecimento da problematização da realidade social e de suas reais requisições ao Serviço Social, respondendo à questão “como poderíamos aspirar e agir coerentemente diante do mundo” (HARVEY, 1994, p. 55).

Assim, os Fundamentos do Serviço Social são compreendidos enquanto articulação das dimensões históricas, teóricas e metodológicas, éticas e políticas da profissão, estabelecendo-se como dimensão central do Projeto Profissional do Serviço Social. Ou seja, os Fundamentos podem ser compreendidos como a mediação que “[...] possibilita articular a compreensão mais ampla da inserção da profissão na totalidade social, ao mesmo tempo captando e iluminando a leitura da singularidade das situações que esta profissão se defronta na divisão sociotécnica do trabalho” (CLOSS, 2017, p. 32), uma

Resta assumir a perspectiva de que para a consolidação da direção social do Serviço Social, além da pesquisa das propostas formativas (que congrega futuros profissionais) e da pesquisa em torno da produção intelectual, ou seja, dos “parâmetros ídeo-políticos e teórico-culturais de mais forte presença no campo profissional” (NETTO, 1996, p. 111), seja necessária a problematização da dimensão do trabalho e da transversalidade da questão social como pressuposto analítico, conferindo visibilidade aos núcleos centrais das dimensões dos fundamentos, quais sejam “o debate teórico-metodológico marxista, na análise de sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético-político” (CLOSS, 2017, p. 12). A dedicação à dimensão do trabalho será apresentada no próximo item.

3.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E ESTATUTO ASSALARIADO

Compreender o que é trabalho e qual conceito é incorporado pelo Serviço Social consiste num pressuposto para analisar a relação dialética entre o seu processo histórico de profissionalização e de sua inscrição na divisão sócio-técnica do trabalho, considerando a relevância e a transversalidade dessa categoria teórica no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social, o que é favorecido pela revisão bibliográfica de Yamamoto (2015) e Raichelis (2018; 2011).

O trabalho é tematizado pelo Serviço Social a partir da apropriação do pensamento marxista, especialmente a partir de 1980 e 1990, quando se assumem, na formação que parte das Diretrizes Curriculares, os pressupostos filosóficos,

econômicos e a perspectiva emancipatória, numa relação de unidade, tanto da análise da sociedade quanto da profissão (ZACARIAS, 2017). Essa perspectiva adensa-se significativamente principalmente a partir da década de 1980, impulsionada pela obra *Relações Sociais e Serviço Social*, a qual apresenta “[...] uma análise inaugural do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e reconhecendo o assistente social como trabalhador assalariado” (RAICHELIS 2011, p. 422).

Tal apreensão teórica está intimamente atrelada ao sentido histórico do período que, no cerne das lutas e dos movimentos dos trabalhadores, conferiu lógica às perspectivas marxistas no contexto brasileiro, deu vazão a uma perspectiva política e ética críticas dos fundamentos do Serviço Social e coerência entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do trabalho dos assistentes sociais, conforme já elucidado.

Desta forma, cumpre-se brevemente recuperar o trabalho em Marx e as categorias analíticas críticas que balizam os fundamentos do Serviço Social. Contemplando os reducionismos da discussão de trabalho, valor e classes sociais, voltados à produção e exploração do trabalho material da classe operária (AMORIM, 2014; LESSA, 2016; RAICHELIS, 2018), assim como as polêmicas daí decorrentes, no debate da teoria do valor do trabalho e dos aspectos imateriais na prestação de serviços e improdutivos na esfera estatal, parte-se da premissa de que o Serviço Social é trabalho e, como tal, é atravessado pelos dilemas históricos comuns à classe trabalhadora nas diferentes conjunturas.

Apoiando-se na perspectiva filosófica de Marx, a existência humana é produzida na história: para os homens fazerem história, devem ter condições de vida, cuja forma de sobrevivência é a transformação da natureza com vistas ao suprimento de necessidades humanas. Além de conhecer a natureza e suas necessidades, há que se identificar quais são os meios para transformá-la, já que as condições de vida “partem da terra para o céu”, não de forma mágica, mas dos homens de carne e osso, que executam atividades concretas, a priori, de suas “fantasmagorias existentes no cérebro” (MARX, 1998, p. 19). Saber transformar a natureza, ter a consciência e as ideias sobre ela, e das formas de transformá-la, não é um processo autônomo das condições materiais da vida.

À toda ação entre a natureza, homem e meios para a produção de condições de atendimento às necessidades/motivações humanas, segundo Marx, confere-se o conceito de trabalho. Quanto mais desenvolvida a capacidade de produção destas condições de satisfação, mais complexa é a divisão do trabalho, que se aprimora no tempo e no espaço quantitativamente aos recursos já existentes para essa produção, mas, de forma eminente, qualitativamente pela força criativa de novas estratégias de produção (MARX, 1998).

Essa produção é o primeiro ato histórico; os demais, não são um processo isolado, mas se estabelecem na relação entre os indivíduos através da linguagem e destes com a natureza, ou seja, a “consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que os cercam, marca para o homem, o começo da consciência do fato de que, afinal, ele vive em sociedade”, estabelecendo relações sociais (MARX, 1998, p. 25). As relações sociais, para além das provisões materiais, estabelecem-se em classes sociais: uma que vive-do-trabalho, na sociedade capitalista, e outra que detém os meios e propriedades de produção, tecido social histórico contraditório do qual emergem as expressões da questão social, sejam estas de dominação e exploração, sejam de luta e resistência.

À tomada desta consciência da demanda produtiva alia-se, intrinsecamente, a materialização da divisão do que, por que, como, para que e com quem transformar a natureza, condensando um conjunto diverso de propriedades/capacidades para o trabalho, isto é, a divisão do trabalho (MARX, 1998; IAMAMOTO, 2014; 2015). O Serviço Social como trabalho implica pressupor que os assistentes sociais exercem uma atividade especializada no universo do trabalho coletivo, já que que “o trabalho não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social” (RAICHELIS, 2011, p. 423), na relação contraditória entre as classes sociais. A partir da crítica à economia política, Marx adensa a teoria do valor e a análise da produção capitalista que implica, necessariamente, na expropriação primitiva da natureza (objeto) e dos meios de transformá-la, nos marcos da origem da acumulação primitiva, revelando acumulação: a categoria de mercadoria aos frutos do trabalho e do próprio trabalho capitalista, célula fundamental da sociedade burguesa no capitalismo, como uma espécie de fetiche, que oculta a vontade e o trabalho do homem na produção. Restam, assim, alienados do homem o produto e o próprio trabalho. Logo, a partir da categoria da alienação, o homem, uma vez desprovido do acesso à natureza e

aos meios, estranha o produto e os meios de trabalho, porque a produção é autônoma de sua necessidade e intenção (MARX, 1998; IAMAMOTO, 2014; 2015).

Ainda sob a lógica de expropriação e estranhamento, os produtos no sistema capitalista (mercadorias) tem a si atribuídos um valor de uso que supre a necessidade para a qual foram produzidos; além disso, há um valor de troca mediado pelo dinheiro, o equivalente geral. Ocorre que o trabalho, a partir do processo de acumulação, é apropriado pelo capitalista que o insere no “fetiche” da mercadoria, sendo-lhe, da mesma forma, atribuído um valor de troca (IAMAMOTO, 2015).

Na análise da realização do trabalho, este é acionado pela força de trabalho como um “conjunto de capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo” (MARX, 2017, p. 242). No sistema capitalista, essa força é colocada à venda e, da mesma forma, é mediada pelo valor, por renda e capital nos processos de trabalho:

[...] essa mercadoria “força de trabalho” só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho que, não sendo de propriedade do assistente social, devem ser colocados à sua disposição pelos empregadores institucionais: recursos materiais, humanos, financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS 2011, p. 425).

A produção pelo homem, uma vez alienada da natureza e dos meios, relativiza a autonomia humana no processo de trabalho, já que este passa a não dispor das condições e relações necessárias para executá-lo, apartando-o da tomada de consciência e decisão da integralidade do processo de trabalho, corroborando com a não identificação do homem como sujeito na produção e autor do próprio trabalho (MARX, 2017; IAMAMOTO, 2015; RAICHELIS, 2018).

O trabalho, a partir da perspectiva socialista, é considerado o agente propulsor da contradição entre os proprietários dos meios de produção e do proletariado no sistema capitalista e, da mesma forma (a partir das ideias advindas da identificação do próprio Marx e Engels como sujeitos desta condição de trabalhadores), o trabalho passa a ser também o propulsor da possibilidade de superação dessa contradição através da organização dos trabalhadores, como uma

espécie de indivíduos políticos coletivos, numa perspectiva de emancipação dos trabalhadores como força contrária ao sistema de acumulação em favor da socialização da propriedade e dos meios de produção. Mostra-se relevante, nesse momento, a crítica aos modelos de revoluções burguesas, que seria uma revolução “(...) que deixa de pé os pilares do edifício” (MARX, 2005, p. 154 apud ZACARIAS, 2017, p. 80), mantendo intacta a concentração de meios de produção e, logo, restringindo-se à emancipação política do indivíduo isolado pela via “democrática” estatal.

A força de trabalho, como único elemento possível ao homem para garantir a sobrevivência, estabelece-se ao proletariado como a única propriedade/mercadoria passível de ser vendida pelo assalariamento. A capacidade de trabalho⁴² “não é nada quando não é vendida” e, como mercadoria, condensa a dupla dimensão de trabalho concreto, voltado a bens com finalidade de uso e a dimensão abstrata do valor de troca, mediada pelo dinheiro, que lhe é atribuído pelo salário e pago pelo tempo dispendido para a produção das “mercadorias”, e não pelo valor que as mercadorias produzidas valem efetivamente (MARX, 2017, p. 248). Este trabalho não é valorado pelo valor equivalente às mercadorias ou à força de trabalho produzidas, emergindo a noção de exploração do trabalho para extração de mais-valia: salários não correspondentes ao tempo de trabalho e mediado pela evolução da tecnologia e de diferentes modos⁴³ de organização da produção, até a contemporânea fase de mundialização da economia, qual seja, a acumulação flexível (NETTO; BRAZ, 2012):

“Assim, o trabalho concreto, particular, específico e distinguível se subordina histórico-socialmente ao trabalho abstrato, isto é, um trabalho em geral e que expressa diferentes quantidades de valor, fator que os torna socialmente intercambiáveis” (AMORIM, 2014, p. 31).

À luz das categorias teórico-analíticas marxistas, a discussão das tendências e a morfologia do trabalho no cenário brasileiro vêm sendo adensadas pela

⁴² Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria-se o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produzem-se valores de uso (MARX, 2013).

⁴³ Para aprofundamento, ver fordismo, taylorismo e toyotismo em Netto e Braz (2012, p. 208-253).

sociologia e pela economia do trabalho notadamente por Antunes (2018) e Druck (2011; 2016), especialmente ao redor do processo de precarização social do trabalho a partir das categorias flexibilização, desregulamentação e precarização. Druck (2011), partindo de uma perspectiva histórico-dialética, analisa a complexidade das transformações do trabalho na medula da reestruturação produtiva. O autor evidencia a tônica do trinômio flexibilização, desregulamentação e precarização social como processos transversais no mundo do trabalho que, em que pesem serem de alcance do tecido macrossocial, particularizam-se nos diferentes tempos e espaços, “assumindo configurações específicas de etnia, gênero, geracionais e de novas inter-relações entre família e indivíduo” (DRUCK, 2011, p. 9).

Assim, a discussão entre novas ou velhas conformações das condições e relações de trabalho devem ser analisadas enquanto imbricada em processos de reprodução, “porque a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um fenômeno de caráter macro e microssocial” (DRUCK, 2011, p. 37). O recorte histórico cumpre destacar a ruptura do padrão fordista e as mudanças decorrentes do processo multidimensional de acumulação flexível e suas replicações nos processos de trabalho, agudizando estratégias de exploração do trabalhador sob “novas” roupagens no trabalho e nos direitos sociais, impactando, sobremaneira, na saúde do trabalhador, além de novas formas de resistência (DRUCK; FRANCO, 2011).

Antunes (2018) reforça que a conjuntura econômica alicerçada na financeirização do capital condiciona a lógica de produção, favorecendo a flexibilização que tem, na esfera estatal, o aporte necessário para lançar mão das estratégias pela crescente na acumulação e, logo, pela exploração do trabalhador, especialmente expressa pela desregulamentação do direito do trabalho.

Para Druck (2016), nos 25 anos, é possível depreender os principais indicadores da precarização social do trabalho:

- 1) as formas de mercantilização da força de trabalho (o mercado de trabalho); 2) os padrões de gestão e organização do trabalho; 3) as condições de (in)segurança e saúde no trabalho; 4) o isolamento e a perda de enraizamento e de vínculos resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da discriminação, afetando decisivamente a

solidariedade de classe; 5) o enfraquecimento da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores; e, por fim, 6) a 'crise' do direito do trabalho motivada pela ofensiva patronal, que questiona a sua tradição e existência, expressa hoje nos ataques à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a exemplo das 101 propostas de modernização trabalhista formuladas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou do projeto de lei nº 4.330, proposto e defendido pelo empresariado, que libera a terceirização sem limites (DRUCK, 2016, p. 6).

A condição e a relação de trabalho terceirizado é a estratégia de contratação que contempla esses seis indicadores, emergindo como a mais perversa face do trabalho na atualidade, apontando, em vista disso, uma lacuna investigativa, a da precarização e terceirização no serviço público, mas não como forma de substituir o Estado pelo mercado, mas o seu aparelhamento para a fetichização de direitos em mercadorias (DRUCK, 2016).

Antunes (2018, p. 155) corrobora que a terceirização configura-se como um “fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, sendo uma prática de gestão/organização/controle que discrimina e, ao mesmo tempo, é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista”, potencializando informalidade, rotatividade, baixos salários, obstrução do acesso a direitos trabalhistas e fragilização de sindicatos e/ou entidades representativas, além dos agravos diretos à saúde física e mental dos trabalhadores. Druck (2016, p. 15), discute a terceirização da força de trabalho público e a produção de valor de uso público e serviço à sociedade como especialmente estratégica para o capital (no caso, o brasileiro):

[...] é um dos mecanismos mais eficientes de desmonte do conteúdo social do Estado e de sua privatização, que ocorre mediante formas diversas de precarização do trabalho, pois a terceirização – por meio de organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público, empresas privadas, empresas públicas de direito privado, parcerias, dentre outras – é o meio principal que as forças políticas neoliberais encontraram para atacar o coração de um Estado social e democrático: os trabalhadores que constituem o funcionalismo público.

Amorim (2014) analisa e critica as teses que apontam o trabalho em serviços, o trabalho imaterial, como “nova força produtiva” fundada na chamada economia do conhecimento, sugerindo o “fim do trabalho”. Segundo a análise do autor, as teses fundamentam o conhecimento e a informação como o “núcleo duro”, imensurável e não quantificável (não podendo ser valorado), dicotomizando materialidade e

imaterialidade do trabalho⁴⁴. Tal fragmentação analítica é prejudicada, da mesma forma, pela “separação mecânica do que é ou não trabalho e trabalhador produtivo e improdutivo” (AMORIM, 2014, p. 41), aspectos os quais, apesar de relevantes, não serão aprofundados nessa pesquisa.

Na crítica que realiza, Amorim (2014, p. 35) defende os serviços como trabalho, já que todo o trabalho é um processo, “uma objetivação que tem por fundamento a marca da subjetividade histórica”:

[...] o capital procura combinar a produção de mercadorias materiais e imateriais, articulando, para isso, regiões distintas e também diferentes aparatos tecnológicos e gerenciais. Essa combinação de formas de produção industrial tradicionais, com um continente cognitivo, que até ontem foi pouco explorado pelo capital, alargou a dominação e a exploração do trabalho, racionalizando ainda mais os processos de trabalho (AMORIM, 2014, p. 43).

O Serviço Social é trabalho imaterial, já que se expressa em serviços e, na maioria dos espaços sócio-ocupacionais, como improdutivo, já que é desenvolvido no setor estatal. A apropriação do pressuposto empírico e teórico da condição de trabalhador assalariado nas conjunturas sociais capitalistas é temática privilegiada pela interface com a teoria social crítica, especialmente à luz da crítica à economia política e do método histórico dialético, além do pressuposto da dupla dimensão do trabalho, seja essa concreta, qualitativa, seja abstrata e quantitativa:

[...] quando não se parte da economia política do trabalho, que tem na mercadoria a célula básica da sociabilidade burguesa, aquela tensão se desvanece e o trabalho profissional passa a ser tratado unilateralmente na sua particularidade enquanto valor de uso; [...] considerando-se apenas a qualidade do trabalho, corre-se o risco de resvalar a explicação para uma análise a-histórica, ainda que em nome da tradição marxista (IAMAMOTO, 2015, p. 216).

⁴⁴ “Importante destacar que a imaterialidade do trabalho, proclamada pela “economia do conhecimento”, sugere, por fim, que a produção de mercadorias industriais e, com isso, a teoria marxista, teriam sido colocadas em questionamento. Não obstante, essa assertiva tem como fundamento que a reprodução das relações de produção capitalistas estaria assentada apenas no trabalho manual. Com a redução do número de postos de trabalho manuais na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, a partir de 1960, e com o ascenso dos trabalhos imateriais, a economia baseada na produção de valor estaria fadada ao declínio. A materialidade do trabalho é, assim, confundida com sua natureza física. Há, portanto, nessa interpretação, um reducionismo analítico, no sentido em que se consideram sólidos apenas os elementos físicos do processo de produção e não as relações sociais de produção, os valores, as expressões simbólicas e os confrontos políticos, sínteses da luta de classes que estruturam essa produção” (AMORIM, 2014, p. 37).

Iamamoto (2015) esclarece que os valores de uso do trabalho do assistente social foram historicamente possibilitados pela inerente troca mercantil com o Estado pelo assalariamento, forjando diferentes entendimentos do(s) objeto(s) da profissão, seja no interior da categoria, seja pelos empregadores. Com o advento do Projeto Ético Político e o amadurecimento da ruptura com o conservadorismo, arraigado de pressupostos teóricos especialmente positivistas, a questão social torna-se o eixo articulador da formação, do aparato normativo legal e ético no trabalho, conferindo particularidades qualitativas à profissão, bem como um posicionamento crítico da sociabilidade burguesa.

Tal consolidação no interior da categoria, em que pese o rigor legal imposto pelos aportes legais às instituições empregadoras, tem a transversalidade de diferentes relações e condições de trabalho nos variados espaços de trabalho nos quais os assistentes sociais se veem inseridos. Há que se considerar que a divisão social e técnica do trabalho vem baseada em pressupostos funcionalistas, estabelecendo uma estratificação das profissões. Essa tênue linha entre os consensos da categoria⁴⁵ quanto à natureza de sua profissão, sua teleologia e a imposição de “regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além das normas contratuais (salário, jornada, entre outros), condicionam o conteúdo de trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 219) que, no alicerce das instituições, vem forjado pelo também funcionalismo estatal que fragmenta a realidade social (e suas requisições) em direitos específicos às diferentes expressões da questão social, pulverizando orçamentos e competências.

Tal contradição é apenas dialeticamente superada pelo Serviço Social a partir da totalidade e da historicidade da realidade social, nas demandas e lutas dos sujeitos e coletividades à luz de lentes teórico-críticas. Assim, a resistência do Projeto Ético Político do Serviço Social materializa-se nos meandros do exercício da autonomia profissional, sendo “orientado por uma teleologia emancipatória, enfrentando contradições de um trabalho tensionado pelas lutas de hegemonia presentes no sistema metabólico do capital” (RAICHELIS, 2018, p. 61), que tem no Estado o seu agente regulador e empregador:

⁴⁵ “Mesmo com as características “definidoras” de sua profissionalidade, o Serviço Social mantém traços de uma profissão em cuja origem, estão presentes elementos vocacionais como valorização de qualidades pessoais e morais; apelo ético, religioso ou político como justificativa de seu engajamento; discurso altruísta e desinteressado; presença do primado “do ser sobre o saber” (RAICHELIS, 2018, p. 31).

É com os recursos do Estado, e com uma retórica em geral muito tradicional (o “interesse nacional”, a “segurança” do país, o “bem do povo” etc.), que os governos, em nome de uma concorrência que eles mesmos desejaram e de uma finança global que eles mesmos construíram, conduzem políticas vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados de seus países (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 276).

Nesse aspecto, as políticas sociais representam os meios de trabalho, e as instâncias que mediam a empregabilidade disponibilizados pelo Estado ao assistente social são a elaboração e o financiamento das políticas estatais forjados pela lógica de “compatibilização” dos interesses público e privado, dificultando “possibilidades de constituição da esfera pública democrática que, agravada pela agenda neoliberal, reforça os interesses do capital sobre o trabalho” (RAICHELIS, 2018, p. 42).

Rachelis (2011), na discussão que realiza sobre a inserção do assistente social na divisão sociotécnica do trabalho, adensa aspectos do trabalho abstrato, problematizando as novas configurações e demandas nos diferentes e novos espaços sócio-ocupacionais. A partir dessas apropriações, analisa as expressões indicadoras de violação de direitos do assistente social como trabalhador e reforça a relevância de problematização destes aspectos na contemporaneidade à luz da particularidade brasileira, já que

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2011, p. 422).

A autora aponta que especialmente a partir de 1990 “se presenciam mais claramente os influxos da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e da efetivação das políticas neoliberais” (RAICHELIS, 2011, p. 421), repercutindo nas condições e relações dos trabalhadores, aviltando elementos que evidenciam a precarização dessas conformações.

Como visto, desde as origens, o Serviço Social teve seu escopo profissional forjado pelas organizações às quais seu trabalho se voltou: Igreja e Estado. O Estado capitalista, historicamente, lança mão de harmonizar a tensão entre as classes, e essa lógica interventiva está na identidade histórica da própria profissão.

A partir do Projeto Profissional assumido, o trabalho é tensionado pelo efeito de preservação do sistema de acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, pelo favorecimento do acesso aos direitos sociais sociais, especialmente na perspectiva de cidadania presente nas Políticas Sociais no enfrentamento da “questão social”. Equacionando a instituição empregadora e a ética assumida no Projeto Profissional crítico, trabalho e profissão representam as “dimensões que se determinam reciprocamente à luz da historicidade que caracteriza a totalidade social contraditória” (RAICHELIS, 2018, p. 33), que conforma o processo de profissionalização do Serviço Social.

Descolando-se, contudo, o Serviço Social da noção de trabalho, reduz-se a análise da profissão à lógica positivista⁴⁶ presente na divisão social e na técnica das profissões ou, ainda, reforça-se uma lógica funcionalista e endógena das competências das profissões e sua subserviência aos objetos das instituições. Especificamente no caso do Serviço Social, reitera-se, assim, a arraigada noção de competência individual atrelada à vocação do *ser* assistente social (RAICHELIS, 2018; IAMAMOTO, 2005). Desta forma, as particularidades do trabalho do assistente social enquanto serviço majoritariamente realizado junto às políticas sociais, principal alvo de iniciativas neoliberais capitaneadas pelo Estado e pela ofensiva do capital sobre o trabalho, impacta diretamente nas dimensões do trabalho concreto e abstrato do profissional da área (IAMAMOTO, 2015; RAICHELIS, 2011).

O Serviço Social, traçando identificações estratégicas junto à classe trabalhadora, apreende: 1) a natureza de seu trabalho concreto na totalidade histórica das conformações do capital e do trabalho ao longo da trajetória de sua institucionalização/profissionalização (IAMAMOTO, 2009) diante das diferentes nuances da exploração e a alienação dos trabalhadores, impactando no trabalho do assistente social pela repercussão destes determinantes na questão social, objeto de seu trabalho e elemento da realidade que confere significado social à profissão; e, indissociavelmente, 2) a natureza do trabalho abstrato que, na mesma medida, pela condição assalariada, expressa a subordinação do assistente social às condições e relações de trabalho, que incluem a exploração e a alienação do

⁴⁶ Uma lógica voltada às necessidades de manutenção do sistema de acumulação e não às dos trabalhadores.

trabalho e do objeto, além de sua sujeição aos “parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho” (IAMAMOTO, 2015, p. 218) ao longo de sua história.

O assistente social participante de um processo de trabalho no sistema capitalista afirma “sua dimensão teleológica e criadora” (IAMAMOTO, 2015, p. 14) com finalidade, conhecimentos e valores éticos, superando a noção de prática sujeita às diferentes lógicas institucionais, mas para a conexão de seu exercício à profissionalidade relativamente autônoma da qual dispõe na relação com usuários e nos meios de trabalho, ou seja, “[...] a partir de conhecimentos técnicos; presença de uma deontologia e de um Código de Ética; regulamentação legal que dispõe sobre o exercício profissional, competências, atribuições privativas e fóruns para defender o exercício da profissão” (RAICHELIS, 2018, p. 31).

Deve-se, portanto, inserir a relevância do debate da unidade entre teoria e prática no Serviço Social. Isso requer considerar os aportes teórico-metodológicos e ético-políticos do Projeto Ético Político, compartilhados coletivamente em favor da classe subalterna e ancorada na intenção de ruptura com o conservadorismo, o método materialista-dialético como meio de desvendamento da questão social e a emancipação humana como horizonte histórico, além dos valores ideológicos institucionais destes espaços e das perspectivas do “prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas” (IAMAMOTO, 2009, p. 14), contemplando a lógica do acesso a direitos e as condições e relações de trabalho, inerentes ao assalariamento.

Situar a profissão como executora de serviços e de sua condição de trabalhador médio possibilita relativa autonomia para o elenco de meios de trabalho, provocando a lógica de finalidade coletiva da profissão, mas, acima de tudo, a “dimensão abstrata do trabalho profissional, como partícipe do circuito da produção e/ou (re)distribuição do valor na sociedade mercantil” (RAICHELIS, 2018, p. 32), num cenário de profunda ampliação de estratégias mercadológicas de extração de sobretrabalho, avanço do trabalho tecnológico e aumento do desemprego, aliados à tríade flexibilização/precarização/terceirização, fluidez da regulamentação,

contratação e hierarquização do trabalho e dos direitos a ele inerentes, além de seus rebatimentos políticos pela frágil coletividade identitária de classe⁴⁷.

Tais aspectos expressam-se de formas diversas nos diferentes espaços ocupacionais dos assistentes sociais, o que provoca a pesquisa para a apreensão das características destes espaços e do trabalho desenvolvido (IAMAMOTO, 2009). A condição de trabalhador coloca, ao assistente social, a agudização das condições de trabalho do contexto capitalista contemporâneo: de financeirização do capital, ampliação de tecnologias da informação e avanço da cultura do gerencialismo, centrado em tarefas avaliadas em seu desempenho e fiscalizadas pelo empregador.

O assistente social, como trabalhador assalariado, vê seu trabalho e a organicidade teórico-metodológica e ético-política proposta pelo Projeto Profissional atravessado por essas tendências, num processo de mercadorização da administração pública do Estado neoliberal, em que a força de trabalho executora dos serviços públicos é a figura do servidor público, “profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas pelo regime jurídico próprio, mas pelos diferentes tipos de trabalhadores” (RAICHELIS, 2018, p. 55), sujeitos às condições desregulamentadas do mercado e expressas pela precarização do vínculo, remuneração e duração do trabalho, tendências aprofundadas pela implosão do funcionalismo público pelo avanço do processo de privatizações e terceirização no serviço público (DRUCK; ANTUNES, 2014 apud RAICHELIS, 2018). Cumpre referir ainda que o setor de serviços tem-se apresentado como dos mais degradantes e extenuantes, cujos rebatimentos demandam maior problematização pelos efeitos na saúde dos trabalhadores:

A reestruturação produtiva do capital e as estratégias neoliberais para o enfrentamento das crises que se aprofundam há pelo menos quatro décadas no mundo e no Brasil, vêm provocando a corrosão persistente e ampliada do trabalho contratado e regulamentado com base na matriz taylorista-fordista, dominante no século XX, sendo substituída pelas mais diversas formas de flexibilização do trabalho inspiradas pelo toyotismo ou modelo japonês, com vistas a ampliar os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor (ANTUNES e DRUCK, 2014 apud RAICHELIS, 2018, p. 50).

⁴⁷ “No caso do Brasil, a precariedade estrutural do trabalho sofre metamorfoses, redefine a composição da classe trabalhadora brasileira, constituindo uma nova hierarquia de precarização e de diferenças no seu interior. Porém, não cria uma nova classe social ou um novo segmento de trabalhadores, que tem sido denominado como precariado. Tal definição ou denominação não é apropriada, pois corre o risco de carimbar determinados conjuntos de trabalhadores, separando-os dos demais, contribuindo para reforçar a divisão e a disputa intraclasse” (DRUCK, 2018, p. 90).

No que tange ao Serviço Social, amplia-se o número de profissionais contratados para projetos, programas e ações fluidas, em precárias condições de trabalho (baixos salários e baixos investimentos públicos nas políticas sociais). Tal precariedade é atravessada pelas desigualdades de gênero, raça e faixa etária. De forma indissociável e contraditória, a qualidade do trabalho sob as lentes do Serviço Social tem sido questionada, talvez pela descontinuidade dos serviços, e o que se tem compreendido como “fetiche” dos parâmetros de atuação (em que pese sua reconhecida importância), e, logo, o distanciamento da centralidade da questão social como objeto de trabalho. A este processo aglutina-se, *pari passu*, o aumento do número de assistentes sociais no mercado de trabalho pelo aligeiramento da formação, reduzindo sua qualidade pela mercadorização do ensino, pelo controle dos currículos e pelo contingenciamento do investimento público no ensino superior, na pesquisa e na extensão:

no contexto dos processos de mundialização e financeirização do capital e de aplicação das políticas de conteúdo neoliberal, as formas de controle, gestão e organização do trabalho, juntamente com a redefinição do papel do Estado e da regulação sobre o mercado de trabalho, constituíram um novo regime de acumulação, em que a flexibilização/precarização do trabalho passou a ser uma estratégia central (DRUCK et al., 2017, p. 114).

O trabalho do assistente social, expresso em suas atribuições e competências, “vem sofrendo um processo de alterações na sociedade contemporânea e conclamam maior investimento por parte da pesquisa na área de Serviço Social, visto não disporem da necessária visibilidade na literatura profissional” (IAMAMOTO, 2010, p. 219), já que mediam o estatuto jurídico, teórico e ético do trabalho do assistente social a partir de seu Projeto Ético Político e do que é ser competente e do que compete ao assistente social, a partir da lógica institucional dos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Os elementos de análise dessa relação na literatura do Serviço Social demonstram “uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção” (IAMAMOTO, 2010, p. 214).

Nesse horizonte, há um desafio posto à consolidação do Projeto Ético-Político, que é o de que as competências e atribuições, tanto na formação quanto no trabalho, estejam iluminadas pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-

políticas do Fundamentos para maior clareza de direção social. Isso é essencial para “contribuir para a superação dos processos de alienação, para a qualificação das políticas públicas, para a ampliação de processos sociais emancipatórios” (PRATES; CLOSS, 2015, p. 368), consideradas as condições e relações de trabalho em um cenário atravessado pela noção de competência, o que será apresentado posteriormente.

3.2 A LÓGICA DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E O SERVIÇO SOCIAL

*É preciso sair da ilha para ver a ilha.
Não nos vemos se não saímos de nós”.*

Saramago

Seguindo a lógica materialista-histórica, analisar a noção de competência no trabalho e na formação requer compreender o processo de sua consolidação no cenário brasileiro e sua influência no Serviço Social. Para tal, lança-se mão de uma sucinta revisão bibliográfica da temática conceitual a partir de Fragelli e Shimizu (2011) e Hirata (2001), sua discussão no trabalho com Fleury & Fleury (2001) e Parente (2004), a gestão de pessoas em Dutra et al. (2006) e sua interface na formação a partir de Ramos (2001).

No Serviço Social, a temática acerca das competências profissionais articuladas à profissão destaca as recentes produções de Silveira (2013), Closs & Prates (2015) e Matos (2015). Salienta-se também os dados de pesquisas bibliográfica de Closs, Serqueira e Pacheco (2017) sobre as produções no período de 2013 a 2016, bem como da referida mestranda, referente aos anos de 2017 a 2019, em torno das produções sobre competências profissionais e fundamentos do Serviço Social nas onze principais revistas da área.

3.2.1 A noção de Competência Profissional: uma breve contextualização

Historicamente, as primeiras pesquisas e produções em torno do termo competência⁴⁸ são atribuídas às áreas de psicologia e administração, a partir da década de 1970, nos marcos da crise capitalista e da transição para o modelo flexível (FLEURY & FLEURY, 2001). Para fins desta revisão teórica, o tema será adensado a partir da literatura que as insere no debate do trabalho e da formação no Brasil a partir de 1990.

Quanto ao conceito de competência, sua origem é da língua inglesa, que diferencia *competence*, relativo a áreas funcionais de, *competency*, voltado a áreas comportamentais. Há, portanto, polarização da análise de competência do indivíduo e do trabalho, revelando diferentes tendências, conforme Fleury & Fleury (2001), cujo maior espraiamento no contexto brasileiro⁴⁹ são as abordagens comportamental e situacional.

A tendência *comportamental* tem origem norte-americana⁵⁰ e estabelece que a competência é orientada ao trabalhador sob a lógica do desempenho individual, concebendo-a a partir do “CHA”: conjunto de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, sendo estes passíveis de demonstração, observação e avaliação,

⁴⁸ Competência é um termo polissêmico, tendo origem etimológica do latim *compétentia*, que remete ao futuro, ao que está por vir, que irá se manifestar (HILLAU, 1994 apud PARENTE, 2004), ou, conforme Silveira (2017, p. 137), a origem do termo relaciona-se ao latim *com* e *pretere*, que significa “pedir ou buscar junto com os outros”. O termo *competency* ou *competencies* refere-se a características individuais, subjacentes à pessoa, qualidades que levariam a um desempenho efetivo superior. É considerado um *input*, uma entrada, um comportamento individual que sustenta o desempenho competente. Já o termo *competence*, ou *competences*, descreve os requisitos do trabalho que o indivíduo precisa saber ou ter para ser capaz de executar uma tarefa ou um cargo. É a descrição de uma ação, o comportamento ou o resultado que uma pessoa deve demonstrar em seu desempenho. Portanto, relaciona-se ao trabalho, é um *output*, saída, e reflete a exigência do trabalho. Trabalhos na literatura apontam ambas as formas tratadas como sinônimos, entendem o duplo sentido e recomendam que o termo *competence* seja usado para se referir às áreas de trabalho, as chamadas “áreas de competência”. Por outro lado, *competency* refere-se às dimensões de comportamento por trás do desempenho competente (FRAGELLI; SHIMIZU, 2011).

⁴⁹ No Brasil, o debate sobre competências emerge na discussão acadêmica, fundamentado inicialmente na literatura americana, pensando-se competência com *input*. A introdução de autores franceses, como Le Boterf e Zarifian, e de autores ingleses, como Jacques e seus seguidores (Bills e Rowbottom, Stamp e Stamp), contribuem para o enriquecimento conceitual e empírico, gerando novas perspectivas e enfoques (FLEURY e FLEURY, 2001).

⁵⁰ Sua origem é atribuída ao psicólogo estadunidense David McClelland, que em 1973 publicou o paper *Testing for Competence rather than Intelligence*. Outros autores americanos compartilham da lógica de que a “competência é um conjunto de qualificações (underlying characteristics) que permite à pessoa uma performance superior em um trabalho ou situação” (DUTRA et al., 2006, p. 3), já inserindo o debate da importância da relação do indivíduo e do cargo, função ou posição nas organizações (FLEURY & FLEURY, 2011).

“acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e na personalidade das pessoas” (FLEURY & FLEURY, 2001, p. 2), e para o desempenho satisfatório no desenvolvimento de uma tarefa. (FLEURY & FLEURY, 2001; FRAGELLI; SHIMIZU, 2011; PARENTE, 2004).

A tendência *funcional*, orientada para o trabalho, enfatiza a capacidade de identificação de atividades fundamentais para a realização de funções determinadas, estabelecendo um conjunto de atributos específicos para o alcance de um desempenho mínimo. A tendência *situacional*, *holística* ou *multidimensional* tem início na França⁵¹ e compila conceitos e modelos existentes. Sua origem é difusa, remonta também à década de 1970 e destaca que a competência é orientada para o contexto, sendo dinâmica e de construção constante, combinando atributos do profissional com o contexto no qual estes podem ser aplicados/“aproveitados”, unindo o indivíduo e a organização (FRAGELLI; SHIMIZU 2011). A discussão da tendência situacional nasce do

[...] questionamento do conceito de qualificação e do processo de formação profissional, principalmente técnica. Insatisfeitos com o descompasso que se observava entre as necessidades do mundo do trabalho (principalmente da indústria), procuravam aproximar o ensino das necessidades reais das empresas, visando aumentar a capacitação dos trabalhadores e suas chances de se empregarem (FLEURY & FLEURY, 2001, p. 02).

Cabe brevemente contextualizar o conceito de qualificação como pressuposto para a compreensão da noção de competências na formação, lançando mão do estudo de Ramos (2001). Nascida no pós-guerra, o termo qualificação consolida-se como referência das regulações do trabalho, que “visam reconhecer o trabalhador como membro de um coletivo dotado de um estatuto social além da dimensão puramente individual do contrato de trabalho” (RAMOS, 2001, p. 42), como uma relação social na cultura do trabalho. O conceito emerge dos modelos de produção taylorista-fordista, pelos quais é organizada a padronização do emprego, da carreira, da remuneração e do respectivo padrão de formação e

⁵¹ “O marco francês que merece destaque é a inserção de competência no cenário legislativo estatal, fixando no Código do Trabalho Francês de 1980, a avaliação por competências como um direito do trabalhador e a importância da formação por competências pelas empresas com a incorporação da aprendizagem empresarial, notadamente o reconhecimento do [...] princípio do desenvolvimento de competências que se baseia na interação da teoria (derivado de ensino) com experiência (pessoal e profissional). Assim, as competências na França são validadas e não avaliadas. Toda a gama de recursos que o funcionário traz é validado bem acima do que é necessário e posteriormente especificada na descrição de um trabalho” (FRAGELLI; SHIMIZU, 2011, p. 668).

domínio de determinado conhecimento materializado na profissionalização⁵². A qualificação expressou a relação social direta entre a sua dimensão conceitual, relativa à formação teórica, e a dimensão societal, relativa à divisão sócio-técnica do trabalho, por códigos de profissões bem definidas. A qualificação, segundo a Organização Internacional do Trabalho, é definida como “a capacidade potencial do trabalhador de realizar atividades de trabalho a competência como alguns aspectos do acervo de conhecimentos e habilidades dessa capacidade potencial” (RAMOS, 2001, p. 60).

A partir das mudanças operacionalizadas no modelo de gestão flexível, o modelo de qualificações passa a ser questionado e tido como inadequado frente às exigências do mercado: crise do emprego industrial, especialmente pelo avanço da automação, e pela ampliação do setor de serviços, para os quais os parâmetros clássicos da qualificação por postos de trabalho não encontram aplicação. Estabelece-se uma tensão entre o binômio formação-emprego “pela distância entre objetivos econômicos e recursos promovidos pela experiência educativa” (RAMOS, 2001, p. 62): o saber deixa de ser sinônimo de competência e a profissionalização, ou seja, o conjunto de competências, exige mais do que saberes, colocando-se em questionamento diplomas, métodos de ensino e conteúdo (ROCHE apud RAMOS, 2001).

Desta forma, os modelos de carreira e de formação técnica, postos de trabalho e critérios objetivos, dão lugar à competência individual dos trabalhadores na busca pela promoção num cenário de ampliação de contratos temporários por objetivos e não por cargos. As formas de avaliação e autoavaliação alteram a formatação e a circulação hierárquicas nas empresas, corroborando para a fluidez das carreiras e das relações:

Relações sociais em que se inscreviam direitos conquistados e acordos coletivamente negociados também se fragilizam. A solidez de algumas dessas relações – mundo do trabalho e sistema educativo, organização e conteúdo das atividades educativas, validação e reconhecimento dos saberes e das capacidades profissionais, modalidade de recrutamento e

⁵² “Compreende-se profissionalização como resultado de um processo histórico em que ocupações ganham *status* de profissão credenciado no âmbito educacional pelo diploma ou certificado e no âmbito do trabalho pela legislação do exercício que estabelece as barreiras entre as diferentes profissões, processo que ancora-se “em três pilares diversos: as organizações para a fiscalização do exercício profissional; o sindicato, para encaminhar reivindicações de natureza trabalhista; e a associação, atender aos aspectos mais tipicamente normativos e associativos” (RAMOS, 2001, p. 51).

de gestão das carreiras – fluidificam-se para tomar a forma de práticas referentes à competência, que fundam a relação trabalho-educação sobre novas bases (também instáveis) e recorrem frequentemente aos recursos e procedimentos individualizantes (RAMOS, 2001, p. 64).

Há, assim, uma supervalorização subjetiva da competência individual, com viés psicologizante, em detrimento da lógica sociológica do trabalho:

[...] a qualificação é uma mediação do processo em que se relacionam o trabalho concreto e as aprendizagens subjetivas e sociais. Apropriado pelo capitalismo, o trabalho concreto transforma-se em trabalho abstrato e seus conceitos de mediação reduzem-se a fatores de produção. Assim, enquanto que a qualificação remeta-se ao homem em suas condições históricas de produção de existência, construindo-se como conceito histórico-concreto de mediação da relação trabalho-educação, a competência, por abstrair essas múltiplas determinações da atividade humana, pode resgatar uma compreensão essencialista do trabalho, cujo centro, ao invés de ser o posto de trabalho, desloca-se para o sujeito abstraído das relações sociais (RAMOS, 2001, p. 68).

O conceito de qualificação, sob o prisma sociológico, concebe sua origem na fase de expansão taylorista, pela necessidade de qualificar os trabalhadores, em que as negociações sobre as classificações revelaram, desde sempre, relações contraditórias entre os atores em presença na avaliação dos postos e dos trabalhadores, confrontando relações sociais. O conceito de competência, que pretensamente substituiria o modelo de qualificação, abafa, por assim dizer, o conflito entre trabalhadores e empregadores:

[...] ao referir-se à relação dos sujeitos com a ação, integra a definição do posto de trabalho e dos saberes dos sujeitos; ao remeter para as práticas dos trabalhadores no posto de trabalho, considera que este último varia em função das competências do sujeito que o integra; ao remeter para a influência do posto sobre o trabalhador, considera que as competências emergem das possibilidades de uso e de renovação dos saberes na atividade de trabalho (PARENTE, 2004, p. 339).

Pode-se depreender que se fragilizam os aspectos coletivos de identificação enquanto trabalhadores, partícipes de um mesmo processo de trabalho e sujeitos às mesmas condições de trabalho. Dessa dissociação, a dimensão coletiva e política, sob a perspectiva de classe, é subsumida à individualidade, já que “a negociação é feita por cada trabalhador no seio do posto de trabalho de forma individual e implícita” (PARENTE, 2004, p. 339), na defesa e na luta pelo reconhecimento de suas competências, condições e relações de trabalho,

corroborando a discussão realizada por Ramos (2001). Tais tendências, na esfera da formação, articulam-se numa

[...] forte incidência da ideologia da chamada “sociedade do conhecimento”, potencializando a noção do capital humano a ser desenvolvido para os desafios contemporâneos e o avanço da tecnologia, além da concepção da educação como um bem de consumo, uma mercadoria. Desse modo, a educação assume a função de reprodutora do trabalho e do próprio desenvolvimento econômico, mantendo ligações institucionais com os pressupostos positivistas pela fragmentação de papéis sociais na divisão social do trabalho (SILVEIRA, 2017, p. 139).

Logo, juntamente com a flexibilização dos processos de trabalho, o modelo de competência inaugura “um papel específico na representação dos processos de formação e de comportamento do trabalhador na sociedade” (RAMOS, 2011, p. 26), sendo imprescindível considerar essa polêmica no Brasil, relacionando-a com o Serviço Social.

No Brasil⁵³, a discussão de competência tem influência, principalmente, da literatura americana e europeia, e a abordagem americana do “CHA” foi disseminada no Brasil nos anos de 1980 e início dos anos de 1990, associada à necessidade de desenhar o perfil individual para determinados cargos (DUTRA et al., 2006). Destaca-se, contudo, que a ampliação do conceito de competência integrando várias escolas, principalmente nos anos de 1990, incidiu na área de gestão de pessoal e na avaliação de suas ações na empresa:

[...] tanto na adaptação de sistemas desenvolvidos pelas matrizes de empresas multinacionais estrangeiras, quanto na modernização de sistemas de gestão de pessoas pelas empresas nacionais. [...] os grandes avanços vieram quando começamos a utilizar, com maior ênfase, o conceito de competência como entrega e agregação de valor, e a ele incorporamos conceitos complementares: o de complexidade e o de espaço ocupacional. A incorporação desses conceitos permitiu estender o uso da competência para trabalhar questões ligadas à carreira e remuneração (DUTRA et al., 2006, p. 4).

O debate francês, com destaque a Zarifian (2001), compreende a competência como multidimensional, destacando-se como pré-condições para a sua execução:

⁵³ O processo de certificação profissional no Brasil é originário do projeto CINTERFORT/OIT (Projeto 128), desenvolvido conjuntamente entre o Ministério do Trabalho e as instituições de formação profissional, na década de 1970 (STEFFEN, 2010, p. 15 apud SILVEIRA, 2013, p. 147).

[...] a estabilidade de emprego e a segurança, dentro e fora da empresa; a possibilidade dada ao trabalhador de adotar uma postura reflexiva em relação a sua atividade, isto é, estudar e pensar; o aprofundamento da formação, geral e profissional; o pleno reconhecimento, salarial e simbólico, da adoção da lógica competência (HIRATA, 2001, p. 14).

Aquém desta possibilidade, no Brasil as contribuições do conceito francês referem-se a várias instâncias: no âmbito da organização e gestão empresarial, na inserção do conceito na luta operária e sindical e em nível acadêmico, no intenso debate teórico sobre “qualificação x competência” (HIRATA, 2001). Há, por parte dessa noção, a defesa da possibilidade de se articular a qualificação à competência pela premissa de complementaridade entre os sistemas de formação e o modelo de classificações que realiza a conexão entre práticas de gestão de recursos humanos. A noção de competência no Brasil e sua incidência no mercado de trabalho é regulamentada pelo Ministério do Trabalho através da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. A CBO tem vigência atual até 2002 e esclarece, dentre outras, as diferenças entre ocupação, emprego ou situação de trabalho, e o conceito de competência que é definido nas dimensões enquanto nível de competência e domínio da competência⁵⁴:

É referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País. É ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional, no rastreamento de vagas, dos serviços de intermediação de mão-de-obra (BRASIL, 2002).

Na esfera do trabalho estatal, o debate das competências é inserido especialmente pelo Decreto Federal nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que “institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, princípios que se

⁵⁴ Nível de competência: é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho. Domínio (ou especialização) da competência: relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação (BRASIL, 2002).

espraíam às esferas estadual e municipal, conforme pesquisa bibliométrica⁵⁵ que aponta a predominância de discussões em torno das dimensões clássicas sobre competências – conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer), e uma nova dimensão de “poder fazer”, no desenvolvimento de competências no ambiente de trabalho (ARAÚJO JUNIOR; MARTINS, 2014).

Na discussão da formação em competências, estas são compreendidas para além do campo das ideias, sendo um fenômeno histórico. Reafirma-se que, ao mesmo tempo em que a noção de competências nega o modelo de qualificação tanto no trabalho quanto na formação, ambos os conceitos “contribuem para uma elaboração ideológica que explica a questão social do ponto de vista individual” (RAMOS, 2001, p. 19), ou seja:

No plano pedagógico testemunha-se a organização e a legitimação da passagem de um ensino centrado em saberes disciplinares a um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas. [...] em vez de se partir de um corpo de conteúdos disciplinares existentes, como base no qual se efetuam escolhas para cobrir conhecimentos considerado mais importantes, parte-se das situações concretas, recorrendo-se às disciplinas na medida das necessidades requeridas por estas situações (RAMOS, 2001, p. 221).

Quanto aos aportes teóricos, as competências “fundamentam-se em concepção natural-funcionalista de homem e subjetivo-relativista de conhecimento, que reforça o irracionalismo pós-moderno nas suas principais características” (RAMOS, 2001, p. 22); quanto à metodologia do sistema de competência profissional, Ramos (2001, p. 22) refere que sua institucionalização “ancora-se na Teoria Funcionalista, atualizada pela Teoria Geral dos Sistemas”.

Na crítica à pedagogia de competências, problematiza-se o tecnicismo e o condutivismo na organização dos currículos, priorizando a avaliação de desempenho específico de disciplinas: ao enunciar competências a serem desenvolvidas pelos estudantes, a dimensão da ação é predominante em

⁵⁵ A partir de pesquisa bibliométrica recente, observou-se a predominância da discussão nas ditas dimensões clássicas sobre competências – conhecimentos (saber), habilidades (saber fazer) e atitudes (querer fazer), e uma nova dimensão de “poder fazer”, denotando a perspectiva de espontaneidade dos “colaboradores” no desenvolvimento de competências no ambiente de trabalho. Foram analisadas publicações entre os anos de 2006 a 2013, em duas bases de pesquisa: nas bases do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e nos Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (ARAÚJO; MARTINS, 2014).

detrimento da dimensão cognitiva, priorizando-se o conhecimento teórico e método(s) voltado(s) à prática utilitária ao cotidiano de mercado⁵⁶, depreendendo-se, assim, sobre a pedagogia das competências, que estas

[...] a) reduzem as chamadas competências a desempenhos observáveis; b) reduzem a natureza do conhecimento ao desempenho que ele pode desencadear; c) consideram a atividade competente como uma justaposição de comportamentos elementares cuja aquisição obedeceria a um processo cumulativo; e d) não colocam a efetiva questão sobre os processos de aprendizagem, que subjazem aos comportamentos e desempenhos: os conteúdos da capacidade (RAMOS, 2011, p. 21).

Pode-se inferir que resta prejudicada a consciência da própria natureza concreta do trabalho pela fluidez da dimensão teleológica “adequada” à flexibilidade da função (que não encontra clareza do recorte que detém) (PARENTE, 2004).

Uma síntese percurso histórico dos paradigma da qualificação para a lógica da competência pode ser visualizada no quadro abaixo.

Quadro 1: Síntese analítica dos paradigmas da qualificação e de competências.

⁵⁶ Situando-se o cenário de flexibilidade, também a produção de conhecimento no contexto capitalista está interessada na cooptação da ciência, investindo de forma contundente na “educação, não apenas porque ela própria tende a se transformar em mercadoria, mas também porque a competição exige a produção de conhecimento científico cada vez mais sofisticado” (FERRETTI, 2002, p. 299), repercutindo, logo, na articulação conveniente entre o Estado e os setores privados.

DIMENSÕES	QUALIFICAÇÃO	COMPETÊNCIAS
Origens históricas	Pós-guerra	Crise econômica de 1970
Modelo de produção	Padronização Fordista/taylorista	Flexível
Base teórica	Consolidado na sociologia na organização das relações sociais do trabalho com repertórios estáveis	Origina-se nas ciência cognitivo-comportamental que interrogam práticas sociais
Papel do Estado	Regulador das relações de trabalho (intervencionismo keynesianismo)	"(Des)Regulador" do Direito do Trabalho - flexibilização da legislação trabalhista
Trabalho	Classificação, codificação e hierarquização de carreiras, cargos e remuneração coletivos de postos de trabalho	Foco no trabalhador e suas implicações subjetivas com o trabalho e na mobilidade individual nas estruturas do emprego.
Relações sociais	Trabalhadores com um estatuto social e <i>em relação</i> aos demais trabalhadores e gerência. Pauta em identificações subjetivas com um projeto coletivo de sociedade.	Abstração do sujeito das relações sociais, tanto entre trabalhadores, quanto com a gerência. Pauta na alteridade de identificações autônomas, flexíveis com projetos subjetivos maleáveis e adaptáveis.
Formação	Organização de saberes socialmente construídos e universalmente aceitos com centralidade no diploma para o <i>status</i> profissional do posto de trabalho - lógica cultural moderna	Formação por disciplinas e conteúdos imediatos, centrados na tarefa (eventos) – lógica cultural pós-moderna

Fonte: Sistematização da autora, 2019, com base em Ramos (2001).

Como um dos rebatimentos, seja no plano das relações e condições de trabalho, seja na formação, tem-se a responsabilização individual do trabalhador quanto a sua trajetória profissional, de acordo com seus projetos e iniciativas, havendo uma desresponsabilização dos organismos empregadores e uma remuneração imbricada na desenfreada busca por formação para *ser competente*, não em função de um projeto profissional, mas sim pelo que é exigido pelo mercado.

3.2.2 O Serviço Social e a lógica da competência: aproximações para o debate

O assistente social, como trabalhador assalariado, vê seu trabalho e a organicidade teórico-metodológica e ético-política proposta pelo Projeto Profissional atravessados por estas tendências, num processo de mercadorização da administração pública do Estado neoliberal, em que, conforme Raichelis (2018, p. 55), "grande parte dos serviços públicos é realizada não mais pelo servidor público,

profissional concursado cujas relações de trabalho são regidas pelo regime jurídico próprio, mas pelos diferentes tipos de trabalhadores”, sujeitos às condições desregulamentadas do mercado expressas na precarização do vínculo, remuneração e duração do trabalho, tendências agudizadas pela implosão do funcionalismo público, pelo avanço do processo de privatizações e pelas terceirizações no serviço público (DRUCK; ANTUNES, 2014 apud RAICHELIS, 2018).

Matos (2015) corrobora com as ações afirmativas do conjunto CFESS/CRESS, no sentido de legitimar as competências e atribuições profissionais, pois discuti-las é discutir a profissão. Encara a importância de situar o “chão” do exercício profissional na discussão das competências, o cotidiano, e acende a polêmica em torno da indissociabilidade dos valores pessoais e profissionais enquanto conjunto de apropriação teórica e introjeção de valores de cunho emancipatórios, trazendo características do indivíduo profissional na discussão.

Prates et al. (2012) refere que os documentos norteadores do Projeto Profissional são indispensáveis na discussão, tanto do trabalho quanto da formação por competências, ressaltando a sua mútua relação entre a Lei de Regulamentação Profissional, que define as competências e atribuições do trabalho do assistente social, as diretrizes nacionais da ABEPSS em Serviço Social, eixo formativo crítico a essas competências, e os valores e princípios do Código de Ética, que conferem a direção social do trabalho profissional.

A interpretação legal em torno das competências e atribuições, com especial destaque aos artigos 4º e 5º da referida lei, também atravessam a discussão pela necessidade de “aprofundamento e de explicitação do debate sobre as atividades/práticas – objetivos profissionais/identidade profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 25), especialmente para a “fiscalização, quando está em jogo a ‘angústia da consolidação de uma identidade profissional’ (CFESS, 2012, p. 23), demandando a ampliação do processo de produção coletiva da categoria em torno de suas competências profissionais, identificando as contradições entre o projeto profissional e os projetos institucionais.

Silveira (2013) menciona que a discussão de competência articula-se a conceitos de aptidão e capacidade de responder às demandas inerentes ao trabalho, forjando a formação ao(s) respectivo(s) conhecimento(s), ou seja,

aproxima a formação e o trabalho, priorizando a apropriação do conhecimento acerca do que é requisitado, em detrimento do adensamento dos fundamentos das profissões no trabalho, observando que “o modelo de competências é funcional e potencializador do pragmatismo” (p. 140), ou seja, o foco da aprendizagem voltada para a função a desempenhar e não à acadêmica, direcionada ao “posto de trabalho”, ao assistente social, problematizando qualificação *versus* competências.

Prates et al. (2012, p. 3) sugere que os documentos norteadores do Projeto Profissional são indispensáveis na discussão, tanto do trabalho quanto da formação por competências, ressaltando a sua mútua relação:

Enquanto a lei de regulamentação profissional (BRASIL, 1993) define as competências e atribuições do trabalho do assistente social, são as diretrizes nacionais da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (1996) que fornecem as bases para a formação de um profissional como perfil crítico e propositivo para movimentar estas competências, ao passo que o Código de Ética (CFESS, 1993) demarca a direção social do trabalho profissional.

As competências do assistente social, previstas na Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993, *a priori*, carregam um caráter de *dever ser* que, se esvaziados de recursos teórico-metodológicos e ético-políticos, reduzem-se à mecanicidade operativa de sua execução, prejudicando a raiz eminentemente teleológica assumida pelo Projeto Profissional e o significado da profissão firmada na “interlocução com a teoria social marxiana e marxista, bem como com o pensamento social crítico clássico e contemporâneo” (RAICHELIS, 2018, p. 28).

A discussão do tema é latente na categoria, seja pelas diferenças entre competências e atribuições, e pela interpretação da Lei de Regulamentação 8.662/93, seja pela necessidade de “aprofundamento e de explicitação do debate sobre as atividades/práticas – objetivos profissionais/identidade profissional” (IAMAMOTO, 2012, p. 25), sendo que debate traduz as dificuldades das Comissões de Fiscalização do Exercício Profissional – COFIs, na interpretação/aplicabilidade das competências e atribuições privativas do assistente social, para a “fiscalização, quando está em jogo a ‘angústia da consolidação de uma identidade profissional’” (CFESS, 2012, p. 23).

Sendo a pauta principal do XXX Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em 2001, o tema foi compartilhado pelas COFIs, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pelos Conselhos Regionais de

Serviço Social. Iamamoto (2012, p. 33) reitera a reflexão do exercício profissional no cenário de “redimensionamento dos espaços ocupacionais e das demandas profissionais que impõem novas competências”. Os aportes organizacionais do trabalho do assistente social, conforme a autora, reforçam a legitimidade do conjunto do CFESS/CRESS para o aprimoramento e a coletivização da interpretação destes instrumentos legais para a categoria e para o trabalho da Comissão de Fiscalização, o que não se esgotaria no aspecto pragmático fiscalizatório, mas que repercutiriam, sobretudo, na ampliação do processo de produção coletiva da categoria em torno de suas competências profissionais ancorada em três estratégias necessariamente articuladas para esse intento.

Como primeira estratégia, de acordo com as considerações da autora, a ser observada a partir desse contexto de avanço do mercado e capital sobre o Estado e os trabalhadores, estaria a criação de estratégias político-normativas pelo Conjunto CFESS/CRESS, ancoradas no poder legal e na legitimidade de direção da orientação profissional da qual dispõe, conferindo maior compreensibilidade legal quanto às atribuições e competências do assistente social.

A segunda estratégia, ainda em relação às possibilidades dos Conselhos de Categoria quanto ao exercício profissional, seria a análise do resultado do trabalho das Comissões de Fiscalização dos CRESS, cujo compêndio deve ser compartilhado com o conjunto da categoria profissional para a discussão do trabalho do assistente social, sobre o que tem sido as competências praticadas e as contradições entre o projeto profissional e os projetos institucionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Como terceira estratégia, evidencia-se a relevância do fortalecimento e da ampliação da política de capacitação profissional ou educação permanente, a partir da análise da realidade do exercício profissional no mercado de trabalho e de suas tendências, identificando-se quais as contradições entre o requerido pelo mercado, enquanto saberes de um profissional competente, e o que é preconizado pelo Projeto Ético Político, com um assistente social competente, já que “A delimitação de competências e atribuições tende a acompanhar as legislações profissionais, por ser uma profissão regulamentada. Entretanto, os significados da construídos não estão restritos à normatividade. Há um espaço importante da prática na construção da legitimidade e difusão de valores e princípios” (SILVEIRA, 2013, p. 194).

Um dos espaços para a prática de construção desses valores e princípios diz respeito à produção do conhecimento. A partir de dados da pesquisa bibliográfica de Closs, Serqueira e Pacheco (2017) em 11 revistas brasileiras⁵⁷ da área de Serviço Social, entre os anos de 1993 a 2013, identificou-se que de um total de 2.031 artigos, apenas 21, correspondendo 0,96% do universo de 2.180 artigos publicados até o ano de 2016, contêm como descritores “competências”, “atribuições” e/ou “habilidades” profissionais. A maioria dos artigos (52,5%) debatem competências profissionais em diferentes políticas sociais e espaços sócio-ocupacionais, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Caracterização das produções sobre competências (2013 a 2016).

Especificação do eixo temático		Frequência Abs.	Frequência %
1.	Revisões teóricas e investigações sobre competências profissionais	4	19
2.	Competências profissionais na política de saúde	4	19
3.	Formação profissional e competências profissionais	2	9,5
4.	Educação permanente/continuada e competências profissionais	2	9,5
5.	Supervisão de estágio e competências profissionais	2	9,5
6.	Competências profissionais na política de assistência social	2	9,5
7.	Competências profissionais em diferentes espaços sócio-ocupacionais	5	24
Total		21	100

Fonte: sistematização de Closs, Pacheco e Serqueira (2017).

A partir de pesquisa bibliográfica em nove das principais revistas⁵⁸, nas publicações dos anos de 2017 a 2019, verificou-se que apenas 13 artigos articulam

⁵⁷ Análise do acervo on-line das revistas das seguintes revistas: Em pauta (UERJ), Katálaysys (UFSC), Libertas (UFFJ), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP- Franca), Serviço Social em Revista (UEL), Textos e Contextos (PUCRS), Teoria Política e Social (UFPB), Temporalis (ABEPSS) e Serviço Social e Sociedade (Editora Cortez).

⁵⁸ A Revista *Teoria Social e Política* (UFPB) foi extinta. A revista *Serviço Social e Realidade* teve sua última edição em 2016.

os descritores “competências”, “habilidades” e “atribuições” ao debate do Serviço Social ou ao trabalho do assistente social, representando 1,58% do universo de 821 artigos publicados no período, conforme o Tabela 3.

Tabela 3 - Caracterização das produções sobre competências (2017 a 2019).

Especificação do eixo temático	Frequência Abs.	Frequência %
1 Competências profissionais na política de saúde	3	23,08
2 Competência, atribuição e habilidades profissionais e supervisão de estágio e preceptoria	3	23,08
3 Competências e atribuições profissionais e pesquisa	2	15,39
4 Competência profissional e dimensão técnico-operativa	2	15,39
5 Competências profissionais na política de assistência social	1	7,69
6 Competências profissionais em empresa	1	7,69
7 Competências profissionais e movimentos sociais	1	7,69
Total	13	100

Fonte: sistematização elaborada pela autora (2020).

Os dois períodos analisados demonstram um gradativo aumento das publicações da área: em três anos, publicou-se mais sobre competências do que em todo o período anteriormente analisado (23 anos), conforme a síntese apresentada no Tabela 4

Tabela 4 - Quantidade de artigos publicados nas 11 revistas de Serviço Social (1993 a 2019)

Período	Total de artigos	Média anual	Total de artigos “Competências”	Média produção sobre competências
1993-2016	2180	94,78	21	0,96
2017 - 2019	821	273,6	13	1,58

Fonte: Closs, Pacheco e Serqueira (2017), com sistematizações elaboradas pela autora (2020).

Contudo, proporcionalmente não houve um aumento significativo no número de artigos contendo os referidos descritores, vinculando o trabalho e o projeto ético-político da profissão. Esse dado vem ao encontro do já identificado na pesquisa de 23 anos de publicação, qual seja, a predominância das discussões das competências profissionais vinculadas à política social (30,77%), com maior ênfase na política da saúde, seguida da assistência social.

Tal evidência na produção intelectual também emerge no debate das competências em ambas as políticas, na produção de parâmetros para o trabalho de “como deve ser” o exercício profissional, discutida por Silveira (2017, p. 161), que alerta que “[...] o modelo de competências proposto tem sido utilizado como estratégia para a garantia de legitimidade social, sem a devida crítica de seus limites quando se considera o projeto ético-político profissional, num contexto de crise da formação profissional”.

Além da articulação com políticas sociais, os artigos dedicam-se à problematização das competências na pesquisa, na formação (estágio), na empresa, nos movimentos sociais e na dimensão técnico-operativa. No que tange a autoria, ano de publicação e conteúdos, encontram-se sistematizados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Caracterização das produções segundo autoria, ano e conteúdo.

Ênfase temática da produção	Autor e ano	Conteúdo do artigo
Competências profissionais na política de saúde	Costa; Carvalho; Pinto (2017)	Analisa a política de saúde em Portugal na perspectiva das competências e atribuições do Serviço Social.
	Santos; Senna (2017)	Dimensão ético-política da competência profissional na Educação em Saúde como um dos instrumentos de trabalho do assistente social.
	Oliveira; Ghiraldelli (2019)	Particularidades do exercício profissional de assistentes sociais na atenção primária à saúde.
Competências, atribuições e habilidades profissionais na formação: supervisão de estágio e preceptoria	Gomes; Paula (2017)	A supervisão de estágio como atribuição do assistente social inserido em programas de residência.
	Amicucci; Oliveira (2018)	Supervisão acadêmica de estágio como mediação para a formação do conjunto de competências e habilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.
	Kuss; Lewgoy (2019)	O processo pedagógico da preceptoria de Núcleo do Serviço Social como espaço de mediação entre o trabalho profissional na interface com outras áreas profissionais.
Competências e atribuições	Moraes (2017)	Pesquisa acadêmico-científica e pesquisa em serviços como atribuição profissional expressa na formação e no trabalho.

profissionais e pesquisa	Silva; Matias; Nóbrega (2018)	A pesquisa e o conhecimento da realidade para a consolidação do Serviço Social como área de conhecimento e como competência sociopolítica e teórico instrumental.
Competência profissional técnico-operativa	Closs; Scherer (2017)	A visita domiciliar e a necessária articulação das dimensões da competência profissional na direção da materialização do projeto ético-político do Serviço Social.
	Pedroso (2018)	Estudo socioeconômico no Serviço Social como atribuição privativa da categoria.
Competências profissionais na política de assistência social	Santos; Silva (2018)	O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social o redimensionamento das competências profissionais.
Competências profissionais em empresa	Leite (2017)	A institucionalização do Serviço Social e a competência técnica de um “saber-fazer” específico no trabalho na área empresarial.
Competências profissionais e movimentos sociais	Suave (2018)	A competência técnico-operativa da intervenção profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais.

Fonte: sistematização elaborada pela autora (2020).

A primeira tendência refere-se a três dos treze artigos que situam o debate das competências do assistente social na saúde, observando o cenário conjuntural capitalista brasileiro, por Santos e Senna (2017) e Oliveira e Ghiraldelli (2019), além do cenário português, por Costa, Carvalho e Pinto (2017). Verifica-se que a discussão das competências, habilidades e atribuições no Serviço Social, associada à política de saúde, possui destaque na produção em relação a demais espaços de trabalho, seja pelo reconhecimento do Serviço Social como profissão da área da saúde, seja pela histórica e fecunda inserção dos assistentes sociais nos processos de trabalho nessa área. Oliveira e Ghiraldelli (2019, p. 257) destacam a trajetória do Serviço Social na saúde numa perspectiva histórica, com o objetivo de “[...] identificar ações desenvolvidas, atribuições, competências, condições de trabalho, referências e abordagens teórico-práticas presentes nos processos de trabalho em saúde, em conjugação com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), da Reforma Sanitária e do projeto ético-político da profissão”. Oliveira e Ghiraldelli (2019) enfatizam a competência crítica do assistente social frente aos projetos em disputa na saúde⁵⁹, quais sejam o privatista e de Reforma Sanitária, afirmando a confluência entre o Projeto Ético Político do assistente social e os valores da Reforma Sanitária. Situa-se a análise da realidade social na qual o assistente social intervém, mas da qual não participa sem ser forjado pelos próprios

⁵⁹ De um lado, um projeto privatista, orientado pela ortodoxia neoliberal, e, de outro, o projeto da Reforma Sanitária, consubstanciado na defesa da saúde pública, como direito universal de cidadania.

condicionantes, e que “atingem de forma medular o *modo de ser* da profissão”. Identificam-se competências atribuídas ao assistente social no modelo privatista, quais sejam: “[...] seleção socioeconômica de usuários com ênfase no aconselhamento, em ações fiscalizatórias de planos de saúde, no assistencialismo embasado na ideologia do favor e no predomínio de práticas individuais” (OLIVEIRA, GHIRALDELLI, 2019, p. 257).

Da mesma forma, recorta-se a orientação do modelo sanitarista, alinhando valores democráticos e de humanização da atenção, unindo a esse modelo a competência para trabalhos “grupais e multidisciplinares, bem como pelo acesso democrático às informações e estímulo à participação cidadã” (OLIVEIRA; GHIRALDELLI, 2019, p. 257), reforçando o alinhamento do Projeto Ético Político à Reforma Sanitária.

A perspectiva histórico-dialética da análise do processo de institucionalização do Serviço Social na saúde e dos fundamentos críticos incorporados pelo Projeto Ético Político favorece a compreensão das competências atualmente desenvolvidas pelos assistentes sociais, sintonizando o trabalho do assistente social “com os preceitos e direcionamentos do projeto profissional, o que pressupõe compreender a trama histórica, contraditória e tensa das relações sociais no capitalismo” (OLIVEIRA; GHIRALDELLI, 2019, p. 257). Essa análise, desenvolvida junto à atenção primária à saúde, reforça a importância do processo de qualificação profissional e formação continuada como estratégica pela contribuição com o “desenvolvimento de habilidades e de competências para a apreensão histórico-crítica das múltiplas e complexas manifestações da questão social, a partir de aportes teórico-metodológicos e ético-políticos” (OLIVEIRA; GHIRALDELLI, 2019, p. 255).

Avaliando-se os movimentos mais ou menos autônomos da categoria profissional em condições e relações concretas de trabalho, são apreensíveis as contradições entre os valores da profissão nos diferentes espaços de trabalho e a identificação das potencialidades, os parceiros institucionais e os desafios para o aprimoramento intelectual da categoria. Santos e Senna (2017) problematizam as dimensões da competência profissional e o alinhamento ético-político a valores da educação em saúde. Destacam o seu “potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios dos sujeitos envolvidos, em direção à formação de uma consciência crítica da realidade, à garantia de direitos e à transformação social” (SANTOS;

SENNÁ, 2017, p. 445), especialmente a partir do processo de consolidação do Sistema Único de Saúde. Nesse aspecto, o assistente social competente

[...] deve conhecer a realidade do usuário e priorizar ações educativas coletivas que apostem na emancipação humana. Evidencia-se, portanto, o caráter essencialmente político do exercício profissional do Serviço Social. Assinala-se a relevância do desenvolvimento de ações mediadoras pedagógicas, ético-políticas que contribuam para a formação da sensibilidade crítica dos usuários (SANTOS; SENNA, 2017, p. 445).

Em síntese, as autoras reforçam a importância da indissociabilidade das dimensões da competência profissional como condição para realizar uma análise interseccional das condições objetivas do cotidiano do trabalho do assistente social, com vistas à materialização do Projeto Ético Político. Costa, Carvalho e Pinto (2017), em contrapartida, destacam a realidade do Serviço Social português, cujas atribuições estão previstas em legislação específica, elencando funções genéricas para serviços e estabelecimentos vinculados ao Ministério da Saúde. A abordagem do assistente social, nesse ínterim, é promocional (não assistencialista), alertando para as contradições observáveis entre as prerrogativas dos direitos sociais e a efetiva possibilidade de sua garantia pela falta de recursos. Elucidam, então, que a partir de um posicionamento analítico, o assistente social possibilita a “capacidade para produzir e construir conhecimento útil sobre a realidade social onde intervém, bem como para sugerir, implementar ou desenhar políticas alternativas com base na evidência da sua práxis” (COSTA; CARVALHO; PINTO, 2017, p. 284), estabelecendo que o assistente social, “através dos instrumentos que dispõe e das suas habilidades (saber-fazer), fundamenta a prática num quadro de referência estruturado teoricamente (saber teórico)”, reconhecendo valores como protagonismo dos sujeitos, a defesa de seus interesses e “ajuda-os a desenvolver a percepção sobre as suas condições de vida e sobre a realidade que os envolve” (COSTA; CARVALHO; PINTO, 2017, p. 284).

Nesse sentido, discorda-se da perspectiva apontada, uma vez que o saber teórico, alinhado a valores emancipatórios, devem fundamentar os instrumentos dos quais dispõe o assistente social, especialmente dada a exploração e alienação presentes nos processos de trabalho. Logo, a competência teórico-metodológica e ético-política forjam a competência técnico-operativa historicamente, corroborando com a importância dos Fundamentos do Serviço Social.

Nesse horizonte, destaca-se a relevância da produção de conhecimento que contemple a identificação das mediações (ou a construção destas) de conjugação dos fundamentos do Serviço Social e as competências profissionais, processo que remete “à pesquisa, à produção de conhecimentos e às alternativas de sua instrumentalização – e no caso do Serviço Social, isso quer dizer, conhecimento sobre a realidade social” (NETTO, 1996, p. 109). Como também destaca Iamamoto, “verifica-se a necessidade de dar continuidade aos estudos sobre o processamento do trabalho cotidiano do assistente social na efetivação das competências e atribuições privativas e às estratégias para sua implementação” (2014, p. 632).

A supervisão de estágio aparece como segunda tendência em três artigos, todos compreendendo o seu caráter de mediação entre a formação e o trabalho do assistente social, e entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no exercício profissional em Serviço Social. Une-se a este eixo temático a discussão da preceptoria, compreendendo que ela representa, tal qual a supervisão, um processo pedagógico. Assim, Gomes e Paula (2017), assim como Kuss e Lewgoy (2019), adensam a discussão da supervisão na particularidade da área de saúde, especialmente sua manifestação na residência multiprofissional, ambas compreendendo os atravessamentos das condições de trabalho desse espaço sócio-ocupacional, reforçando a potência da supervisão em programas de residência, dado o seu caráter eminentemente para a interlocução de saberes interdisciplinares (CLOSS, 2013).

Kuss e Lewgoy (2019, p. 437) definem a preceptoria como espaço de “desenvolvimento da competência profissional na articulação entre as dimensões ético-política e teórico-metodológica, no balizamento técnico-operativo do assistente social”. Cumpre, contudo, problematizar a direção social dessas dimensões no cotidiano da residência, considerando os diferentes perfis pedagógicos nos programas existentes.

Amicucci e Oliveira (2018, p. 41) revisam a literatura em torno da supervisão e sua mediação com o Serviço Social, destacando ser competência do supervisor desencadear um “processo reflexivo da totalidade da profissão junto aos estagiários”, observando-se a unidade teoria e prática, já que

As competências e também habilidades profissionais são construídas processualmente a partir da atividade de estágio supervisionado e precisam ser refletidas, questionadas, problematizadas durante a

supervisão acadêmica, por isso, ela se torna elemento síntese da atividade de estágio, envolvendo a análise da totalidade da profissão a partir do que se vivencia nos campos de estágio (AMICUCCI; OLIVEIRA 2018, p. 26).

Acrescenta-se, nesse sentido, a importância de ampliação da competência do supervisor em favorecer a análise do significado do Serviço Social pelos demais profissionais da instituição, usuários e rede de alcance do serviço desenvolvido, com vistas à consolidação de estratégias dos profissionais dos espaços sócio-ocupacionais na legitimação da direção crítica do Projeto Profissional.

A terceira tendência estabelece a pesquisa enquanto “uma atribuição profissional que se expressa na formação e no trabalho do assistente social” (MORAES, 2017, p. 391), e também como uma “competência sociopolítica e teórico-instrumental, no sentido de apreender o movimento da realidade” (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 105). Moraes (2017) destaca que a pesquisa em Serviço Social, neste momento histórico, merece destaque pela relevância da produção de conhecimento crítico frente ao avanço do conservadorismo, salientando que a pesquisa representaria um “fenômeno político e estratégico-interventivo”, associando conhecimento e valores societários como dimensões indissociáveis no trabalho e na pesquisa, e esta como prática política (MORAES, 2017, p. 391).

Na formação acadêmica-científica, a pesquisa é atribuição que expressa uma “tentativa de explicar os fenômenos reais por meio de critérios científicos e de um esquema conceitual capaz de apreender sua estrutura, gênese, desenvolvimento, dinâmica e contradições na sociedade de classes” (MORAES, 2017, p. 393). Essa produção também problematiza as competências teórico-metodológicas e ético-político organizativos da pesquisa em Serviço Social:

Os desafios teórico-metodológicos relacionam-se à capacidade de análise e de proposição à apropriação da teoria crítica, aos caminhos metodológicos trilhados na construção do conhecimento e ao *distanciamento* crítico do *objeto* de estudo, tanto no debate interno da categoria e da categoria profissional com as demais áreas do saber (MORAES, 2017, p. 395).

A contradição em processo, apontada por Closs (2017), expõe o ínfimo número de pesquisas sobre fundamentos marxistas do Serviço Social, o que demarca um distanciamento do Serviço Social dos pilares de seu projeto profissional, problematizando a demanda de maior investimento investigativo. Condicionado e condicionante dessa fragilidade, o trabalho é o potencial nicho

empírico para averiguar elementos da mediação teórico-prática, pela sua suposta relação direta com a matéria do Serviço Social, a questão social, entendendo-se como suposta, e não certa, pelos agravantes que as condições e as relações de trabalho acarretam no cotidiano, o que, da mesma forma, deve ser analisado. Tais tendências são potencializadas pela fragilidade da competência ética-política/organizativa expressa na restrita participação do Serviço Social em órgãos de pesquisa nacionais e internacionais, pelo produtivismo acadêmico, pela recorrente endogenia dos cursos/instituições e da própria categoria profissional nos debates teórico-metodológico e ético-político (MOARES, 2017).

No seu trabalho, Moraes (2017, p. 395) também destaca a tendência da pesquisa em serviços e, nesse aspecto, a postura investigativa:

[...] essas investigações, inerentes à postura/atitude profissional, integram as habilidades técnicas e operativas do assistente social. Portanto, a aplicação dos instrumentos de trabalho não deve ser dissociada da dimensão investigativa e da sistematização do trabalho que, tendo um norte ético, político, teórico e metodológico, serão essenciais para (re)conhecer a realidade de trabalho e (re)criar estratégias interventivas mais críticas e qualificadas.

Depreende-se, pelo exposto, que a pesquisa no trabalho do assistente social em serviços reitera que a(s) competência(s) técnico-operativa(s) deve(m) ser necessariamente subordinada(s) à competência teórico-metodológica e ético-política, como fio condutor do processo investigativo no trabalho do assistente social. Contudo, cumpre referir que, considerando-se a fragilidade na formação e as condições de trabalho, não é possível pressupor que a postura/atitude do assistente social seja, de fato, investigativa, e que esta seja coerente com o Projeto Ético Político e fundamentos críticos.

Ao profissional, tendem a ser requeridas especialmente competências analíticas ligadas ao(s) objeto(s) institucionais, sob a lógica do direito e da competências interventivas, que comumente são restritas às demandas emergentes e dentro dos limites das ofertas da(s) política(s) social(is), regidas por uma “pseudo-investigação”, nos limites da aparência. Sob a ótica do Projeto Ético Político, contudo, fica reiterada a perspectiva das categoriais do método dialético na investigação da realidade, de forma a suspender a imediatividade do cotidiano, pressupondo-o enquanto “categoria analítica, fundamental para conhecer o *objeto* em seus aspectos gerais e, também, como categoria empírica, capaz de denotar as

determinações e especificidades que se expressam na realidade” (MORAES, 2017, p. 395).

Moraes (2017) ainda insiste na pertinência de adensamento do objeto do Serviço Social, lançando mão do acesso a outras áreas do conhecimento e da aliança com parceiros interdisciplinares que comunguem das perspectivas éticas e políticas críticas no interior das instituições, representando forças contra-hegemônicas do poder instituído. Silva, Matias e Nóbrega (2018), neste aspecto, ratificam a importância da pesquisa do cotidiano como potencialmente favorável à defesa dos direitos da classe trabalhadora, a outras profissões e a áreas do conhecimento, reconhecendo-a como nova competência sociopolítica e teórico-instrumental do assistente social, especialmente potencializada a partir da aproximação com o marxismo nos anos de 1970:

[...] a relevância da pesquisa de situações concretas, articuladas às suas determinações macrossociais como condição necessária tanto para superar a defasagem entre o discurso aparente sobre a realidade social e os fenômenos singulares com que o assistente social se defronta no seu cotidiano, como também para desvelar as possibilidades de ação materializadas na realidade (SILVA; MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 115).

Corroborar-se, dessa forma, a relevância de se apreender quais são os fundamentos que iluminam as competências profissionais no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais, já que nos diversos espaços sócio-ocupacionais “[...] o domínio técnico do trabalho deve ser dissociado de reflexões críticas que dinamizem o poder institucional na direção da consolidação e ampliação de direitos dos usuários (perspectiva oposta à defendida pelo atual projeto profissional)” (MORAES, 2017, p. 395).

Como quarta tendência, emerge a dimensão técnico-operativa da competência do assistente social, adensando aspectos da visita domiciliar e problematizando questões acerca do estudo socioeconômico como atribuição privativa, ambas as temáticas com escassas produções. Closs e Scherer (2017), bem como Pedrosa (2018), reforçam a relevância dessa competência amplamente presente nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, seja por motivações ético-políticas (sendo elas críticas ou conservadoras), seja pelas circunstâncias inerentes às condições e relações de trabalho, afetas à relativa autonomia do assistente social e, por isso, merecendo análise sistemática de como se efetivam:

“[...] não significa retomar concepções praticistas que dissociam a dimensão teleológica do trabalho na articulação do instrumental interventivo, mas sim pressupõe a unidade entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da competência profissional” (CLOSS; SCHERER, 2017, p. 42).

Tanto a visita domiciliar quanto o estudo socioeconômico são instrumentos do trabalho do assistente social desde a origem do Serviço Social, contudo, “ao passo que a profissão evolui para o pensamento crítico, através da discussão da profissão à luz da teoria social de Marx, outra lógica da atividade começa a ser construída” (PEDROSO, 2018, p. 144). Notadamente, tal lógica pode ser delimitada pela aceção da questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais e suas múltiplas expressões investigadas a partir das categorias do método dialético-crítico, numa perspectiva emancipatória (CLOSS; SCHERER, 2017; PEDROSO, 2018).

Desta forma, conforme adensa Pedroso (2018), o estudo socioeconômico é transversal a diferentes espaços sócio-ocupacionais, sendo atravessado pela natureza das áreas de intervenção e finalidades. Alerta-se ainda que, sendo o estudo socioeconômico uma atribuição privativa, é importante promoverem-se

[...] espaços de discussões voltados para esta atividade, com o objetivo de construir parâmetros básicos para os estudos socioeconômicos destinados à concessão de bens e serviços. Isto torna-se relevante para garantir a coesão dentro da profissão, ou seja, assegurar que, em qualquer espaço ocupacional, sejam levados em consideração os mesmos indicadores (PEDROSO, 2018, p. 148).

Closs e Scherer (2017, p. 53), da mesma forma, provocam a relevância da atenção ao Projeto Profissional dada à “clara tensão entre a afirmação de direitos sociais e a mercantilização do atendimento às necessidades sociais”, a partir do avanço do neoliberalismo e do conservadorismo na sociedade. A precarização da formação e o avanço de medidas burocratizadas, nos marcos da “focalização, seletividade e precarização das políticas sociais, na retomada massiva de projetos de privatização da coisa pública”, além das precárias condições de trabalho agudizam tal tensão (CLOSS, SCHERER, 2017, p. 56), também são aspectos relevantes.

Pedroso (2018, p. 148) refere-se à demanda de padronização dos parâmetros de avaliação, o que favoreceria a coesão interna da categoria

profissional em quaisquer espaços sócio-ocupacionais, afirmando que: “[...] verifica-se a necessidade dos Conselhos regionais e federal, em conjunto, promoverem espaços de discussões voltados para esta atividade, com o objetivo de construir parâmetros básicos para os estudos socioeconômicos destinados à concessão de bens e serviços” (PEDROSO, 2017, p. 148).

Cumpra-se, dessa forma, problematizar a parametrização dos estudos socioeconômicos. Na medida em que estes se restringem à finalística primeira de alcance de bens e serviços, aos quais o estudo se volte, incorre-se fatalmente à redução dessa competência aos estritos limites dos respectivos programas, projetos e políticas, afastando o trabalho do assistente social da construção coletiva junto à população usuária, na busca de estratégias de melhor atendimento de suas necessidades numa perspectiva emancipatória, ou seja, em estudos sócio-econômicos que possibilitem “a realização de um trabalho que possa respeitar as particularidades e contexto de vida dos usuários” para além dos limites meramente institucionais (CLOSS; SCHERER, 2017, p. 61).

Como quinta tendência, nas produções, identificou-se um artigo que as articulam à política de assistência social. Santos e Silva (2018) discutem os aspectos conjunturais do Brasil contemporânea e o Serviço Social enquanto profissão na Política de Assistência Social: “[...] uma tendência de burocratização do trabalho do assistente social, do redimensionamento de requisições e competências profissionais, bem como severas limitações impostas à construção de respostas profissionais, pela precarização das configurações de trabalho” (SANTOS; SILVA, 2018, p. 306).

No estudo anterior de Closs, Pacheco e Serqueira (2017), em artigo sobre competências à política de assistência social, de autoria de Neves, Santos e Silva (2012), identifica-se a problematização de novas competências ao assistente social a partir do aumento de sua participação junto a Conselhos de Políticas Sociais. As autoras destacam a atuação nos conselhos e o papel da linguagem como instrumento educativo do assistente social, para além do exercício de ações burocratizadas. As novas competências aludidas consistiram em:

[...] formular, avaliar e criar propostas capazes de realizar ações, estimulando a socialização das informações e a participação dos usuários; [...] buscar desenvolver um trabalho coletivo que não pode prescindir de articulações e alianças com outros atores sociais; [...] compreender e priorizar o espaço dos conselhos e direcionar sua intervenção com novas

competências na formulação de políticas públicas, tendo como horizonte a consolidação da cidadania através da democracia, equidade e justiça social, princípios estes preconizados no projeto ético-político da profissão (NEVES; SANTOS; SILVA, 2012, p. 179-180).

Nesse cenário, Carnelessi (2016, p. 134), quando discute o trabalho do assistente social e a lógica “fiscalizadora, coercitiva e estigmatizadora do exercício da vida privada das famílias” na execução do Programa Bolsa Família, bem como a subserviência e a autorresponsabilização dos beneficiários ao seu formato, provoca a atenção às competências éticas implicadas, evidenciando os confrontos entre os princípios daquele programa e os do Código de Ética Profissional. Alerta para a competência política dos assistentes sociais de recusa e resistência às atribuições conservadoras institucionais, provocando as entidades representativas e seu papel de defesa dos interesses alinhados ao Projeto Ético Político (CARNELOSSI, 2016).

Importante que se destaque o debate acerca da profissão é profundamente mediado pelas políticas sociais, o que se explica pela história da profissão e pela absorção desse profissional majoritariamente pelo Estado e por essas políticas, o que limita o seu adensamento enquanto norte para uma profissão generalista que precisa ter clareza de saberes e mediações possíveis em qualquer espaço onde materialize o seu trabalho, sem negar a importância destes, mas sem limitar o trabalho profissional a esses campos. Já na sexta tendência da produção, referente às competências profissionais do assistente social em empresa⁶⁰, destaca-se o artigo de Leite (2017), bem como as contribuições de Madeiro, Carvalho e Gomes (2009), identificadas no mapeamento anterior.

A análise da institucionalização do Serviço Social na empresa deve pressupor seu processo histórico neste espaço sócio-ocupacional, encarado “como desdobramento de uma das funções originais do capitalista na esfera da produção, ou seja, o controle e o disciplinamento dos trabalhadores” (LEITE, 2017, p. 442), notadamente quando: “[...] o investimento em programas referentes à reprodução material e social da força de trabalho nas empresas ampliou-se significativamente,

⁶⁰ “Segundo Araújo (2010), constatou-se que na empresa, 55% dos profissionais de Serviço Social tinham como prioridade em sua intervenção cotidiana o atendimento social individualizado aos trabalhadores, aposentados e familiares, e as questões relativas à vida privada que estivessem interferindo na produtividade” (LEITE, 2017, p. 450).

repercutindo no mercado de trabalho do Serviço Social, que atingiu sua maior expansão em 1989-1990” (MADEIRO; CARVALHO; GOMES, 2009, p. 136).

Dentre os principais eixos do trabalho profissional dos assistente sociais, estão o “Treinamento e Desenvolvimento Participativo; Qualidade de Vida; Clima ou Ambiência Organizacional e Responsabilidade Social Corporativa” (AMARAL; CESAR, 2010, p. 11 apud LEITE, 2017, p. 448). Ambos evidenciam eminentemente as competências profissionais voltadas à lógica de adaptação dos trabalhadores à “visão e missão” da empresa, envolta na cultura de menor custo e maior qualidade da produção, e de estratégias de melhora do clima e ambiência entre os trabalhadores e superiores, destacando a multifuncionalidade e a utilidade deste profissional no rol de recursos humanos da empresa (MADEIRO; CARVALHO; GOMES, 2009; LEITE, 2017).

Para Madeiro, Carvalho e Gomes (2009, p. 147), diante do cenário contemporâneo de flexibilização, ao assistente social é requerido um “novo perfil” claramente subsumido à direção social capitalista, cujas competências, habilidades e conhecimentos “não são necessariamente teóricas, mais sim no plano do comportamento: competência (agilidade nas respostas, exatidão na execução de suas atividades, atmosfera positivo, cooperação, esforço extra)”, sendo antagônicas ao horizonte do Projeto Político profissional.

Leite (2017) problematiza a articulação entre a questão teórico-metodológica e o que chama de “intervenção inconsistente” pelos assistentes sociais, processo em que destaca a demanda pelo constante aprimoramento intelectual e a imprescindibilidade das dimensões investigativa e interpretativa diante da realidade social, exigindo múltiplas competências profissionais do assistente social. Para a autora, tais competências

[...] estão relacionadas, primeiramente, ao processo formativo, ou seja, conhecimento teórico-metodológico, técnico-operativo; conjuntural e cultural da realidade empresarial e, análise e capacidade de articulação política. E também desenvolver uma atuação estratégica, identificando espaços e oportunidades de intervenção, trabalhar em equipes diversas, ter iniciativa e facilidade de comunicação e interlocução com diferentes atores. (LEITE, 2017, p. 451)

Fica desafiada a ampliação, sobretudo, da qualificação profissional, dada a fragilidade da formação acadêmica, requerendo a pesquisa das particularidades do

trabalho do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional e sua relação com o Projeto Ético Político.

Como sétima tendência, observa-se a importância, em que pese o incipiente número de publicações, da relação das competências profissionais atreladas a movimentos sociais. Suave (2018) debruça-se no desvendamento da interface do compromisso ético-político e a dimensão técnico-operativa do trabalho do assistente social junto a movimentos sociais, especialmente os urbanos⁶¹, e alerta para a demanda de estreitamento da relação do Serviço Social a estes movimentos no tempo presente, em que se verificam crescentes conflitos na ocupação da cidade, os quais “perpassam as relações sociais da sociedade capitalista e incidem sobre a vida profissional dos assistentes sociais que atuam no espaço urbano na relação com os movimentos sociais (SUAVE, 2017, p. 307).

Conforme esclarece, os conflitos representam, à categoria, a materialização do objeto da questão social, expressando a resistência frente à desigualdade dela decorrente do acesso à cidade⁶² e, por isso, requerem estratégias interventivas. Para além do potencial de acionamento da dimensão técnico-operativa, em conformidade com Suave (2017), as respostas prescindem da perspectiva ético-política e teórico-metodológica da intervenção. Assim, problematiza-se o alcance do trabalho do assistente social através da intervenção estatal nos conflitos, pela sua estrita interposição na questão social e na manutenção de suas medidas de coesão, seja pela via da política social, seja por medidas repressivas, fundando o “direito à cidade”, dentro de limites meramente jurídicos, “no sentido de concentração e de transferência da propriedade por títulos representativos da riqueza” (VIEIRA, 2004, p. 136 apud SUAVE, 2017, p. 308). As lógicas de exploração e expropriação do sistema capitalista dos meios de trabalho alienam os trabalhadores do acesso à propriedade/ao meio, da mesma forma em que o Estado, através da política social, os aliena da própria luta e identidade de desprovidos.

Aquém do horizonte de emancipação humana plena, e cientes de que a emancipação política representa (mesmo que minimamente) meios de manifestação da contradição, ao assistente social cumpre a transcendência de seu espaço burocrático institucional, favorecendo a

⁶¹ Santos e Lusa (2014) discutem as atribuições e competências de assessoria e consultoria do assistente social junto a movimentos sociais do campo (CLOSS; PACHECO; SERQUEIRA, 2017).

⁶² Moradia, saúde e educação (SUAVE, 2017, 308).

[...] problematização desses processos objetivos para subsidiar a organização e mobilização sociopolítica dos sujeitos na realidade na qual intervêm, além de usar de outras estratégias como a proposição de políticas sociais que visam à garantia dos direitos sociais, além do questionamento de propostas que incidam por meio de projetos conservadores e reformistas (SUAVE, 2017, p. 310).

Tal problematização tem, na aproximação aos movimentos sociais, a representação da “possibilidade dialética de constituir e ser constituída por meio do fortalecimento da organização sociopolítica de trabalhadores, que perpassa o exercício profissional” (SUAVE, 2017, p. 318). Desta forma, a instrumentalidade do Serviço Social, desde o processo investigativo, deve preceder dos Fundamentos do Serviço Social para o subsídio da competência técnico-operativa, esta como a materialização das escolhas teórico-metodológicas e ético-políticas, num processo que se relaciona “a uma construção valorativa histórica”, em que pese a impossibilidade “da universalização de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, porém há concretamente a possibilidade de sua realização parcial” (SUAVE, 2017, p. 317). É justamente dos limites concretos do trabalho com os movimentos sociais que emanam possibilidades de direcionamento social do exercício profissional, como a articulação política da categoria através do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, com as lideranças, organizações e fóruns populares, sindicatos, partidos, associações, organizações de bairro, organizações culturais populares como espaços alternativos organizativos e mobilizadores da classe, com representação política partidária (com a devida crítica), processo que contribui para a produção de conhecimento para além dos limites estritos das políticas sociais.

Cumprido ressaltar que a discussão das competências profissionais, quando isoladamente tratadas por espaço sócio-ocupacional, à luz exclusiva das demandas institucionais, acarreta o risco de reprodução sistemática da intervenção pautada pelo mercado de trabalho. Apesar da relevância desse debate e de estratégias interventivas que considerem as peculiaridades de cada espaço, quando não submetidas ao crivo dos Fundamentos do Serviço Social e do Projeto Ético-Político, e este tomado para além dos aportes normativos, pode-se reforçar uma lógica compartimentalizada do trabalho do assistente social, fragilizando o processo identitário da profissão.

Na formação, discutir competência profissional é conferir a devida prioridade à “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade” (ABEPSS, 2014, p. 02), sendo esta a capacidade de abstrair, a partir de um campo de mediações da singularidade da realidade concreta, e compreender os fenômenos, vinculando-os às tendências da realidade macroscópica, particularizando-se a partir da perspectiva da questão social e do trabalho. Logo, a discussão das competências do assistente social, descolada de sua interface com os Fundamentos do Serviço Social, induzem à redução do trabalho às premissas eminentemente conjugadas às diferentes ideologias institucionais, fragilizando a legitimização da categoria pelo aparato empregatício (gestão e requisições interdisciplinares) e da própria identidade do assistente social, corroborando com a “identidade atribuída e o fetiche da prática” (MARTINELLI, 2003, p. 148).

O debate sobre a legitimização da identidade profissional, a partir da análise da questão social como matéria do Serviço Social e dos valores éticos e políticos assumidos alinhados à defesa dos interesses da classe trabalhadora através da mediação crítica das políticas sociais, “significa perguntar por seu papel no processo de produção de novas relações sociais e de transformação da sociedade, tendo presente que cada momento tem em si a força do inaugural, o impulso criador do novo” (MARTINELLI, 2003, p. 159). Em que pese os avanços e as pesquisas na consolidação de competências e atribuições privativas previstas na Lei de Regulamentação, vinculados aos principais núcleos empregatícios estatais, “é necessário atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho na perspectiva do projeto profissional coletivamente construído” (IAMAMOTO, 2014, p. 613).

Assim, considera-se que a pesquisa sobre as competências necessita apreender a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, pois é centrada somente nessa última dimensão, como aponta Netto (1996, p. 124): “é o caminho mais rápido para a neutralização dos conteúdos críticos da cultura profissional”, especialmente em tempos de profundas alterações no mercado de trabalho, na atual conjuntura, reduzindo tais competências a perspectivas pragmáticas, metodologistas e imediatistas. Como também salienta o autor, “o compromisso com a competência profissional, só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social” (2005, p. 16), ou seja, esse

processo requer ações de pesquisa, formação e atuação política das entidades da categoria, tendo em vista que as competências profissionais sejam iluminadas e adensadas pelos Fundamentos do Serviço Social, fortalecendo uma identidade crítica do Serviço Social, numa conjuntura extremamente regressiva e de ataques às conquistas históricas da classe trabalhadora.

4. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: SUA EXPRESSÃO NO VALE DO TAQUARI

4.1 O VALE DO TAQUARI COMO LOCUS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida na região do Vale do Taquari. Para sua caracterização, lançou-se mão de informações acerca de aspectos históricos, físicos e dimensões econômica e social, com base em dados sistematizados pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari – CODEVAT⁶³ (2017).

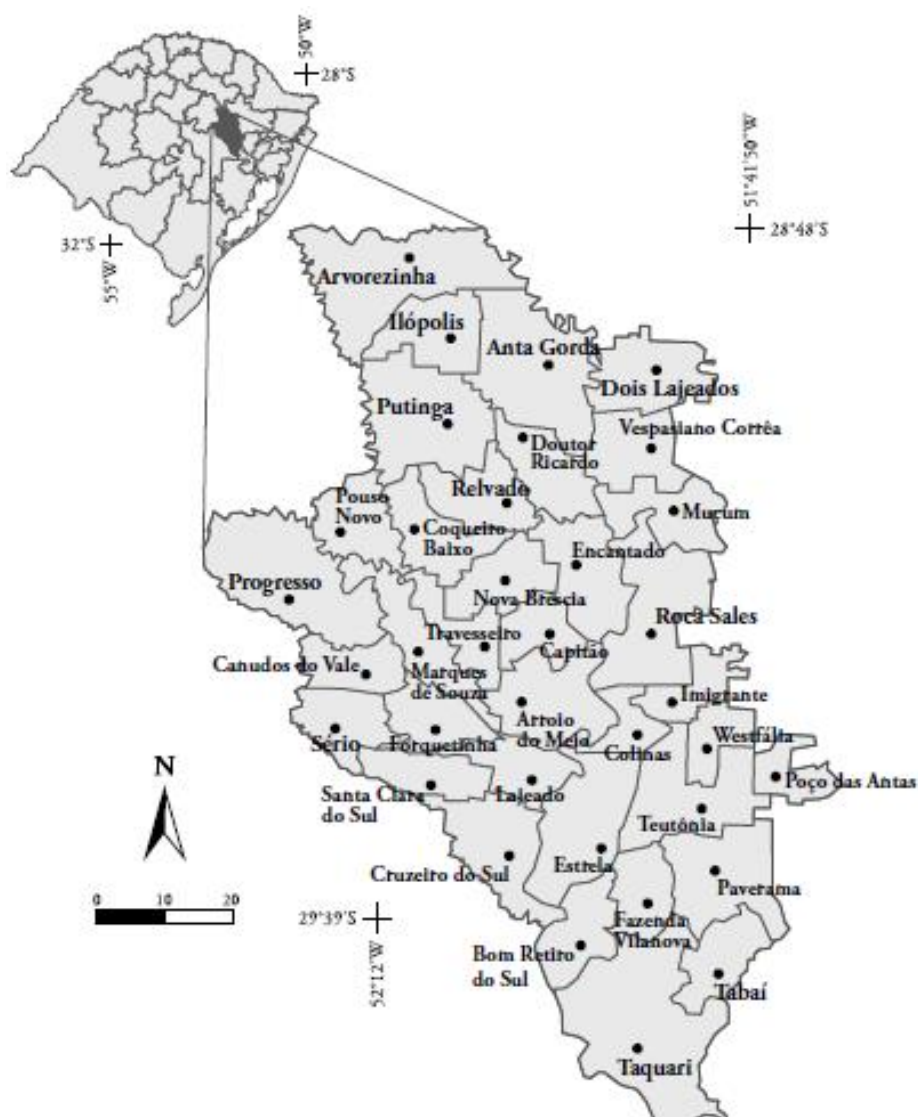
Em relação aos aspectos naturais, o Vale do Taquari localiza-se na região central do Estado e tem este nome pelo fato de ser banhado pela bacia hidrográfica do Taquari-Antas, com destaque ao rio Taquari. A partir da caracterização geomorfológica, o Vale é compartimentado em distintas regiões: região do planalto, região dos patamares e a depressão central gaúcha, e esta última “caracteriza-se pelas amplas planícies de inundação” (CODEVAT, 2017, p. 19). As estações do ano na região são bem definidas devido à regularidade das chuvas e da variação significativa das temperaturas. Quanto aos recursos hídricos da região, o Vale do Taquari é a sexta região do Estado que mais polui com resíduos industriais, além de contaminantes como resíduos agrotóxicos, dejetos e esgoto doméstico⁶⁴.

A região representa uma área de 5.762 km, correspondendo a 1,71% da área total do Rio Grande do Sul. Fica em média a 150 km distante da capital Porto Alegre, cuja localização pode ser mais bem visualizada na figura abaixo:

⁶³ Os dados basearam-se na produção do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari: Estratégias para o Desenvolvimento do Vale Do Taquari 2019/2022 (2018).

⁶⁴ O único município do Vale do Taquari que possui serviço de tratamento de esgoto é Muçum (CODEVAT, 2017).

Figura 1 - Mapa de localização da região do Vale do Taquari.



Fonte: CODEVAT (2018).

O município mais distante da capital é Arvorezinha, a 201 km, e o mais próximo é Tabai, a 72 km. A ocupação do espaço na região é atribuída ao processo de colonização luso-brasileira iniciada a partir dos anos de 1600 e à ação significativa de bandeirantes na exploração local: “Estes que ocupam o território gaúcho e posteriormente o que conhecemos hoje como Vale do Taquari, objetivavam a caça e a escravização indígena, existente em número significativo nesta região brasileira” (CODEVAT, 2017, p. 21).

A partir da resistência indígena e da importação de escravos negros, o difícil acesso à região retardou o avanço da colonização. Por volta de 1700, inicia-se o

processo de ocupação de terras por espanhóis na colônia do Rio Grande, fundada em 1737. A colonização do Vale do Taquari iniciou em 1740 por portugueses que “receberam” terras – as sesmarias –, primeiras propriedades privadas região, depois chamadas de estâncias. Até a década de 1850, estas propriedades foram caracterizadas por fazendas extrativas e escravistas, ocupadas por pequenas glebas de açorianos, especialmente na parte baixa do vale (CODEVAT, 2017).

Data da mesma década o início da colonização de alemães e italianos. Ambos “receberam terras, ferramentas e insumos e teriam que trabalhar para pagar por estes repasses. Ou seja, com dívidas a pagar, o trabalho era a forma de acumular recursos e tornar-se independentes (CODEVAT, 2017, p. 22). Através do trabalho nas pequenas propriedades, as atividades foram se diversificando, assim:

[...] a região criou uma dinâmica própria e em alguns momentos, com pouco contato com outras regiões, que possibilitou a diversidade produtiva, criação de pequenas vilas e posteriormente, vários pequenos municípios, propriedades de pequeno porte diversificadas e com mão de obra familiar, hoje reconhecidamente vinculado à agricultura familiar (BARDEN et al., 2001 apud CODEVAT, 2017, p. 22).

Os municípios mais antigos são Taquari, Estrela e Lajeado, que foram criados, respectivamente, em 1849, 1876 e 1891 (FATES, 1999). As pequenas vilas deram origem aos 36 municípios que compõem a região.

A densidade demográfica do Vale do Taquari é de 67,9 hab/km² e a população total equivale a 3,09% da população do Rio Grande do Sul, evidenciando um crescimento populacional acima da média do Estado. A densidade demográfica da região é 80% maior do que a média estadual, crescimento que, na última década, registrou um aumento de 10,53%, associado ao processo migratório de outras regiões do Estado, sendo predominantemente de população urbana (CODEVAT, 2017).

Comparando-se os dados do IBGE (2010), o Vale do Taquari teve um aumento de 18,93% na população urbana e uma redução de 11,10% na rural. A distribuição populacional por município pode ser observada no Quadro 3.

Quadro 3: População por município no Vale do Taquari: 2000 - 2015.

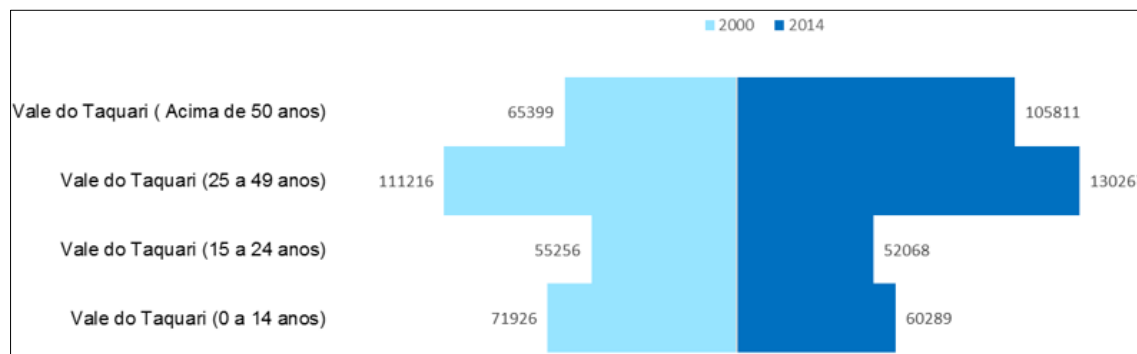
Municípios	2015	Diferença 2000/2015*
Anta Gorda	6.222	-1,66%
Arroio do Meio	20.045	18,25%
Arvorezinha	10.595	3,24%
Bom Retiro do Sul	12.110	12,25%
Canudos do Vale	1.828	-7,49%
Capitão	2.756	7,45%
Colinas	2.498	1,46%
Coqueiro Baixo	1.562	-2,68%
Cruzeiro do Sul	12.169	4,33%
Dois Lajeados	3.417	5,99%
Doutor Ricardo	2.076	-2,44%
Encantado	21.883	18,11%
Estrela	32.748	19,51%
Fazenda Vilanova	4.099	44,69%
Forquetinha	2.528	-3,18%
Ilópolis	4.208	-1,10%
Imigrante	3.146	-18,29%
Lajeado	78.486	22,38%
Marques de Souza	4.167	-1,74%
Muçum	4.989	5,52%
Nova Bréscia	3.329	-27,06%
Paverama	8.437	8,95%
Poço das Antas	2.104	8,12%
Pouso Novo	1.847	-15,85%
Progresso	6.372	-1,92%
Putinga	4.185	-9,59%
Relvado	2.195	-4,32%
Roca Sales	10.976	18,22%
Santa Clara do Sul	6.183	28,65%
Sério	2.235	-17,41%
Tabaí	4.460	25,18%
Taquari	27.128	4,79%
Teutônia	30.170	31,80%
Travesseiro	2.389	1,70%
Vespasiano Correa	1.976	-10,55%
Westfalia	2.953	13,23%
Vale do Taquari	348.471	16,19%
RS (Estado)	11247972	10,41%

Fonte: CODEVAT (2017).

Em relação às questões de gênero, o Vale do Taquari tem a predominância de mulheres, que são 1,04% a mais do que a população masculina, conforme dados de 2015. Acerca das características etárias, cumpre destacar o crescente

envelhecimento populacional e o decréscimo da população jovem, o que se deve, sobretudo, à gradativa redução da taxa de natalidade.

Figura 2 - População por faixa etária no Vale do Taquari: 2000 - 2014.



Fonte: CODEVAT (2017).

A população acima de 50 anos, de 2000 a 2014, representou um aumento de 61,79% no Vale do Taquari e 58,69% no Estado, uma tendência em todos os municípios. Em relação às minorias étnicas, segundo informações da EMATER, a região conta com duas aldeias indígenas caingangues e duas comunidades quilombolas.

Do ponto de vista econômico, o destaque é o setor agropecuário, cujo valor adicionado bruto⁶⁵ – VAB – dos anos de 2000 a 2013 cresceu 356,52% com relevância à pecuária de frangos⁶⁶ e suínos. Em relação à produção, a região é responsável por 25% da produção de frangos, 15% de suínos e 8% da produção leiteira do Estado. As propriedades rurais são de pequeno porte, com uma média de 13,50 hectares, significando uma baixa produção de grãos para a pecuária, demandando insumos de outras regiões do Estado.

O setor da indústria regional vinculada à produção de alimentos, couro e calçados, químicos, bebidas e móveis, nos anos de 2000 a 2013 registrou um crescimento, no VAB, de 176,16%. No Vale, instalaram-se empresas exportadoras⁶⁷, pautadas por exigências do mercado internacional, cenário que evidencia duas megatendências que se complementam e se contradizem: a

⁶⁵ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região.

⁶⁶

⁶⁷ Das 2.741 empresas gaúchas exportadoras, 83 estão localizadas no Vale do Taquari. Em 2014, o valor total em exportações do Vale do Taquari foi de U\$ FOB 397.928.765 (UNIVATES, 2009).

crescente transnacionalização de espaços econômicos e a regionalização dos espaços sociais (FATES, 1999).

No mesmo período, o setor de serviços registrou um crescimento de 366,1%. No Estado, esses índices foram, respectivamente, de 224,27% e 321,65% (CODEVAT, 2017). O Vale do Taquari representa 3,43% do produto interno bruto – PIB⁶⁸ – do Estado, prevalecendo indústrias tradicionais de gêneros alimentícios, couro e calçados, com a produção voltada para o mercado interno, de capital nacional.

Com relação ao trabalho formal, dos anos de 2000 a 2013, o destacam-se os vínculos ligados ao setor agropecuário, com crescimento de 1.264 para 1.883 formalizações (CODEVAT, 2017), corroborando com a característica da formação sócio-histórica da região das pequenas propriedades e a produção de alimentos, na modalidade de agricultura familiar:

Esses aspectos afetam diretamente a situação econômica dos pequenos municípios, que em sua maioria são prioritariamente rurais. Somado o aspecto cultural, onde regionalmente estas famílias não têm *expertise* para outras atividades fora do campo, o êxodo rural causa um dano social para os centros urbanos como causa primária à redução da renda média familiar (CODEVAT, 2017, p. 84)

Como estratégias⁶⁹, são demandadas iniciativas pelo fortalecimento de cadeias produtivas existentes e incentivo a agroindústrias, fomento de estratégias associativas dos produtores e implantação de selos de origem para valorização da produção e “a promoção do apoio de políticas públicas a todos estes aspectos são necessários para a concretização em projetos que gerem resultados na ponta” (CODEVAT, 2017, p. 84), políticas intersetoriais.

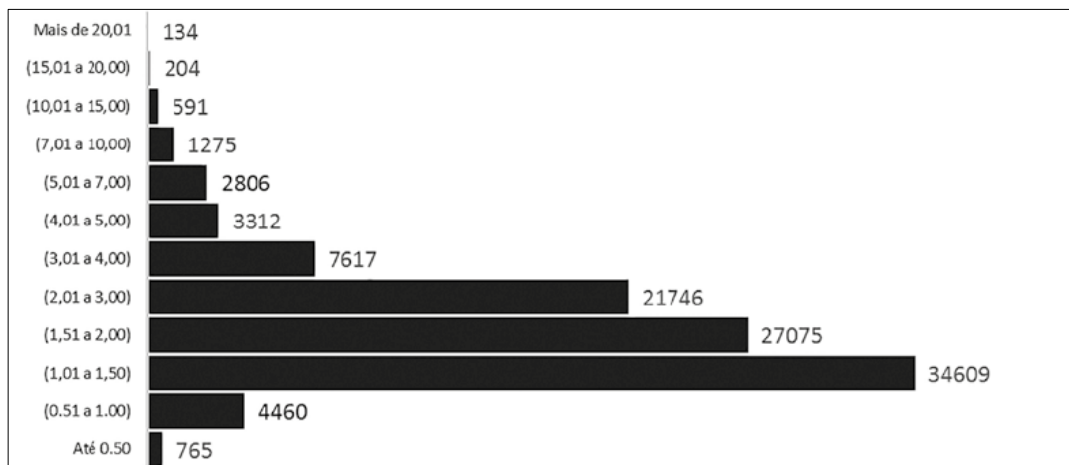
Com relação ao acesso ao trabalho formal total na região, verifica-se que no ano de 2002 houve um crescimento de 53,71%, aumentando de 71.356 para 109.682 formalizações, equiparando-se ao índice estadual (53,30%) (CODEVAT,

⁶⁸ O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, sendo a principal medida do tamanho total de uma economia.

⁶⁹ Merece destaque os esforços das organizações como o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER, Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG, cooperativas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER para o aperfeiçoamento do agronegócio regional (CODEVAT, 2017).

2017). Cumpre, contudo, referir dados relativos à distribuição salarial no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distribuição dos trabalhadores formais por faixa salarial no Vale do Taquari (2013).



Fonte: adaptado CODEVAT (2017).

Observa-se que a maioria dos vínculos formais de trabalho apresenta rendimentos mensais de 1 a 2 salários mínimos, faixa de renda considerada de vulnerabilidade social, representando mais de 50% da população nesta faixa de renda. Não estão aqui apresentados os trabalhadores informais (CODEVAT, 2017).

Ainda em relação à renda da população, destaca-se que a vulnerabilidade social socioeconômica da região pode ser analisada pelos dados relativos a programas oficiais de transferência de renda como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. A partir de dados do censo de 2010, “a região possuía em torno de 2,6% da população do Vale do Taquari considerada pobre, ou seja, no período que recebia menos de R\$ 150,00 mensais de renda per capita” (CODEVAT, 2017, p. 42). A partir da referência de julho 2016, na região Vale do Taquari, havia 6.143 famílias com o perfil para o programa, consideradas em situação de extrema pobreza, cuja distribuição por municípios pode ser observada no quadro que segue:

Quadro 4 - Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família 2016.

Municípios	Mês de Julho 2016	Estimativa de cobertura de famílias pobres	Representatividade no VT
Anta Gorda	52	69,3%	0,85%
Arroio do Meio	176	83,8%	2,87%
Arvorezinha	373	92,6%	6,07%
Bom Retiro do Sul	319	118,1%	5,19%
Canudos do Vale	73	54,5%	1,19%
Capitão	14	37,8%	0,23%
Colinas	23	47,9%	0,37%
Coqueiro Baixo	12	14,5%	0,20%
Cruzeiro do Sul	285	104,0%	4,64%
Dois Lajeados	26	96,3%	0,42%
Doutor Ricardo	29	69,0%	0,47%
Encantado	248	57,1%	4,04%
Estrela	566	129,8%	9,21%
Fazenda Vilanova	120	94,5%	1,95%
Forquetinha	16	23,3%	0,26%
Ilópolis	72	55,8%	1,17%
Imigrante	25	113,6%	0,41%
Lajeado	1018	96,0%	16,57%
Marques de Souza	49	46,2%	0,80%
Muçum	83	98,8%	1,35%
Nova Bréscoa	16	21,1%	0,26%
Paverama	229	107,5%	3,73%
Poço das Antas	11	28,2%	0,18%
Pouso Novo	72	81,8%	1,17%
Progresso	204	77,9%	3,32%
Putinga	78	45,3%	1,27%
Relvado	13	23,6%	0,21%
Roca Sales	96	48,7%	1,56%
Santa Clara do Sul	37	43,0%	0,60%
Sério	65	72,2%	1,06%
Tabaí	125	61,9%	2,03%
Taquari	1354	104,1%	22,04%
Teutônia	224	116,7%	3,65%
Travesseiro	21	51,2%	0,34%
Vespasiano Correa	8	33,3%	0,13%
Westfalia	11	73,3%	0,18%
Vale do Taquari	6143		100,00%
RS (Estado)	403162		

Fonte: CODEVAT (2017).

Pode-se verificar que as duas cidades com maior número de famílias beneficiadas são Taquari, Lajeado e Estrela que representam 47,8% do total de famílias beneficiadas na Região, quase a metade. Estrela e Lajeado são as maiores, Estrela tem volume grande, mas chama a atenção que Teutônia, embora tenha maior volume de população, tem número bem menor de famílias beneficiadas.

Cumpra referir que em 2016 o critério de concessão do benefício era de renda média mensal abaixo de R\$ 85,00, situações consideradas de extrema pobreza, e de R\$ 170,00, considerada faixa de renda de famílias consideradas pobres. Atualmente, a extrema pobreza está atrelada ao critérios de renda mensal de até R\$ 89,00 por cada componente familiar, e famílias “pobres”, aquelas com renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por cada componente (MDS, 2020). Essa realidade se expressa em depoimento obtido na pesquisa, em grupo focal:

[...] a grande maioria tem renda de meio salário mínimo, mas aí tu vai olhar, às vezes tem uma situação assim tão gritante, que tu faz uma análise em cima daquilo tudo e justifica (...). Só que hoje, com a atual conjuntura que nós estamos vivendo, a gente está criando cada vez mais critérios para só aqueles que realmente precisam tenham acesso [...] A gente vai pra Câmara de Vereadores, faz, muda a lei por alguns momentos para que saia de um, de um, um terço pra um quarto. [...] tu sabe que ela está precisando e, tu esbarra nos critérios (...). Tu acaba encaixando aquela família em algum benefício eventual, por cima dos critérios que tu mesmo inventou (Assistente Social 1).

Cada município, a partir da legislação municipal, estipula critérios mínimos para quem necessita de benefícios eventuais de assistência social na região. Neste aspecto, evidencia-se que a gestão de assistência social tem representação no Conselho dos Gestores de Assistência Social do Vale do Taquari (COGEMAS), apoiado pela Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS).

Quanto à questões de segurança pública, a região é coberta por três presídios, todos vinculados à 8ª Delegacia Penitenciária Regional com sede em Santa Cruz do Sul, cuja localização, capacidade e população carcerária, podem ser analisados no quadro que segue:

Quadro 5: Cenário quantitativo dos presídios da Região do Vale do Taquari.

Localização	Gênero	Capacidade de engenharia	População carcerária (janeiro/2020)
Lajeado	Feminino	72	25
Lajeado	Masculino	122	289
Lajeado (anexo)	Masculino	64	112
Arroio do Meio	Masculino	28	43
Encantado	Masculino	81	134
Total		367	603

Fonte: adaptado de SUSEPE (2020).

Há vagas remanescentes apenas para o público feminino⁷⁰, conforme o Quadro 6. A população carcerária masculina apresenta 1,95 presos por vaga. A superpopulação carcerária no Vale segue as tendências estaduais verificadas⁷¹, em especial de atendimento acima da capacidade, ocasionando dificuldades para o trabalho, como destacado em depoimento: “na própria cela tu tem uma superlotação, como é que tu vai trabalhar aquilo? (Assistente Social).

Com relação à saúde, educação e renda, as informações são baseadas no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE⁷² – por municípios, com dados entre 2007 e 2013, e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

O IDESE educação⁷³ do Vale do Taquari ficou 8,29% superior ao do Estado dentre os anos de 2007 e 2013. Os índices variaram entre os municípios, sendo que

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Canudos do Vale com 24,74%, Capitão com 29,54%, Dois Lajeados com 24,39%, Fazenda Vilanova com 21,95% e Travesseiro com 28,93%. Entre os municípios com decréscimo em seus índices, estão Coqueiro Baixo com -3,76%, Forquetinha com -18,17, Marques de Souza com -9,85%, Paverama com -2,81, Poço das Antas com -1,75%, Relvado com -3,25% e Westfália com -1,04% (CODEVAT, 2017, p. 30).

Tanto a região do Vale do Taquari quanto o Estado tiveram índices ascendentes no IDESE. Acerca dos estabelecimentos de oferta de educação (CODEVAT, 2017), nos anos de 2000 a 2015, registrou-se 63,71% de aumento na Educação Infantil, decréscimo de 35,53% no Ensino Fundamental e 17,31% de crescimento percentual no Ensino Médio. Dos estabelecimentos de Educação para

⁷⁰ O presídio feminino foi inaugurado em 2016 através dos esforços coletivos da Associação Lajeadense Pró-Segurança Pública (Alsepro), do Conselho da Comunidade de Assistência ao Preso, Ministério Público e Justiça, com recursos de doações da comunidade, da Prefeitura de Lajeado, e de penas pecuniárias pagas ao Poder Judiciário de Lajeado, Teutônia e Estrela (INFORMATIVO, 2020).

⁷¹ O estado apresentou 1,08 presos por vaga em 2000, e em 2014, 1,31 (CODEVAT, 2017).

⁷² Trata-se de um indicador que busca explicitar o desenvolvimento de um município, região ou do Estado. É mediação efetivada pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do RS e composto de três blocos, que são IDESE saúde, IDESE educação e IDESE renda. O índice geral apresenta uma média aritmética entre estes. Tais blocos do IDESE são compostos por 12 indicadores que mensuram o desenvolvimento dos municípios e região (CODEVAT, 2017).

⁷³ É feita uma média aritmética composta de quatro sub-blocos divididos de acordo com faixas etárias: da população entre 4 e 5 anos e taxa de matrícula na pré-escola; da população entre 6 e 14 anos e as notas da Prova Brasil do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental; da população entre 15 e 17 anos e taxa de matrícula no Ensino Médio; e em relação à Escolaridade Adulta, considerando a população com 18 anos ou mais com, pelo menos, o Ensino Fundamental completo (CODEVAT, 2017).

Jovens e Adultos (EJA) na região, no mesmo período, houve uma média de 25% de crescimento. Ainda, o Ensino Especial contou, no Vale do Taquari, com uma diminuição de 63,64% nos estabelecimentos. Quanto aos concluintes, o período analisado compreende 2000 a 2014, apresentando um decréscimo no Ensino Fundamental de 22,60% no Vale do Taquari e 19,82% no Estado, crescimento percentual de 11,91% no Ensino Médio no Vale do Taquari e decréscimo de 2,99% no Estado. Entre os anos 2000 a 2013, no que se refere ao Ensino Fundamental, o Vale do Taquari apresentou uma queda na taxa percentual de evasão de 42,45%, e no Ensino Médio um crescimento de 50,19%. No Estado, houve um decréscimo dos dois índices. Quanto ao índice de reprovação do Ensino Fundamental, tanto no Vale do Taquari quanto no Estado, houve um aumento de 54,17% e 84,56%, respectivamente. No Ensino Médio, o Vale apresentou um decréscimo percentual de 27,65%; já no Estado, houve um aumento de 0,65%. A taxa percentual de aprovação no Vale do Taquari e no Estado aumentaram, tanto no Ensino Fundamental, 12,78% e 7,64%, quanto no Médio, 3,06% e 10,19%, respectivamente. Outro dado de destaque é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB⁷⁴ – que, dos anos de 2005 a 2015, contou com um aumento contínuo do índice tanto a nível regional quanto estadual (CODEVAT, 2017, p. 37).

Com relação ao IDESE saúde⁷⁵, a região teve um crescimento inferior ao do Estado, exceto no ano de 2012. As variações por municípios a serem destacadas são:

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Colinas com 10,65%, Coqueiro Baixo com 8,55%, Doutor Ricardo com 7,24%, Poço das Antas com 10,45% e Pouso Novo com 8%. Entre os municípios que apresentaram decréscimo em seus índices, estão Anta Gorda com -1,04%, Arroio do Meio com -2,81%, Capitão com -6,46%, Fazenda Vilanova com -0,36%, Ilópolis com -2,84%, Imigrante com -3,52%, Nova Brésia com -1,91%, Roca Sales com -0,95% e Teutônia com -0,34% (CODEVAT, 2017, p. 31).

⁷⁴ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (INEP, 2020).

⁷⁵ É composto de cinco indicadores, divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil (SMI); condições gerais de saúde (CGS); e longevidade. Desses, extrai-se uma média aritmética dos índices desses sub-blocos (CODEVAT, 2017, p. 31).

A atenção em saúde no Vale do Taquari apresentou um decréscimo de 22 para 18 hospitais no período de 2003 a 2014. Da mesma forma, o índice de leitos de internação decresceram em 16,30%. Com relação à mortalidade infantil, a região apresentou redução de 34,78%, e no Estado, 30,18%, entre 2000 e 2013. A expectativa de vida da região em 2010 foi de 76 anos, e no Estado, 75 anos (CODEVAT, 2018).

Em relação à renda, o IDESE analisa a média aritmética entre a apropriação e a geração de renda. Neste quesito, a região “teve um crescimento percentual inferior ao Estado desde 2007, com exceção do ano de 2009, onde a região registrou 0,699 e o Estado 0,698” (CODEVAT, 2017, p. 30). Em 2012, o crescimento foi próximo ao índice do Estado, com as seguintes variações por municípios:

Dos municípios do Vale do Taquari que apresentaram maior crescimento estão Arvorezinha com 16,57%, Cruzeiro do Sul com 18%, Doutor Ricardo com 25,94%, Estrela com 19%, Ilópolis com 18,97%, Muçum com 17,41% e Poço das Antas com 16,43%. Entre os municípios que apresentaram decréscimo em seus índices, estão Dois Lajeados -3,61%, Fazenda Vilanova com -8,93%, Putinga com -10,57%, Sério com -2,98%, Teutônia com -2,89%, Travesseiro com -1,79% e Vespasiano Corrêa com -2,01% (CODEVAT, 2017, p. 30).

No próximo item, será abordada a inserção da profissão na região até então discutida.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL NO VALE DO TAQUARI

Analisa-se, neste item, dados da pesquisa sobre o Serviço Social no Vale do Taquari a partir do perfil dos profissionais da região, sua expressão na formação acadêmica e no trabalho regional. A partir de pesquisa de abrangência estadual que mapeou o perfil, a formação e o trabalho dos assistentes sociais, participaram 97 profissionais do Vale do Taquari. A distribuição de profissionais respondentes por município pode ser visualizada na Tabela 5.

Tabela 5: Distribuição dos respondentes por município de residência

	Município	Respondentes
1	Anta Gorda	2
2	Arroio do Meio	4

3	Arvorezinha	1
4	Bom Retiro do Sul	1
5	Capitão	3
6	Coqueiro Baixo	1
7	Cruzeiro do Sul	3
8	Doutor Ricardo	1
9	Encantado	7
10	Estrela	12
11	Forquetinha	1
12	Lajeado	40
13	Marques de Souza	2
14	Muçum	1
15	Nova Brésia	1
16	Paverama	1
17	Progresso	1
18	Putinga	1
19	Relvado	1
20	Taquari	8
21	Teutônia	4
23	Vespasiano Corrêa	1
Total		97

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

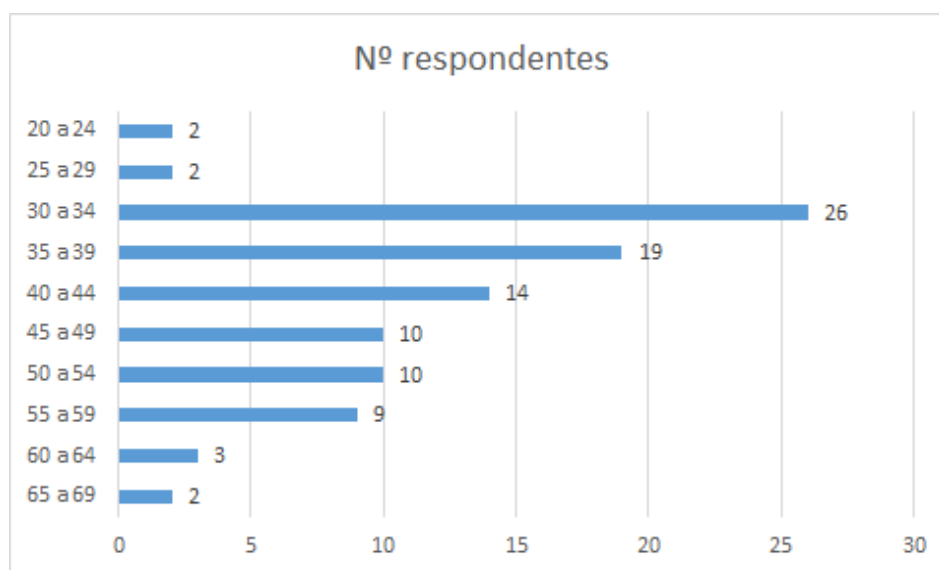
Em 13⁷⁶ dos 36 municípios não houve respondentes vinculados, dado que pode estar relacionado ao fato de o domicílio de residência não ser o mesmo de trabalho, já que dos total de respondentes⁷⁷, 47,19% responderam não residirem na mesma cidade em que trabalham. Todos os municípios em que pode ser observada a presença de apenas um profissional são de pequeno porte, conforme inferência para o levantamento prévio realizado junto ao NUCRESS Vale do Taquari, em 2019. A cidade com maior número de residentes/respondentes é a cidade de médio porte do Vale do Taquari, Lajeado.

A faixa etária predominante é a de respondentes adultos de 30 e 44 anos (60,82%), cuja distribuição pode ser vista no Gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição por faixa etária dos respondentes.

⁷⁶ Canudos do Vale, Colinas, Dois Lajeados, Fazenda Vilanova, Ilópolis, Poço das Antas, Pouso Novo, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Travesseiro, Tabai e Westfália (SURVEY MONKEY, 2020).

⁷⁷ O total de respondentes do Vale do Taquari foi 97. Aqui considerou-se o município de Taquari, cujos dados não serão considerados na análise do NUCRESS Vale do Taquari, já que compõe Núcleo distinto. (CRESS, 2019).



Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

Na faixa etária considerada idosa, houve a representação de 5 profissionais. Analisando-se as questões de gênero e orientação sexual, percebe-se a predominância da autodeclaração heterossexual, sendo a maioria 96,62% feminina⁷⁸ e apenas 3 declarados de gênero masculino. Não houve declaração de outra identificação de gênero. Segundo pesquisa realizada pelo CFESS (2005)⁷⁹, foi questionada a questão da orientação sexual, evidenciando que dos 133 respondentes da região sul, apenas 8 não se declararam heterossexuais, sendo 5 homossexuais e 3 bissexuais.

Os dados em relação à cor e etnia evidenciam na região a prevalência de profissionais autodeclarados de cor branca (89), com apenas 5 profissionais de cor parda, 2 negros/pretos e um de cor amarela; não há, no quadro profissional do Vale do Taquari, nenhum(a) assistente social indígena. Esta variação pode ser

⁷⁸ Dado que implica maior adensamento sobre a divisão sexual do trabalho e, no caso do Serviço Social, a necessária perspectiva histórica de institucionalização de protagonismo predominantemente feminino (BARROS et al., 2018).

⁷⁹ A pesquisa *Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional* do CFESS (2005) contou com um total de 1.049 participantes, dos quais 49 compuseram a amostra do Rio Grande do Sul, totalizando 133 participantes da região sul do país. Ainda não estão disponíveis os dados da pesquisa sobre o Perfil da/o Assistente Social e Realidade do Exercício Profissional, finalizada em 31 de dezembro de 2019, do conjunto CFESS/CRESS, compondo a Campanha Nacional Viva Sua Identidade – Assistente social, o seu perfil é a nossa identidade! (CFESS, 2020). Os dados gerais do RS da pesquisa interinstitucional com Perfil, Formação e Trabalho do(a) assistente social do Rio Grande do Sul, dos quais este trabalho adensa a amostra da região do Vale do Taquari, também ainda não foram publicados.

observada em CFESS (2005), quando, na região sul, 124 de profissionais se declaram brancos, 7 pretos(as)/negros(as), um pardo e um moreno (CFESS, 2005).

No que diz respeito ao estado civil dos(as) assistentes sociais do Vale do Taquari, houve mínima variação entre os(as) respondentes, que se autodeclararam solteiros (31) e casados (34). Dos demais, 18 declararam-se em união estável, 9 divorciados, 4 separados e um viúvo. Essa variação manteve-se nos dados de 2005 relacionados à região sul, sendo 75 casados e 58 solteiros (CFESS, 2005).

Nas questões relacionadas à orientação religiosa, a maioria manifestou-se praticante de uma religião (72,16%), da qual prevaleceu a religião católica, entre romana e ortodoxa (57,14%). Em seguida, a religião com maior número de praticantes entre os participantes esteve a evangélica (20%) que, sendo esta a evangélica protestante/luterana, e espírita (12,85%). Em nível nacional, a religião praticada predominantemente também é a católica (CFESS, 2005).

Pode-se depreender que o perfil dos(as) assistentes sociais do Vale do Taquari corrobora dados da pesquisa do CFESS (2005, p. 23): “mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual e casada”. Quanto à maternidade⁸⁰, a partir de CFESS (2005), a maioria não tem filhos ou tem uma prole de 2 filhos. Dados do perfil são condicionantes para a análise do trabalho, adensados no próximo item.

O Ensino Superior na região é representado especialmente pela histórica trajetória da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES⁸¹, hoje com oferta nas modalidades de ensino presencial e a distância. A partir de 2004, o ensino a distância inicia seu processo de expansão no Vale do Taquari, sendo que a graduação em Serviço Social passa a ser somente ofertada nessa modalidade.

A primeira universidade a instalar um polo EaD na região com oferta do curso de Serviço Social, segundo dados do E-mec, foi a Universidade Paulista (2004). A primeira a dar início ao curso foi a Universidade Anhanguera (2007), seguida pela

⁸⁰ Esta questão pode vir a ser concentrada em pesquisa subsequente no Estado e/ou na região, além de outras dimensões e expressões da divisão sexual, etária e racial do trabalho na contemporaneidade.

⁸¹ Em 17 de janeiro de 1969, surgiram, em Lajeado, os primeiros cursos superiores como extensão da Universidade de Caxias do Sul, passando para uma fundação local em 1972. Em 1997, surge a Univates, com a fusão das duas faculdades existentes na época: criação das faculdades FELAT (1974) e FACEAT (1975). Em 1999, a Univates – mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (Fuvates) – foi credenciada como Centro Universitário. Em julho de 2017, recebeu o título de Universidade do Vale do Taquari – Univates (UNIVATES, 2020).

Universidade Pitágoras (2007). Hoje, a região conta com um total de 19 polos ativos com um total de 95.569 vagas para o curso de Serviço Social, conforme detalhado no quadro abaixo:

Tabela 6: Distribuição por instituição de ensino em Serviço Social na região.

Cidade do polo	Instituição (IES)	Sigla	Início do funcionamento	Data do ato de criação	Vagas autorizadas
Bom Retiro do Sul	Centro Universitário de Lins	UNILINS	28/10/19	06/01/20	300
Estrela	Universidade La Salle	UNILASALLE	25/02/19	21/09/18	780
Lajeado	Centro Universitário de Maringá	UNICESUMAR	03/02/14	05/09/13	2500
Lajeado	Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	02/08/17	31/10/16	500
Lajeado	Centro Universitário Internacional	UNINTER	01/08/15	10/06/15	3000
Lajeado	Universidade Anhanguera	UNIDERP	07/02/07	02/08/06	16800
Lajeado	Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	31/03/08	28/11/07	4000
Lajeado	Universidade Paulista	UNIP	18/02/08	10/11/04	47880
Lajeado	Universidade Pitágoras	UNOPAR	12/02/07	25/09/06	7000
Taquari	Centro Universitário de Lins	UNILINS	06/01/20	28/10/19	300
Taquari	Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSSELVI	02/05/08	19/03/08	4459
Taquari	Universidade de Franca	UNIFRAN	03/02/14	06/08/13	550
Taquari	Universidade Estácio de Sá	UNESA	22/07/10	22/07/10	6500
Teutônia	Centro Universitário da Serra Gaúcha	FSG	01/08/18	02/05/18	500
Teutônia	Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	02/08/17	31/10/16	500
Total de vagas ofertadas					95.569

Fonte: adaptado de Cadastro E-mec (2020).

O ensino a distância inicia seu processo de expansão no Vale do Taquari, sendo que a graduação em Serviço Social passa a ser somente ofertada nessa modalidade. A primeira universidade a instalar um polo EAD na região com oferta do curso de Serviço Social, segundo dados do E-mec, foi a Universidade Paulista (2004). A primeira a dar início ao curso foi a Universidade Anhanguera (2007), seguida pela Universidade Pitágoras (2007). Hoje, a região conta com um total de 19 polos ativos com um total de 95.569 vagas para o curso de Serviço Social.

Diante dos dados, observa-se que ULBRA e UNISC, tradicionalmente ofertantes de ensino presencial, passaram à modalidade EaD, percurso também

das instituições UCS, UCPEL e IPA, sem polos com oferta do curso de Serviço Social na região até o momento.

A pesquisa estadual aponta que no Vale do Taquari a formação dos respondentes está distribuída nas seguintes instituições de Ensino Superior:

Tabela 7: Instituições de formação dos profissionais do Vale do Taquari.

Instituição de formação		Frequência VA*
1	Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	27
2	Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR (EAD)	18
3	Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	16
4	Universidade do Rio do Sinos - UNISINOS	8
5	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	6
6	Universidade de Caxias do Sul – UCS	5
7	Universidade de Passo Fundo – UPF	2
8	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	2
9	Universidade Federal de Santa Maria	1
10	Universidade Católica de Pelotas	1
11	Universidade Paulista	1
12	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1
13	Centro Universitário Metodista	1
14	Faculdade Anhanguera Caxias do Sul	1
15	Nenhuma	3
Total		93

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

Aqueles que não discriminaram as instituição (6), formaram-se em outros estados: um na Bahia, um em Minas Gerais, 3 no Rio de Janeiro e um em Santa Catarina, não sendo possível discorrer sobre qual a modalidade de formação, se presencial, semipresencial ou a distância. Dos 93 participantes da pesquisa no Vale do Taquari, 62 formaram-se na modalidade presencial, 16 pelo EaD e 15 na modalidade semipresencial, demonstrando que no Vale do Taquari a maioria dos profissionais são oriundos de formação presencial, com notável predominância das universidades ULBRA e UNISC, o que aparenta relacionar-se, diretamente, à distância do Vale (102 km e 60,5 km, respectivamente).

Questionados sobre a opção de escolha de curso, a maioria responde que o Serviço Social foi a primeira opção (67). Dos 26 que responderam que não foi, as primeiras opções da ciências sociais e humanas são representadas pelos cursos de Direito (19,23%) e Psicologia (15,38%).

Dentre os principais motivos⁸² para não terem cursado a primeira opção de curso, conforme o gráfico, alega-se o custo da mensalidade como principal empecilho (31,25%). A distância geográfica, comumente argumentada como motivação do EaD não foi abordada como empecilho pela gradativa ampliação do Ensino Superior no Vale do Taquari, seja pela UNIVATES, seja pelo avanço significativo da oferta de cursos EaD, conforme exposto.

Em relação à pós-graduação, a maioria (53) refere ter curso de Especialização, sendo que destes, 29 realizaram especialização em Serviço Social, 13 especialização multiprofissional e 11 em outra área. Na região, há apenas um(a) mestre(a) e nenhum(a) doutor(a), corroborando uma tendência nacional: “55,34% possuem apenas a graduação; seguem-se as(os) que são especialistas (36,26%) e as(os) que são mestras(es), doutoras(es) e pós-doutoras(es), com índices bem inferiores” (CFESS, 2005, p. 32).

Na particularidade regional, tal aspecto reitera o já pontuado por Motta (2013) quanto à importância da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social, de suas contribuições para análise e intervenção na realidade e da potencialização de uma “cultura intelectual, com cariz teórico-metodológico crítico” (SILVA, MATIAS; NÓBREGA, 2018, p. 114) no interior da categoria e no meio acadêmico regional, em outras áreas do conhecimento.

Pode-se inferir como um dos aspectos da ínfima representatividade do Serviço Social na produção de conhecimento regional o fato de que na região, a UNIVATES não oferece curso de Serviço Social, estando restrito ao ensino EaD, dentre outros (acesso à universidade pública, por exemplo).

Na questão da avaliação da própria formação pelos respondentes, 49,11% informaram terem tido acesso exclusivo a atividades ligadas ao ensino, 33,04% a ensino e extensão, 31,15% ensino e pesquisa e 33,04% a todas as anteriores.

Em relação à inserção de assistentes sociais no mercado de trabalho na região, segundo levantamento da pesquisadora, com o apoio do NUCRESS Vale do Taquari, foi possibilitada a coleta empírica prévia à coleta estadual: quantitativa – do número de profissionais por município do Vale do Taquari, e qualitativa – de qual espaço sócio-ocupacional no(s) qual(is) estes profissionais estavam alocados.

⁸² Poderia ser relevante questionar as motivações para a escolha do Serviço Social.

A partir deste levantamento junto ao NUCERSS, entre os anos de 2018 e 2019, identificou-se um total estimado de 12 naturezas distintas de espaços ocupacionais de trabalho e 138 assistentes sociais inseridos nos mesmos, cuja distribuição pode ser verificada na Tabela 3:

Tabela 8: Mapeamento dos espaços ocupacionais de distintas naturezas e número de assistentes sociais vinculados no Vale do Taquari.

	Espaço ocupacional	Nº de profissionais
1	Proteção Social Básica de Assistência Social (CRAS)	67
2	Entidades do Terceiro Setor	20
3	Atenção Especializada em Saúde	12
4	Atenção Básica em Saúde	09
5	Atenção Hospitalar	06
6	Proteção Social Especial de Média Complexidade de Assistência Social (CREAS)	08
7	Gestão	05
8	Judiciário	02
9	Previdência	02
10	Sistema penitenciário	04
11	Empresas privadas	02
12	Habitação	01
	Total	138

Fonte: NUCRESS Vale do Taquari (2019).

Tais evidências possibilitaram o processo metodológico para a proposta de adensamento qualitativo através de grupo focal, conforme introdução do presente estudo, e sua articulação aos dados quantitativos coletados até novembro de 2019, através da pesquisa de âmbito estadual⁸³ que mapeou o perfil, o trabalho e a formação dos assistentes sociais.

Dos 12 convidados e confirmados para o grupo focal, houve a participação efetiva de 10 participantes, em função de atravessamentos de logística (enchente no primeiro encontro) e intercorrências alegadas por outros compromissos. No primeiro encontro, participou um representante de cada espaço, exceto da habitação e da atenção especializada em saúde (hospital): 1 proteção social básica (CRAS); 1 da proteção social especial de média complexidade (CREAS); 1 da proteção social especial de alta complexidade (acolhimento institucional de crianças e adolescentes pelo terceiro setor); 1 da gestão; 1 da atenção básica em saúde (UBS), 1 da atenção especializada em saúde (CAPS), 1 do sistema penitenciário; 1

⁸³ Os dados da pesquisa estadual foram filtrados em 15 de janeiro de 2020, abrangendo os 36 municípios do Vale do Taquari. Taquari compõe o NUCRESS independente, cujos dados não foram computados na pesquisa.

da previdência social; 1 de empresa privada; e 1 do poder judiciário. No segundo encontro, não puderam comparecer a representante da atenção hospitalar, da gestão e atenção especializada em saúde (CAPS). Participou do segundo encontro a representante da política de habitação. A formação das participantes foi variada, com predomínio das universidades UNOPAR, ULBRA e UNISC.

As questões adensadas no grupo focal foram as condições e as relações de trabalho, as competências profissionais que são desenvolvidas pelo assistentes sociais e os fundamentos históricos, teóricos-metodológicos e ético-políticos que iluminam as referidas competências discutidas a seguir.

5. CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO TAQUARI

Anteriormente, discutiu-se o significado do trabalho em Marx e sua transversalidade na análise do Serviço Social como profissão e centralidade teórica para essa área do conhecimento. Esta análise considera os condicionantes das particularidades históricas regionais do *locus* de pesquisa que forjam a realidade social a partir da qual, e na qual, o trabalho dos assistentes sociais se materializa, na interface com o debate dos Fundamentos, considerando o projeto ético-político, a questão social como matéria e os meios de trabalho disponibilizados pelos empregadores. Nesse ínterim, tem-se que compreender as dimensões inerentes ao assalariamento na região, as expressões de alienação⁸⁴ e exploração⁸⁵, a partir da

⁸⁴ Sobre a categoria alienação, esta se apresenta sob variadas formas de uso e diferentes autores, dentre os quais, a maioria marxistas; autores heterodoxos mas que, de forma direta ou não, tiveram uma relação com o marxismo, aportando relações distintas. Segundo pesquisa bibliográfica em 69 edições da Revista *Katálysis e Serviço Social & Sociedade* (de 2017 a 2018), a tradição marxista é a mais frequentemente referenciada à alienação. No Serviço Social, o destaque da categoria alienação no trabalho é voltado à Marilda Vilela Iamamoto especialmente na obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* (WELLEN et al., 2019, p. 325). A autora apregoa que o “estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 416).

⁸⁵ De modo geral, as pesquisas e análises sobre trabalho e saúde, ou mais propriamente sobre o adoecimento dos trabalhadores decorrente das condições em que realiza seu trabalho, são relações problematizadas a partir da sua incidência na classe trabalhadora, não incluído aí o assistente social como sujeito vivo do trabalho social, sendo quase inexistentes estudos e pesquisas que tomam como objeto os próprios profissionais que sofrem e adoecem a partir do cotidiano de seu trabalho e da violação de seus direitos (RAICHELIS, 2011, p. 426). Tais apontamentos remetem à reflexão sobre a necessidade de se debruçar sobre a própria realidade de trabalho, compreendendo o assistente

análise das condições, e as relações de trabalho, as quais impelem possibilidades mais ou menos favoráveis para a materialização de um trabalho de horizonte emancipatório, demandando competências profissionais em diferentes naturezas e espaços sócio-ocupacionais.

No que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, quanto à oferta de vagas no Vale do Taquari, 80,72% informou estar inserido no mercado de trabalho na área do Serviço Social. Aqueles que não estão inseridos (19,28%) alegaram motivos diversos, como a pouca oferta de vagas (28,57%). A maioria dos argumentos para a não inserção no mercado de trabalho foram relativas a concursos públicos, como o aguardo pelo chamamento (14,29%), a reprovação (14,29%) ou por estar estudando para concursos (14,29%).

A maioria dos que se encontram inseridos no mercado de trabalho refere possuir vínculo estatutário (44,78%), e ainda uma parcela significativa (26,87%) são de contratados por regime celetista (CLT). Os contratos temporários somam 8,96%, os terceirizados totalizam 4,48% e, ainda, 2,99%, são prestadores de serviço. Um total de 4,48% responderam não ter qualquer vínculo empregatício, sobre o que se pode inferir que se trata de uma inserção mediada pela lógica do voluntariado⁸⁶.

Este aspecto loco-regional de “ser concursado”, ao sinalizar a cultura laboral da maioria dos assistentes sociais da região, aponta para uma tendência histórica⁸⁷ do mercado de trabalho da região nos últimos anos. É possível depreender que na região assiste-se a um processo inicial de terceirização⁸⁸ e contratação temporária, elementos de precarização do trabalho, conforme Druck (2016), Antunes (2018) e Raichelis (2011). Apesar da ainda pequena visibilidade, no Vale do Taquari, desse processo, há relatos da precarização das condições de trabalho terceirizado

social também como trabalhador assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 1999) (SANTOS; STAMPA, 2019, p. 90).

⁸⁶ Uma pessoa respondeu não estar trabalhando, mas que “faz voluntariado”.

⁸⁷ Interessante seria levantar dados do progresso/regresso quantitativo de concursos e chamamentos a partir das possibilidades legais de terceirização do serviço público.

⁸⁸ A terceirização no serviço público no Brasil se dá no governo militar, em 1967 após reforma administrativa do aparelho de Estado, tendo por objetivo impedir “o crescimento desmesurado da máquina administrativa”. É com a Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso, iniciada em 1995,9 que se estabelecem todas as diretrizes e a concepção de um Estado gerencial, no qual a privatização e a terceirização assumem lugar central. (DRUCK, 2016, p. 118). Centralidade firmada em Nível Federal a partir do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018 que amplia o rol de serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação (DOU, 2018, p. 3-4).

expresso no grupo focal: “estamos há três anos sem ganhar um reajuste, nós somos terceirizadas” (Assistente Social 9).

Tais características loco-regionais, especialmente a estabilidade de emprego, possibilita a organização política pela garantia, por exemplo, de espaços de educação permanente, atividades políticas e reflexões acerca das competências e fundamentos do Serviço Social e sua relação com as diferentes expressões da empregabilidade regional.

Ou seja, compreendendo a educação permanente como uma dimensão relativa às condições de trabalho, destaca-se que, na região, 98,39% dos profissionais consideram importante participar de processos de educação permanente, e essa atividade é experienciada por 61,29% dos respondentes. Com relação às requisições de educação permanente consideradas emergentes e necessárias no trabalho, a maioria (74,19%) refere ser o trabalho com famílias a maior demanda por conhecimento. Sobre a preferência quanto à metodologia de educação permanente, os cursos de curta duração aparecem em primeiro lugar (70,98%), seguidos por seminários (69,35%) e oficinas teórico-práticas (62,29%). A busca por mestrado e doutorado obtiveram o menor número de respostas, 27,42% e 11,29%, respectivamente, o que pode estar relacionado com a inexistência de pós-graduação *strictu sensu* em Serviço Social na região.

Pode-se observar que está em jogo, dentre outros aspectos, a lógica da competência ligada à imediaticidade das demandas específicas do mercado de trabalho, pulverizando o aporte teórico às requisições dos espaços sócio-ocupacionais de forma setorializada, impactando numa concepção totalizante do projeto profissional, seja nos potenciais de desvendamento de condições de alienação e exploração no trabalho abstrato, seja no erguimento de bandeiras de luta na região.

Nesse contexto, a dimensão política da categoria na região expressa uma incipiente participação política: apenas 8,06% declaram participarem de instâncias políticas. A maioria refere-se à participação partidária (60%), sendo que nenhum atua em sindicatos, o que corrobora o dado, de que 72,58% dos profissionais na região não são sindicalizados. Tal evidência foi problematizada no grupo focal quando da reflexão acerca das condições de trabalho e seus desdobramentos na dimensão política do trabalho do assistente social:

Eu acho que esse aumento de demanda que esses espaços de trabalho colocam em cima de todos nós profissionais, de certa forma, se a gente for pensar um pouco mais profundamente, também é uma estratégia para a gente não pensar. Sabe, por que a gente é muito focada no trabalho e daí trabalha, trabalha, trabalha. Tu não pensa e aí realmente tu não tem esse tempo para pensar e acaba sendo uma estratégia, inclusive dos poderes dominantes. E a gente em qualquer espaço, mas muito mais nas políticas públicas como um todo, é uma estratégia dos governantes, que a gente não pense (Assistente Social 12).

É perfeito isso que tu tá falando, porque lembrei no começo desse grupo focal: eu assisti a Yolanda Guerra em Santa Maria há uns 3 anos atrás e eu tive vontade de correr pro palco e abraçar ela, pegar no colo. E eu me lembro que ela falou assim: quando tu tem uma meta impossível, tu faz a função de três pessoas, tu abre mão um pouquinho da tua família, tu faz umas horinhas a mais, ou leva trabalho para casa, ou a cabeça não desliga, tu abre mão de algumas coisas da vida do trabalho, mas tu não consegue abrir mão de muito. Qual é a coisa inteira que tu abre mão por primeiro? O pensamento político e o coletivo. Tu pára de ir nas reuniões, tu pára de se pensar em ir no conselho, no Encontro Nacional lá de Brasília. É a primeira coisa que tu abre mão inteiro. Porque tu trabalha para os nossos sujeitos, mas a gente também tem uma vida, também tem uma família, também tem conta, tem isso e aquilo (Assistente Social 10).

E a gente quer garantir o nosso espaço. A maioria que é servidor público, ninguém quer perder (Assistente Social 4).

Com certeza. Nós temos que encabeçar um movimento de resistência (Assistente Social 12).

Isso, vamos ser a resistência (Assistente Social 6).

Dar as mãos (Assistente Social 12).

Há, portanto, o reconhecimento por parte dos participantes da pesquisa sobre a fragilidade de uma análise política e estratégica que se materialize em ações profissionais para além do que se vislumbra nos protocolos e serviços da política social em que exercem o trabalho profissional. Um dos depoimentos corrobora a questão:

Porque por vezes a gente acaba se submetendo aos cadernos de orientação, às políticas públicas que vem de cima pra baixo e a gente deixa de compreender aquela sociedade, aquele território lá, o que que ele tem? Qual é a necessidade dele? Por que que ele tá apático diante de toda essa situação? Todo o contexto que ele tá vivendo, ele não consegue reagir, ele não consegue se unir, ele não tem um mesmo agrupamento, em uma mesma comunidade, eles não têm a mesma conexão. Acho que a gente pode trabalhar nesse sentido, de fortalecer os territórios, as comunidades, essa união, porque tá muito individual, muito. Está se perdendo o espírito de comunidade assim (Assistente Social 5).

Diante das precarizações vivenciadas no trabalho, a maioria dos profissionais respondeu que identifica parcialmente as possibilidades de

resistências (50,75%), seguidos por aqueles que visualizam alternativas (31,34%), sem desconsiderar as dificuldades cotidianas de participação, como exemplifica o relato do grupo focal:

Então se tem suficientes 100 cestas básicas, a gente tem que estabelecer critérios que contemplem as 100 cestas e não a demanda de 150. Então, eu acho que às vezes, para isso a gente tinha que se articular um pouco mais enquanto profissional, para essas resistências. (Assistente Social 5).

Tal evidência pode ser relacionada à política social na qual os profissionais exercem o trabalho. A assistência social representa a maioria, com 65,67% profissionais; a saúde, com 17,91% e previdência, 1,49%. Os demais⁸⁹ 14,93% dos respondentes, em sua maioria estão vinculados à educação (20%) e à assistência social e saúde concomitantemente. Em relação ao vínculo de trabalho, pode ser apreendido que o estatutário, como já visto, é o mais frequente da maioria dos assistentes sociais da região. O setor público municipal é o mais comum, representando, 62,69%, o âmbito estadual, 8,96% e federal, 1,49%. Os demais espaços identificados encontram-se sistematizados na tabela a seguir.

Tabela 9: Natureza da instituição em que trabalha, tipo de vínculo e política predominante.

Natureza da Instituição	Total %	Vínculo predominante	Política social predominante
Organização não-governamental sem fins lucrativos	5,97	Celetista	Assistência Social
Empresa privada	11,94	Celetista	Saúde e Assistência Social
Organização da sociedade civil de interesse público	1,49	Contrato temporário	Saúde
Voluntário	1,49	Nenhum	Comércio
Nenhum	4,481	Nenhum	Assistência Social
Outro	1,49	Nenhum	-

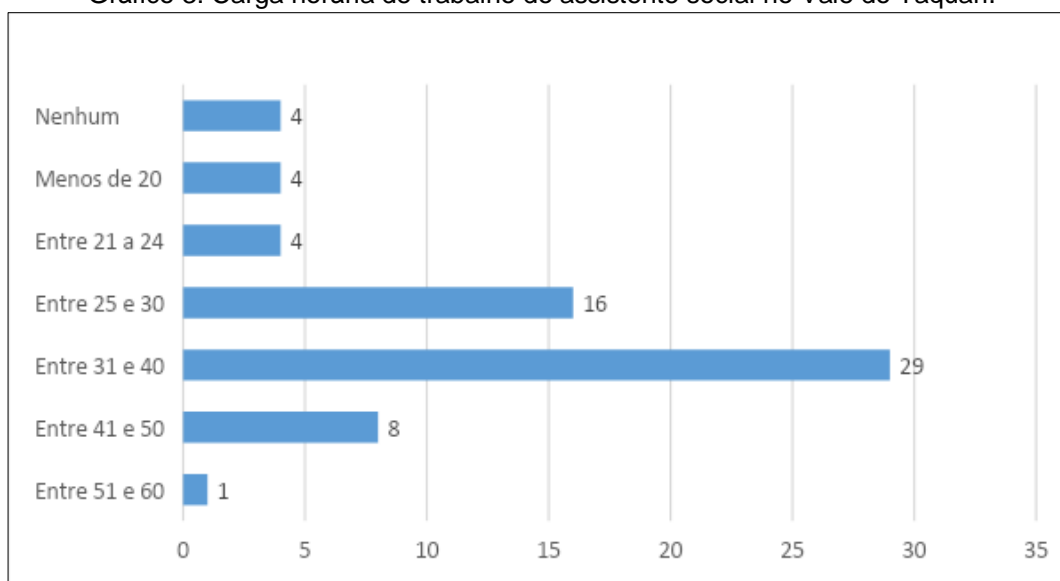
Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

Destaca-se também que a maioria refere ter apenas um vínculo de trabalho (73,13%) e uma pequena parcela refere dois vínculos (20,90%). Não foi referido mais de dois vínculos empregatícios, inferindo-se ser a expressão do grande número de trabalhadores concursados e o baixo índice de terceirizações nesse

⁸⁹ Um pessoa respondeu não estar trabalhando, o que justifica a soma.

momento histórico, no Vale do Taquari. Tal tendência pode ser observada em CFESS (2005), quando a maioria dos assistentes sociais possuía apenas um vínculo de trabalho (77,19%), mesma tendência da região sul do país, que tinha 85,71% de profissionais com um vínculo. Ainda sobre a intensidade de trabalho dos assistentes sociais, a carga horária predominante dentre as profissionais pode ser visualizada no gráfico a seguir.

Gráfico 3: Carga horária de trabalho do assistente social no Vale do Taquari.



Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

Como pode ser observado, na região predominam horas de trabalho semanais de 31 a 40 horas, ou seja, a tendência indica carga de trabalho acima da indicada pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, que acrescenta o artigo 5º em relação à adequação da carga horária para 30 horas restrita a contratos de trabalho, não incluindo vínculos estatutários. Oito assistentes sociais trabalham de 42 a 50 horas semanais, ou seja, acima de 40h. Em nível nacional, “vê-se uma clara prevalência da carga horária de 40 horas (50,70%), seguida pela de 30 horas (28,65%)”; e na região sul, da mesma forma, o maior contingente é dos que trabalham 40 horas semanais (63,03%) (CFESS, 2005, p. 29).

A remuneração da categoria na região varia essencialmente entre R\$ 1.000,00 e R\$ 13.000,00. Os maiores valores de remuneração, desconsiderados acumulação de cargos, são aqueles vinculados às esferas estadual e federal,

representados pelo poder judiciário e previdência social, de R\$13.000,00 e R\$ 9.000,00 respectivamente. Em média, a remuneração de profissionais estatutários varia de R\$ 3000,00 a R\$ 7.000,00, indiferentemente de qual a política pública a qual se vincula. As médias mais baixas estão relacionadas a vínculos de contratos temporários e celetistas, numa variação de R\$1.001,00 a R\$ 3.000,00. A condição de trabalho “estável”, contudo, não impossibilita expressões de precarização, como é possível observar no depoimento:

[...] o Estado está enfrentando várias dificuldades: mais de quarenta meses com salário parcelado. A gente no último ano, está no momento que, se a gente fizer alguma visita, a gente não tem diária, então a gente teve o corte de diárias. Ainda não foi cortado combustível. A gente ainda tem carro, porque a nossa relação também é, muitas vezes externa, de ir na cidades, de participar de eventos, de reuniões, de supervisão Então a gente vem sentindo muito forte esses cortes do Estado, não só na nossa questão de dificuldade salarial, mas na estrutura (Assistente Social 2).

Sobre a questão de estrutura para o trabalho, segundo avaliação dos profissionais em relação às condições técnicas e éticas do exercício profissional, considerando-se a Resolução⁹⁰ do CFESS nº 439/2006, artigo 2º, sobre as características físicas do “local de atendimento destinado ao assistente social”, a maioria (65,92%) respondeu que tais condições estão adequadas. As características com maior índice de reprovação (7,46%) referem-se às inadequações quanto à garantia de privacidade do usuário, à ventilação do local, com portas fechadas, e ao espaço para guardar material técnico de caráter reservado. Tal questão pode ser verificada nos depoimentos a seguir:

Hoje nós temos salas disponíveis, Serviço Social e Psicologia, temos salas separadas, quando eu entrei era uma sala, era todo mundo junto, então muita coisa melhorou já, mudou destes anos pra cá (Assistente Social 6).

A gente tem cada um sua sala, com ar condicionado, com telefone na sua grande maioria. Então assim, não existe praticamente nenhum espaço compartilhado, poucos são os que são compartilhados, Eu vejo o quanto as que vieram antes de nós, as que estão hoje, conseguiram fazer com que a gente tivesse um espaço muito bom de trabalho (Assistente Social 1).

⁹⁰ a- Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, art. 2, a).

As características físicas para o desenvolvimento do trabalho na região mostram-se satisfatórias, a partir dos dados obtidos. Além das questões estruturais, o desafio ou dificuldade declarados com mais frequência pelos respondentes foi a intensificação do trabalho (37,31%), a ausência de educação permanente (31,34%) e as precárias formas de contratação (26,87%). Quanto à intensificação do trabalho, a região constitui-se, em sua maioria, de municípios de pequeno porte⁹¹ em que, comumente, políticas de saúde, bem-estar e habitação encontram-se sob a mesma lógica de planejamento e orçamentos públicos, comumente na mesma Secretaria, o que acentua as demandas profissionais e implica na realização de diferentes ações profissionais, inclusive na lógica da polivalência. Segundo levantamento realizado pela mestranda junto ao NUCRESS, os assistentes sociais, no Vale do Taquari, estão predominantemente inseridos em equipamentos públicos de assistência social, especialmente nos CRAS, sendo o único profissional contratado, mesmo que seja pela via das diretrizes da NOB/RH-SUAS.

No que tange à saúde dos trabalhadores assistentes sociais da região, destaca-se o desgaste mental como questão a ser considerada, tematizada em estudo de Damares (2015). Isso é evidenciado nos dados sobre os reflexos do trabalho na saúde mental dos profissionais, sendo a depressão a maior frequência das respostas (50%), seguida por cefaleia crônica (37,50%) e doenças digestivas (37,50%). Esse processo foi identificado em relatos do grupo focal:

[...] eu saía, entrava às sete e saía às dez da noite. Fiquei bem louca, gurias. Faço acompanhamento psiquiátrico, tomo medicação, acompanhamento psicológico, não tem como né? E aí depois eu dei uma desacelerada. [...] A gente pára, quando a gente dá uma surtada, toma um remedinho, vai na psiquiatra, fica longe um tempo, depois a gente volta de novo (Assistente Social 6).

[...] A gente está sempre naquela ânsia, e quando é que a gente para cuidar da nossa saúde? Acho que dentro dos locais de trabalho a gente deveria de ter algum suporte (Assistente Social 9).

Destaca-se que a maior referência no grupo focal foi em relação aos agravos à saúde mental no trabalho, conforme corroboram ainda os demais depoimentos:

Então assim, eu vejo gurias que eu também, no momento, não estou muito bem (Assistente Social 4).

⁹¹ Os assistentes sociais dos municípios pequenos, submetidos ao autoperpetuamento dos sistemas, tornam-se mais vulneráveis e isolados. O trabalho assume uma dimensão de respostas objetivas e controladas por sistemas (MARTINS, 2015, p. 73).

Tem uma psiquiatra muito boa para ti, para te recomendar: a minha.
(Assistente Social 6).

As condições de saúde mental, especialmente, são destaques nos relatos, bem como nos dados do questionário. Nos últimos cinco anos, 40,91% dos respondentes alegam terem sido acometidos por algum problema de saúde: problemas como depressão (50%) e outros (41,67%), como “bruxismo”, “relacionamento profissional”, “crises de choro”, “ansiedade”, “síndrome de Burnout” (duas ocorrências) e síndrome do pânico (8,33%). Das questões físicas (ainda que indissociavelmente atreladas a aspectos da saúde mental), as ocorrências mais frequentes foram problemas gástricos ou outras doenças digestivas (37,50%), cefaleia ou enxaqueca crônicas (37,50%), doenças osteomusculares (25%) e labirintite (uma ocorrência).

Das precarizações vivenciadas pelos profissionais, a maioria refere os recursos como insuficientes para a realização do trabalho (52,24%), seguindo-se pelas condições salariais (35,82%) e pelo contrato de trabalho (19,40%), já que, conforme Antunes (2018, p. 135), “não existem limites para a precarização, apenas formas diferenciadas de sua manifestação”. Outros aspectos foram abordados enquanto precarizações, como questões do espaço físico, equipes incompletas, distância significativa para a realização do trabalho (perícia) e questões de segurança, poucas oportunidades de trabalho para além da esfera pública e a falta de valorização com a Política para Mulheres.

O grande número de profissionais na região inseridos na política de assistência social, sendo a maioria de municípios de pequeno porte, requer problematização, dentre outras marcas, e reatualização do primeiro-damismo⁹², especialmente na conjuntura pós-golpe de 2016. A “bela, recatada e do lar” Michele Temer, com seu Programa Criança Feliz, no âmbito da assistência social, encerra a arraigada vocação feminina e evidencia a histórica caridade, mas, afinal, “que competência uma primeira-dama tem para administrar uma política pública?” (MEDEIROS, 2019, p. 317), retomando elementos da cultura conservadora, “onde as armadilhas do patriarcado e de concepções fundamentadas na família nuclear

⁹² De 2009 a 2013, houve um aumento de 60% de primeiras-damas com formação em Serviço Social. O fenômeno pode ter sido impulsionado pelo cenário pós 2004, de “democratização do ensino” através do EAD (MEDEIROS, 2019).

burguesa se materializam contraditoriamente” (GASPAROTTO; GROSSI, 2017, 218).

Tal problemática mostra-se relevante no debate das competências profissionais, pois ainda se fazem presentes no imaginário social atributos vocacionais benevolentes atribuídos ao gênero feminino e culturalmente reproduzidos na política pública de assistência social. Em que pese o avanço do SUAS com a institucionalização da seguridade social, ainda permanecem tendências reducionistas sobre o objeto de trabalho, vinculando-o estritamente à pobreza, pelo viés da focalização em serviços de transferência de renda:

[...] aquela imagem social que interpreta o Serviço Social como prática voluntarista encontra solo fértil para ser reproduzida e evocada, uma vez que a atual configuração das políticas sociais demanda um atendimento acrítico e um perfil tecnicista, o que leva a um profissional preocupado em intervir no plano microssocial, ou seja, “nos problemas do indivíduo”, em sua situação de pobreza individual (MEDEIROS, 2019, p. 329).

A questão da competência individual, aquela “inerente” à mulher, é ainda transversal às estratégias interventivas na assistência social com a prevalência da priorização das “mulheres, chefes de família” e a própria “pessoa de referência” da família, fetichizando a maternidade na lógica do amor materno, sendo indissociável da transferência entre o universo profissional com os sujeitos do trabalho, o que é reproduzido pelos profissionais:

A maneira como as políticas são redigidas e como elas são aplicadas repercute diretamente nos processos de subjetivação seja dos/as profissionais ou usuários/as, produzindo efeitos sobre os sujeitos e na forma como está sendo conformada a gestão do social e a permanente construção da performatividade de gênero. A gestão do social passa por transformações ao longo da história das políticas sociais no Brasil, contudo, ainda apresenta uma forte feminização da política pelas atribuições de tarefas às mulheres que desoneram o Estado a partir do trabalho precarizado de mulheres que recebem um benefício em troca do gerenciamento de famílias, efetivando assim uma estratégia biopolítica de modelo neoliberal de governar que permeia as práticas no CRAS (DETONI, 2018, p. 13).

As relações de gênero podem ser observadas em expressões transversais nos processos de trabalho das equipes, impactando nas condições e relações de trabalho em equipe, bem como nas desigualdades e resistências oriundas da questão social, emergentes no cotidiano de atendimento. Conforme o depoimento abaixo,

[...] no imaginário machista deles, a mulher é minha: me traiu eu mato, se não for comigo. [...] a minha mulher, não vai ser de outro e ainda lá dentro são respeitados, porque: - a mulher era tua né cara, tu matou, ou tu bateu, ou tu fez, porque é tua mulher né, ninguém mandou ela ficar com outro. Então, pra te desconstruir isso sabe, a gente finge que faz, eles fingem que... (Assistente Social 6).

As relações institucionais também são hierarquizadas a partir da divisão social do trabalho, em que diferentes atribuições são requeridas pela “competência individual feminina”, além da hierarquia masculina, o que também se evidenciou nos depoimentos:

Eles respeitam nosso trabalho, mas é aquela coisa, sempre tem aquela coisinha: “ah, assistente social e psicóloga passam a mão na cabeça”. Realmente, nós somos a resistência nessas instituições. Nós estamos na contramão de tudo que acontece lá, porque é uma instituição machista (Assistente Social 6).

São quase 900 funcionários e praticamente uns, o que? Cento e poucas mulheres. Então, são passos de formiga, mas as questões já estão sendo levantadas e mais uma vez, a gente tem que bater muito, pra vir de cima, porque se gente não consegue, que as coisas aconteçam de um nível de cima pra baixo, não vai ser lá, de baixo pra cima. [...] Então pra começar a trabalhar mais fortemente iss, mas principalmente, repetindo: Porque, olha, trabalhar só com homens não é fácil (Assistente Social 8).

Que eles sempre acham que o poder tá na mão deles (Assistente Social 6).

Historicamente. Capitalismo, né? (Assistente Social 12).

É a sociedade patriarcal (Assistente Social 6).

Porque a nossa sociedade ainda é muito machista (Assistente Social 4).

As relações de gênero atravessam o cotidiano de trabalho das profissões nas políticas sociais, “aglutinando múltiplas exigências e intensificando o trabalho com requisições de qualificação, competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade para uma nova fase das relações de trabalho sob a reconfiguração do capitalismo” (MARTINS, 2015, p. 2).

Dando continuidade à análise das condições de trabalho, dos seus desdobramentos no desenvolvimento das competências profissionais, observa-se que dos profissionais respondentes, apenas 7,46% declaram que não conseguem desenvolver o trabalho de acordo com a orientação ético-política e teórico-metodológica de sua escolha. Um montante de 10,45% referem não possuir

autonomia no desenvolvimento das competências profissionais em Serviço Social, estando sujeitos às condições hierárquicas dentro e fora das instituições de trabalho, mas também impelidas pelo tecnicismo e pela via da informatização, “impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 416). A crítica, ou não, às infotecnologias no trabalho do assistente social em políticas sociais resta prejudicada pela precarização da formação e das condições de trabalho, terreno em que “as inspirações teórico-metodológicas têm sido desbastadas a discursos pouco elucidativos ao trabalho cotidiano e descaracterizado diante do novo cenário laboral” (MARTINS, 2015, p. 23). O depoimento a seguir evidencia essa problemática:

A gente esse ano está passando por bastantes entraves. Um deles foi a digitalização de todos os processos que são requeridos (no local de trabalho x) Então, há uma questão bem demorada das análises, das dificuldades de encontrar também esses requerentes. [...] esse ano eu comecei a fazer as avaliações. Tava tudo num poço, onde os processos estavam vindo, estavam entrando e estavam ficando lá, parados. E agora por uma questão do governo, foi feito um mutirão dessas análises (Assistente Social 4).

Uma relativa autonomia profissional é regulada por relações hierárquicas institucionais, já que tem sua direção social condicionada pelos dilemas do trabalho abstrato, mas que, ao mesmo tempo que explorado e alienado no seio das instituições, pode ser um trabalho que possibilite lançar mão de “estratégias individuais e coletivas que escapem da reprodução acrítica das requisições do poder institucional” (RAICHELIS, 2020, p. 15), perspectiva que também fica expressa em depoimentos obtidos na pesquisa:

[...] a gente tem uma dificuldade porque a gente não consegue deferir ele sozinho, a gente tem avaliação médica também. E a avaliação médica sempre tem um outro olhar bem diferente da assistente social. Então assim, mostra também um pouco da nossa falta de autonomia. Então tu pode fazer o histórico e tu pode fazer a conclusão final, mas o roteiro, quase que, 80%, é todo que a gente tem que fazer e é uma coisa já pré pronta e que tu tem que marcar. É uma coisa ainda muito engessada, com quesitos, com nota que tu tem que marcar. Então a tua autonomia é muito pouca (Assistente Social 04).

E também, a decisão ela não é nossa, ela, ela depende também do judiciário, do ministério público (Assistente Social 10).

Essa regulação da autonomia é inerente à natureza abstrata do trabalho na sociedade capitalista. No caso do assistente social e de seu trabalho nas políticas estatais, aparecem como resultado dessas contradições entre as classes sociais, relacionando-se com a luta pelo reconhecimento de reivindicações e direitos.

A maior fragilidade identificada pelos assistentes sociais no cotidiano de trabalho foi em relação à composição da equipe de trabalho/recursos humanos, em que 22,39% manifestaram este quesito como uma das principais inadequações, prejudicando a perspectiva de interdisciplinaridade que exige, “além de uma disponibilidade subjetiva, uma condição favorável no trabalho que requer que a gestão oportunize o tempo para o encontro e diálogo, do inter, do *fazer-com-o-outro*” (JORGE; PONTES, 2017, p. 186). Pode-se inferir como aspecto relevante diante desse dado o fato de a maioria dos municípios da região serem de pequeno porte e terem apenas uma profissional trabalhando, como observa-se nos diálogos desencadeados no grupo focal:

Eu sou sozinha, não tenho ninguém para dividir, procurei colegas para tentar buscar conhecimento e não consegui, não tem, nem no Estado. Enquanto assistente social, eu me sinto bem perdida, porque a gente não tem pilar, a gente não tem suporte, a gente não tem, a gente não tem onde se agarrar e nem onde buscar ajuda. (Assistente Social 3).

Então, ficou complicado porque, eu também em 2009 eu trabalhei um tempo sozinha. Depois eu ganhei uma colega, ela saiu. Então assim, o espaço agora está sendo só eu para fazer, para atender toda essa demanda (Assistente Social 4).

Talvez se os outros serviços fossem melhor equipados, com mais profissionais, conseguiriam daqui a pouco oxigenar um pouco melhor esta demanda (Assistente Social 5).

A gente trabalha com o que tem. Se a gente tem dentro da instituição onde é feito, recursos humanos que temos, é o que a gente tem (Assistente Social 10).

Quanto à função desempenhada, esta foi predominantemente respondida como assistente social. O restante variou a frequência de ocorrências: 31,04% informaram exercerem a função de coordenação, 24,12% a de técnica. Pode-se depreender que a influência da política de assistência social é determinante na autodefinição de função de coordenação ou técnica de referência. Os referidos termos estão expressos nos aportes orientadores da Política de Assistência Social, o que se relaciona com a construção dos Parâmetros de Atuação do Assistente

Social na Política de Assistência Social (CFESS, 2011), como observa SILVEIRA (2015, p. 161):

A construção de parâmetros que orientem o exercício profissional passou a ser uma reivindicação reiterada, engendrando um paradoxo: fragilidades teóricas na formação profissional e nas estratégias de educação permanente e aprimoramento intelectual (previsto no Código de Ética); necessidade de unificação dos direcionamentos políticos, éticos e técnicos que fortaleçam o exercício profissional e as atividades políticas nos espaços de controle democrático.

A predominância do setor público municipal e a política de assistência social como maior espaço de trabalho na região, juntamente com o vínculo estatutário, relacionam-se diretamente com a expansão do Sistema Único de Assistência Social e, muito especialmente, à gestão do trabalho do SUAS, regido pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH, que recomenda um “quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2011, p. 16).

Conforme pesquisa realizada em 2010, para o Sistema Único de Assistência Social, “passados apenas cinco anos após sua implantação” já afigura 99,3% dos municípios e 100% das instâncias estaduais, que aderiram a esta lógica” (COUTO et al., p. 12, 2010), a requisição por assistentes sociais aumentou significativamente a partir da Proteção Social Básica implantada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em 4.327 municípios, conforme Censo SUAS de 2009, num total de 5.812 unidades no território brasileiro, sendo 497 no RS.

Destaca-se, ainda, a partir de relatos do grupo focal, uma tendência de exercício de funções atribuídas pela instituição a partir da lógica do gerencialismo⁹³, acentuando os dilemas da alienação:

⁹³ Um dos exemplos nas relações de trabalho no serviço público é a lógica do gerencialismo, uma das formas contemporâneas de expropriação no contexto do capital-imperialismo, aprofundando as lutas de classes no interior do Estado. As dimensões dessa forma de expropriação devem ser analisadas em pesquisas empíricas dedicadas a compreender as diversas faces desse fenômeno. O gerencialismo, inaugurado por FHC, apresenta-se como a expressão da reestruturação da organização do serviço público, num processo “urgente” de modernização pela via da flexibilização. A lógica gerencial do serviço público se vale de “uma narrativa baseada na primazia da técnica, da especialização, das normas e regulamentos”, despolitizando “a organização do serviço público, os conflitos e lutas sociais na sociedade civil em favor de interesses de poucos, distanciando-se da participação popular nas decisões estatais e no acesso aos bens e serviços públicos” (REIS, 2019).

[...] minha função hoje mais é fiscal: sou fiscal de contrato (Assistente Social 3).

[...] uma das minhas funções principais é a captação de recursos que é um pouco diferenciada de quem trabalha em espaços que já tem seu próprio recurso financeiro. Então eu tenho que buscar constantemente, através de projetos sociais, captar recursos para que a instituição tenha melhores condições de trabalho e tenha melhores condições para desenvolver o serviço (Assistente Social 12).

[...] Como eu estou numa coordenação, o que eu mais destaco é gerenciar as pessoas, que são várias pessoas com saberes diferentes e até, ideologias diferentes. Uma assistente social não é igual a outro, não atende igual a outro, não tem o mesmo pensamento. Então acho que essa foi uma das coisas que mais faltam para gente: saber gerenciar (Assistente Social 1)⁹⁴.

Ou seja, as “atribuições” profissionais requeridas pelas instituições, não privativas do assistente social, exigem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para seu desempenho, demandando competências estranhas ao Projeto Ético Político e à formação profissional:

Mesmo assalariados/as com empregos “estáveis”, estatutários/as concursados/as, com contratos por tempo indeterminado, são afetados/as pelo “sentimento de precariedade quando são confrontados com exigências cada vez maiores no trabalho e estão permanentemente preocupados com a ideia de nem sempre estar em condições de responder a elas” (LINHART, 2014, p. 45 apud RAICHELIS, 2020, p. 33).

Nessa direção, as atividades exercidas pelos assistentes sociais respondentes da pesquisa são bastante diversificadas, bem como a menção a funções assumidas no quadro das políticas sociais. Destaca-se a ênfase para os Centros de Referência de Assistência Social, presente em 28,57% das respostas, vinculando as atividades aos serviços ditos executivos dessa política e à atividade de coordenação, o que evidencia a dicotomização entre atividades “técnicas executivas” (11,11%) e de “coordenação” (12,69%), conflitando com a previsão dos parâmetros de atuação da assistência social que apregoam que as competências específicas do assistente social abrangem “diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis” (CFESS, 2011, p. 19).

Já a referência aos instrumentos técnico-operativos (visitas domiciliares, entrevistas, acolhimento, atendimento individual, grupo, elaboração de ofícios,

⁹⁴ Tal depoimento também pode ser expressão no trabalho das contradições no âmbito dos Fundamentos do Serviço Social.

relatórios, pareceres, orientação e encaminhamentos) teve uma representação de 14,28% das respostas atribuídas como atividades ora inerentes ao trabalho do assistente social, ora solicitadas pela instituição. Esses aspectos também ficaram evidenciados no grupo focal:

A gente tem várias coisas: eu acompanho, faço as visitas domiciliares, gerenciamento dos conflitos, muita informação, eu faço muita sensibilização setorial. A gente sempre tem a fiscalização (Assistente Social 8).

Que é que eu posso dizer pra vocês: o assistente social é o paredão do (..), recebe todas as demandas. Tudo que ninguém resolve, cai para nós e aí a gente pede sempre socorro pra rede, os colegas (Assistente Social 6).

Tal cenário sugere a fragilidade de identificação e diferenciação entre competências, atividades e funções, podendo elucidar, seja por meras questões semânticas (não menosprezando a importância deste aspecto linguístico), seja pela carência de aportes teóricos, o adensamento de tais conceitos na particularidade do trabalho do assistente social em tempos de cooptação da ética profissional pelos ditames do mercado de trabalho nas políticas sociais e instituições:

O trabalho profissional que atua nas franjas da política social passa a ser determinado por razões praticamente instrumentais, orientadas pelos princípios da focalização e da seletividade, que subvertem a lógica do direito e das políticas sociais. Tal captura se dá no dia a dia, na execução das rotinas, dos cadastros, nos acompanhamentos, nos controles instituídos e imperceptíveis à consciência (MARTINS, 2015, p. 25).

É preciso trazer à consciência as expressões da reconfiguração do trabalho nas Políticas Sociais, no seio da natureza institucional e seus efeitos sobre as competências e fundamentos do Serviço Social, cuja diferencialidade, contradições e potencialidades não se esgotam nesse trabalho. Resta analisar, à luz do Projeto Ético Político e, consideradas as condições acima problematizadas, como se materializam as competências do assistente social no trabalho na região do Vale do Taquari e quais os fundamentos que as têm iluminado, o que será discutido a seguir.

6. AS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO VALE DO TAQUARI E OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA ANÁLISE

Considerando as tendências históricas do Serviço Social brasileiro, pode-se inferir que o trabalho do assistente social tomou forma eminentemente vinculado ao setor estatal e, por isso, acompanhou as tendências de gestão do trabalho nesta esfera, bem como avanços e retrocessos históricos das políticas sociais, principal espaço sócio-ocupacional da profissão. Vimos ainda que as competências profissionais se vinculam às lógicas institucionais de gestão do trabalho, mas especialmente são forjadas por condições e relações de trabalho e formação das profissões, numa equação que as vincula a diferentes projetos societários, mais ou menos emancipatórios manifestos na sua própria “identidade” teleológica. O Serviço Social é trabalho, profissão e área do conhecimento, assim a análise das competências profissionais do assistente social é apreendida a partir desta tríade (RAICHELIS, 2020).

Nesta perspectiva, verificam-se novas feições de alienação e exploração do trabalho que contemporaneamente são talhadas pela lógica da competência subordinada às demandas de mercado, que por efêmeras e no limite da aparência, conduzem dialeticamente a uma formação que priorize este mesmo conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes *individuais* para desempenho não da profissão, mas de cargos, funções ou papéis. Esse processo fragiliza as identidades profissionais seja pela fluidez do(s) “objeto(s)” a partir dos quais se estrutura o trabalho, como pelos referenciais teóricos ecléticos voltados para respostas imediatas do cotidiano, desqualificando as demandas por profissões legalmente regulamentadas.

O Serviço Social nesta esteira, tem nos fundamentos do Projeto Ético Político as bases teóricas para o desenvolvimento de competências para o trabalho profissional e formação; um sistema legal que as legitima juridicamente; e uma direção social, ética e política coletiva desses sujeitos profissionais, orientados por um código de ética. Assim, discutir competências e atribuições é compreender a *forma de ser* da profissão, a forma como se legitima ou não este projeto profissional. As competências, por não restringirem o exercício a outras profissões, representam oportunidades para ampliação do escopo de trabalho e formação do assistente

social. (RAICHELIS, 2020) ascendendo o desafio de assegurar a direção social crítica no escorregadio terreno das relações sociais capitalistas.

Importa referir que a legitimidade jurídica da profissão não garante o cumprimento e observância rigorosa das prerrogativas legais em especial, dos princípios éticos do corpo profissional, importando muito mais a análise das

[...] respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional, os conteúdos e a direção das atividades realizadas no âmbito do trabalho coletivo que assistentes sociais, juntamente com outras/os profissionais, realizam no enfrentamento das expressões da “questão social”, pela mediação das políticas sociais, em que exercem funções de operacionalização, planejamento e gestão (RAICHELIS, 2020, p. 12).

A estratégia para tal aproximação, tem na interface da materialização das competências profissionais, com os Fundamentos do Serviço Social, maiores possibilidades de elaboração de totalizações provisórias e que, no Vale do Taquari⁹⁵ inerentemente atravessadas pelas condições de trabalho e perfis profissionais já mencionados. Em que pese não ser nosso objetivo adensar quesitos legais, mas analisar a relação das competências profissionais e seus fundamentos, a pesquisa estadual parte da análise do efetivo exercício das competências previstas no artigo 4º da Lei de Regulamentação profissional⁹⁶. Os dados do Vale do Taquari apontam tendências observáveis no quadro a seguir:

Quadro 6: Exercício das competências no trabalho do assistente social do Vale do Taquari

Competências Profissionais	Exercido sistematicamente	Exercido esporadicamente	Não Exercido
Orientação e acompanhamento de famílias, indivíduos e grupos sociais	71,64 %	14,93 %	13,43%
Realização de estudos socioeconômicos, relatórios e pareceres sociais	52,24 %	31,34 %	16,42%
Planejamento, organização e administração de benefícios	37,31 %	25,37%	37,31%

⁹⁵ Mostra-se relevante a ampliação desta investigação a demais regiões e NUCRESS, já que dos espaços de organização da categoria, os NUCRESS representam importante estratégia loco regional, representando 90,91% de participação no Vale do Taquari. (SURVEY, 2019).

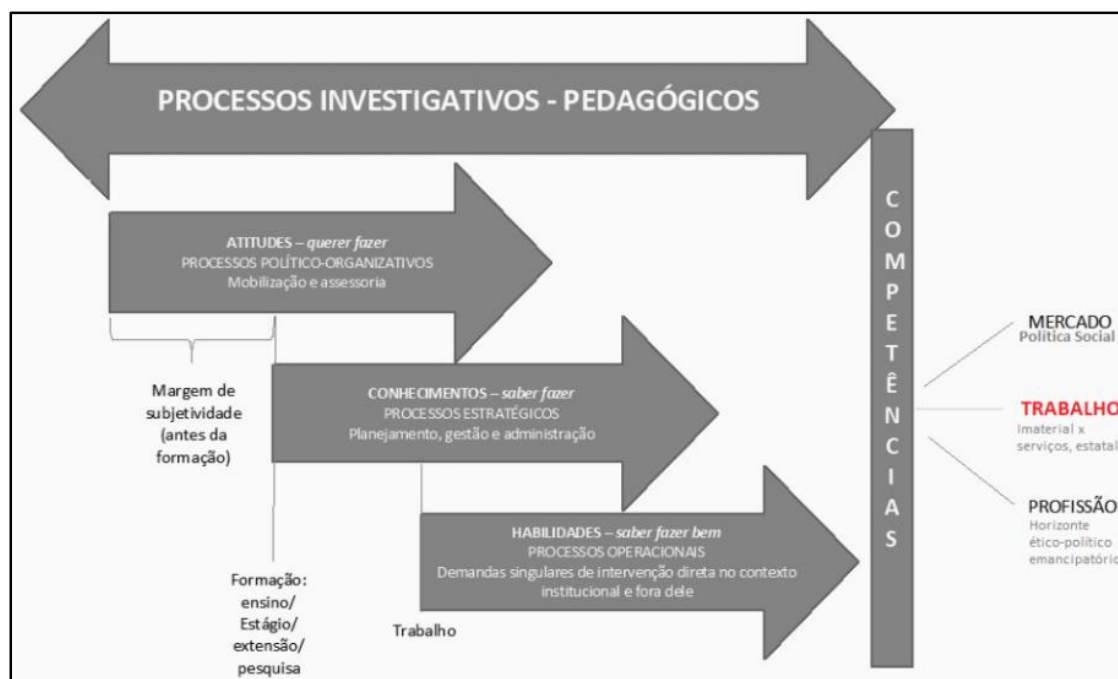
⁹⁶ Em tese, são as possibilidades legais abstratas de trabalho e que tem nos diferentes espaços, expressões diversas, seja pela natureza da instituição, da resistência ética dos pares e reconhecimento de outras profissões ou, na pior das hipóteses, a maior exigência produtiva nas instituições, reproduzida nas relações de trabalho.

sociais			
Elaboração e/ou coordenação de projetos sociais	35,82 %	31,34 %	32,84%
Gestão de políticas e serviços sociais	28,36 %	22,39%	49,25%
Formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais	26,87 %	38,81 %	34,33 %
Supervisão direta de estagiários de Serviço Social	17,91 %	28,36 %	53,73 %
Gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas	16,42 %	25,37 %	58,21 %
Assessoria apoio a movimentos sociais e ações de mobilizações sociais	7,46 %	37,31 %	55,22 %
Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades	7,46 %	28,36%	59,70 %
Desenvolvimento de processos investigativos/pesquisa	7,46 %	26,87 %	65,67 %

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

A análise dos dados acima, parte da proposta de Miotto (2009, p. 3) a partir da qual o conjunto de ações inerentes às competências profissionais compõem conjuntos distintos, mas indissociavelmente complementares, figurando “três grandes processos de articulação das ações profissionais que são os processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão, aos quais chamaremos estratégicos e os processos socioassistenciais, oportunamente como operacionais”. Estes processos são mobilizados conjuntamente, articulando *atitude* política, *conhecimentos* profissionais e *habilidades* para o desempenho interventivo e analítico, processo que, esquematicamente, podemos ilustrar na figura a seguir.

Figura 3 - Processos de trabalho e competências profissionais



Fonte: Elaboração da autora através de Rios (1993), Mito (2006).

Em destaque, despontam processos socioassistenciais/operacionais que demandam maiores habilidades para intervenção direta dos assistentes sociais com a população. A maior representatividade desta competência na região é o exercício de *orientação e acompanhamento de famílias, indivíduos e grupos sociais*, com 71,64% das respostas. Podemos guardar a relação direta desta proporção ao perfil dos profissionais eminentemente vinculados à Política de Assistência Social na região

Depreende-se, através das possibilidades de efetivação do projeto profissional, a importância da mobilização dos usuários, como a Educação Popular, considerando a competência do assistente social na educação pedagógica emancipatória. Para tal ação, é condição primordial a aproximação com os sujeitos da política de Assistência Social e o desvelamento de suas formas de luta e resistência, contribuindo para a construção da sua consciência crítica, tornando-os protagonistas para a transformação social (CARVALHO; ALMEIDA, 2018, p. 305).

Segundo Mito (2009), a orientação e o acompanhamento são historicamente atribuídos ao trabalho junto às políticas terminais e, por isso, representam importantes possibilidades de problematização e análise de sua expressão no cotidiano e sua natureza eminentemente socioeducativa. Há que se portanto adensar o debate de qual a ética pedagógica da socioeducação nos diferentes espaços e sua relação com os fundamentos do Serviço Social sob pena

de a socioeducação forjar-se em mera prescrição de oferta de serviços da instituição e distante das necessidades sociais concretas de grupos, indivíduos ou famílias. A centralidade do exercício dessa competência profissional no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais pode ser apreendida nos relatos do grupo focal:

A gente desenvolve muitas oficinas com as famílias, faz atendimento particularizado, questão de visitas, a própria orientação em relação aos benefícios e serviços à disposição (A.S. 5).

Muita orientação também de alguma informação para o seu familiar, por exemplo eles me perguntaram: - O que é que eu faço, para onde eu vou? Não tinha praticamente “luz” nenhuma, então vamos lá, vamos conversar (...) Então, é o acompanhamento direto da família, dando todo o suporte para família por algum problema ou limitação. É o acompanhamento: “- Como é que está, precisa de alguma coisa? (A.S. 8).

Cabe ainda que a questão da família seja problematizada já que, em que pese seja a única competência onde a mesma é expressamente abordada, sua concepção como objeto de trabalho dos assistentes sociais dispara com 86,57% dos respondentes, o que será discutido posteriormente quando da tematização dos resultados da pesquisa no que tange os fundamentos profissionais. A referência ao trabalho com a família é transversal à maioria dos relatos, a exemplo do que segue:

[...] O trabalho, tanto do mapeamento da família, tanto da família nuclear, quanto a família extensiva e da sugestão de possibilidades de avaliação das potencialidades desse grupo familiar. (A.S. 12).

Tais elementos, conforme Souza e Bourguignon (2019, p. 90), requerem que perspectivas teóricas que tomem a família enquanto “famílias como sujeitos de direitos e portadoras de conhecimentos e experiências sociais favorecedoras do exercício de seu protagonismo e autonomia”, o que deve permear processos institucionais constantes nas equipes, com outros espaços, com o público atendido e com as instâncias de gestão. Merece menção a inferência que a matricialidade familiar imperante, apesar das necessárias ressalvas históricas, marca o deslocamento da centralidade exclusiva no indivíduo, o que, em alguns espaços sinaliza avanços e, por assim dizer, um indicador de resistência, o que podemos observar no relato:

[..] Era muito aquela coisa do atendimento na caixinha: o médico na caixinha dele, o psicólogo na caixinha dele e aí não tinha essa coisa do todo, do conjunto, de tu visualizar não apenas o indivíduo, mas a família e trazer isso para troca da equipe multidisciplinar, que aí também era uma

coisa mais difícil, porque cada um tinha o seu saber e não queria compartilhar. Então foi uma construção (A.S. 9).

Inegavelmente, há que se ampliar tal problemática que, para além da família e do indivíduo há uma conjuntura e, lançando-se mão da dimensão pedagógica, possa-se ampliar a orientação e o acompanhamento nos processos de trabalho para outros espaços, profissões, áreas do conhecimento e níveis hierárquicos, como forma de incorporação destas competências como sendo do assistente social. Assim, por exemplo, no trabalho interdisciplinar/intersectorial, a demanda por conhecimento da realidade social, garante sua necessária prioridade, superando a aparência de “casos”, o que se pode problematizar a partir do seguinte depoimento:

[...] A gente atende bastante também as equipes para discussão de casos. Um dos papéis que eu faço bastante diariamente e eu percebo que muitas vezes a rede que eu trato muito é com as psicólogas e que eu acabo tendo que, pela questão de trazer o olhar do Serviço Social, porque às vezes elas estão distantes dessa percepção do campo social daquele caso. Ou às vezes de orientar que façam um movimento, de se articular com uma outra rede, porque muitas vezes o Serviço Social não está na sua secretaria. (A.S. 2).

Ainda na lógica da intervenção direta, evidencia-se a incidência do exercício da competência para/de *realização de estudos socioeconômicos, relatórios e pareceres sociais*, com 52,24% das respostas. Parte-se do pressuposto que tal competência materializa a opinião “técnica” profissional e que, assim como as demais competências, requer que esteja claro se

[...] a ação profissional busca atender à finalidade institucional em correlação com a finalidade da profissão ou pauta-se somente na primeira? Temos percepção e entendimento da contradição entre tais finalidades? Quais as particularidades dos espaços ocupacionais que mais expressam dificuldades da/o assistente social para se descolar da finalidade institucional? Nos estudos sociais que envolvem integrantes de uma família e a utilização do instrumento técnico-operativo da entrevista no domicílio/território, há maiores riscos de violações éticas? (FÁVERO; FRANCO; OLIVEIRA, 2020, p. 45)

Considerando-se a perspectiva da contradição ética, tal competência contempla interinstitucionalmente e interdisciplinarmente a identidade comunicativa do processo de trabalho da profissão, podendo demarcar a subserviência à “perspectiva policesca e fiscalizadora da vida privada de segmentos subalternizados na sociedade de classes” (FÁVERO; FRANCO; OLIVEIRA, 2020,

p. 47) ou, pela sua crítica, a defesa da emancipação política, da garantia de direitos e de uma relação com a população usuária marcada pelo respeito à autonomia, considerando os modos e condições de vida na interface com as desigualdades e resistências que conforma a questão social.

Martins (2017, p. 97), problematiza os instrumentos nos processos de trabalho “como elementos formais de mediação entre o agente profissional, seus usuários imediatos, as instituições e seus atores organizacionais, conformando, em muitos casos, a visibilidade do Serviço Social” e neste aspecto, o estudo social como a espinha dorsal do processo investigativo para elenco dos documentos profissionais, inferindo a pertinência de sua avaliação constante e ampliação dos aportes documentais tradicionais.

Afeta à “revolução informacional”, tal competência é atravessada pela tecnologia da informação a partir de sistemas de controle, categorização e armazenamento de dados de programas, projetos e serviços. Apesar de tendências em defesa da aproximação do Serviço Social às tecnologias da informação para apreender e adequar a arquitetura dos programas (COLMÁN; TOSCAN, 2003), assim imprimindo valores da profissão e despertando processos reflexivos sobre ela, cumpre alertar que a expropriação capitalista do trabalho é intempestiva e avessa à ética das profissões.

Ao categorizar informações de “totalidades” objetivas dos sujeitos, famílias ou grupos, subsume a subjetividade dos envolvidos, distanciando o profissional do atendimento “corpo a corpo”, inclusive pela resistência no exercício da mesma quando, por exigência/indução institucional assim recomendá-la com fins avessos à profissão. As vias de expropriação ampliam-se pela precarização das condições de trabalho, pela execução de programas, projetos e serviços pontuais, cujo planejamento é verticalizado e dicotomizado entre gestão e execução profissionais, afora a ínfima participação da população neste processo.

Tal perspectiva, se vincula especialmente a processos político-organizativos, como uma expressão ética para prestar *assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades e assessoria apoio a movimentos sociais e ações de mobilizações sociais*, ambas representando o baixo percentual de 7,46 % no exercício profissional da região. Apesar da baixa representatividade, importa trazer Matos (2009, p. 7):

A assessoria, mesmo que na Universidade encontre seu espaço privilegiado de trabalho, pode ser desenvolvido pelos assistentes sociais no conjunto das atribuições que desenvolvem nos seus locais de trabalho. Os assistentes sociais podem ser excelentes assessores, desde que garantam a sua capacitação profissional continuada, esta, aliás, uma necessidade intrínseca para atuação competente em qualquer área de trabalho.

Em relação à atividade política, no Vale do Taquari, a maioria dos assistentes sociais não participa de atividades políticas (91,94%). Em espaços de incidência no campo de direitos humanos e das políticas públicas, a participação no Vale do Taquari é de 46,77 %, dos quais prevalecem os conselhos municipais com maior representatividade, 81,48%. A representação da categoria nestes espaços é baixa, de 17,74% e concentrada também em conselhos municipais (77,78%).

Apesar da não especificidade do cargo, função, atividade ou contrato, a assessoria emerge como uma atitude nos processos de trabalho⁹⁷ no qual se compartilham diferentes saberes, pressupostos éticos e níveis hierárquicos, o que fica evidenciado no trecho abaixo:

[...] a competência profissional que eu destaco é que somos considerados, acho que assessores de juizes, uma coisa assim, eu não me lembro qual é o termo que se utiliza na minha instituição [...] Eu dou uma opinião técnica naquela situação específica, como é garantido o direito daquele sujeito que não fala por si no processo judicial. (AS 10).

Conforme Matos (2009), a competência de assessoria, pode se dar entre assistentes sociais como reforço e articulação pela direção social teórico-prática da categoria; assessoria à gestão nos contraditórios interesses das políticas sociais; e da, ainda pouco explorada e pesquisada, assessoria para organização política dos usuários, “envolver eles nessa caminhada” (A.S. 5). Ou seja, “o assessor é um sujeito propositivo, mas que só terá êxito nesta atividade se tiver interlocução com quem assessora. Para tanto, fundamental é a adoção de estratégias de trabalho participativas” (MATOS, 2009, p. 12), problematizando a dimensão educativa do assistente social com os pares e com todos aqueles com quem estabelece relações de trabalho.

A sinalização que se mostra relevante, se refere à assessoria a movimentos sociais, representação ínfima também na própria produção intelectual como visto.

⁹⁷ Matos (2009), aponta para três frentes de assessoria, respectivamente podendo ser adensadas por Vasconcelos (1998), Freire (2006) e Bravo e Matos (2006).

Longe de aprofundar a questão das matizes (liberais e progressistas) do controle social, deve-se considerar a fragilidade representativa da população neste processo. Ainda, que “práticas profundamente antidemocráticas de resolução dos conflitos podem levar os conselhos a reforçarem ações de desresponsabilização do Estado” (BRAVO, 2009, p. 7) e redobrando maior proximidade aos movimentos sociais e organização destes a partir da crítica à “cultura política” destes coletivos e dos assistentes sociais frente às políticas sociais (BRAVO, 2009).

A efetivação do controle social das classes subalternas está para além da atuação dos segmentos sociais no espaço institucional dos conselhos, requer a articulação das forças políticas que representam os interesses das classes subalternas em torno de um projeto para a sociedade, que tenha como horizonte o rompimento com a sociabilidade do capital (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 147).

Comumente, ao assistente social é atribuída a função de secretária executiva de conselhos, arraigadamente de tónus administrativo-burocrático, em detrimento de atitudes políticas (BRAVO, 2009), estas últimas estejam atreladas “aos princípios de radicalização da democracia, da socialização da riqueza e do poder político, da universalidade de acesso aos bens e serviços e sua gestão democrática” (KRÜGER; MACHADO, 2019, p. 480).

Sob o mesmo guarda-chuva epistemológico, as competências em processos de trabalho de cunho estratégico. Segundo Barata (2009, p. 6),

[...] a categoria ‘estratégia’, além de conferir um sentido político para a gestão pública e para o planejamento, resgata a noção de combate. A partir dela, pode-se reconhecer as instituições como trincheiras específicas de luta, naturalmente, com mediações.

À noção estratégica atrela-se o escopo de trabalho intelectual (não que o operacional e político-organizativos não possuam essa dimensão), demandando, podemos inferir, um acúmulo de conhecimentos estratégicos historicamente do “mercado”, em torno da instituição e da ciência da administração e suas dimensões (recursos, pessoas, processos, metas, etc), os quais necessitam ser ressignificados a partir das bases ético-políticas e teórico-metodológicas dos Fundamentos do Serviço Social.

No Vale do Taquari, as competências estratégicas concentram-se especialmente no *planejamento, organização e administração de benefícios sociais*,

37,31%; seguida pela *elaboração e/ou coordenação de projetos sociais*, 35,82%; *gestão de políticas e serviços sociais*, 28,36 %; *formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais*, 26,87 %; e *gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas*.

A concentração maior da questão estratégica situa-se junto aos benefícios sociais que, podemos inferir, tem relação quantitativa com o atendimento direto à população usuária, na execução de serviços. Revela-se o risco de competências estratégicas localizarem-se no limite das políticas sociais, na mediação entre o direito e a violação deste: ao invés de direito à moradia, relativiza-se pelo benefício de aluguel social; ao invés de direito à segurança alimentar, media-se com o benefício de cestas de alimentos. Mascara-se a necessidade real, e, num cenário reprodutor de desigualdade através de uma “cidadania controlada”, “beneficia” nos limites de orçamentos e ações que priorizam a maior quantidade de “acessos”, a orçamentos e ações que primam pela qualidade e integralidade do acesso, ligados a patamares tensionadores estratégicos de gestão e planejamento que exigem maior fôlego e perspectiva participativo-democrática.

A menor representatividade de competência desenvolvidas no Vale do Taquari, estão aquelas inerentes a processos de conhecimento, um percentual de 7,46%. Um montante de 67,65 % dos respondentes informa não desempenhar o *desenvolvimento de processos investigativos/pesquisa*. No grupo focal, nenhum participante fez alusão ao desenvolvimento específico desta competência. O dado reflete tendências já evidenciadas na pesquisa bibliográfica que apontava para um frágil investimento intelectual nesta competência (MORAES, 2017; SILVA, MATIAS, NÓBREGA, 2018), já que sua lógica, bem como é transversal a todas as demais competências e processos de trabalho.

Moraes (2015) adensa a problemática do “lugar da dimensão investigativa” tanto na formação, quanto no trabalho, apontando a importância do processo ético de atualização profissional inerente à competência teórico-metodológica para leitura e intervenção da/na realidade, afiançando pilares do Projeto Ético Político. Ou seja,

[...] essa proposta vai exigir não apenas o conhecimento de tal projeto, mas também a habilidade do profissional, pois ao deixar de ser um instrumento da instituição empregadora e se colocar na condição de sujeito de suas ações, o profissional rompe com uma “zona de conforto” que vai lhe demandar posicionamentos críticos direcionados a mobilização e ao acesso, com qualidade, dos usuários aos serviços, através das políticas,

mas também, a manutenção de seu contrato de trabalho, enquanto trabalhador assalariado. (MOARES, 2015, p. 310).

Apesar do discurso, a “dimensão investigativa e sobrevivente no cenário atual não tem conseguido se traduzir na prática profissional do assistente social” (MORAES, 2015, p. 313), voltando-se a centralidade investigativa à *questão social*, como possibilidade “desnaturalizante do social” (SILVEIRA, 2015, p. 100). Partindo-se do pressuposto de que, “mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais” (GUERRA, 2006, p. 03), pode-se inferir que o exercício da pesquisa e investigação no trabalho, *à priori* confere tónus crítico ao trabalho. Importa contudo, que tal competência seja orientada pela matriz marxista, possibilitando que sejam sinalizadas “requisições” à profissão para além dos limites institucionais, aqueles impostos pelas próprias políticas sociais, reproduzidos pelos profissionais e população, forjando uma identidade profissional crítica integral: aos pares, às outras profissões, à instituição e muito especialmente (e o mais pujante), à população. Nessa perspectiva,

Ao se atribuir importância à ação investigativa, longe de se negar a importância da dimensão interventiva, pretende-se mostrar a íntima relação existente entre teoria e prática e a condição de centralidade que esses processos devem ocupar na formação e na vida profissional (SETUBAL, 2007, p. 67).

Dando continuidade à *supervisão direta de estagiários de Serviço Social*, mesmo legalmente inscrita enquanto atribuição privativa, teve a frequência de 17,91% como competência profissional exercida no trabalho. No Vale do Taquari, 63,08 % dos profissionais informaram não desenvolver a supervisão de estágio no seu cotidiano de trabalho, sendo que dos que desempenham, 7,69% alegam-no por pressão institucional.

Um aspecto a ser abordado diz respeito à subordinação do estágio à lógica do trabalho/emprego: “[...] o que a gente tem são alguns estagiários que são extracurriculares que também contribuem e acrescentam na questão do trabalho (A.S. 5). Entendida “como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata” (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 15), o desempenho deve equacionar o tempo, formação e condições de trabalho dos profissionais e dos estagiários, não o deixando “reduzido

à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e essencialmente técnicos” (LEWGOY, 2013, p. 23).

Urge que esta competência seja maior problematizada na graduação em Serviço Social e pelas instâncias organizativas da categoria, desromantizando o estágio no contexto contemporâneo e o pressuposto de um o saber “nato” do profissional para supervisionar. A crítica pode indicar ainda ao fortalecimento da discussão em torno de possibilidades de ampliação da pesquisa e extensão e sua articulação com as competências profissionais no trabalho.

A partir dos relatos do grupo focal acerca de quais as principais competências são desenvolvidas no trabalho dos assistentes sociais, aglutinamos categorias temáticas conforme quadro a seguir:

Quadro 7: Competências profissionais referidas no grupo focal

	Categorias temáticas	Expressões empíricas no grupo focal	Frequência
1	Operacional	Visitas domiciliares (1), perícia (1), “metodologia” circular (1), terapia de família (1), justiça restaurativa (1), mediação (1), escuta protegida	75 %
2	Família	Acompanhamento familiar (1), mapeamento familiar (2), empoderamento da família (1)	50 %
3	Gestão (Chefia)	Captação de recursos (1), gerenciamento de pessoas (1), fiscalização (1), formação continuada (1)	50 %
4	Dimensão “investigativa conjuntural”	Análise do contexto/campo social (1), sensibilização da gestão (1), análise do todo (1)	37,5 %
5	Habilidades	Escuta ⁹⁸ , escuta sensível	37,5 %
6	Garantia de direitos	Garantia de direitos	25 %

⁹⁸ Cabe destacar a competência atribuída ao assistente social judiciário da escuta protegida a partir da Lei nº 13.431/2017.

7	Conflitos ⁹⁹	Gerenciamento de conflitos	12,5%
8	Não se aplica	Não soube discriminar	12,5 %

Fonte: Sistematizado pela autora (2020).

Diante da pergunta norteadora de quais competências profissionais são desenvolvidas revela-se uma indefinição: “é o que eu estou tentando descobrir” (A.S.1) e que se expressa no quadro. Problematizando as competências empíricas, merece destaque pela significativa referência a um conjunto temático *operacional* no trabalho presente em 75% das participantes, revelando o que podemos inferir a mimetização entre competência(s) e instrumentos da profissão, processo relacionado seja com fragilidade da formação graduada, como também pelas exigências institucionais que dificultam processos reflexivos mais amplos sobre o processar cotidiano das competências. São referidos, além de instrumentos técnico-operativos do Serviço Social, “metodologias” cujo debate é latente de polêmicas no interior da categoria, como por exemplo os “processos circulares” relacionados à Justiça Restaurativa e à técnicas de mediação.

Outro aspecto abordado, se refere à terapia de família que, apesar de mencionada como competência, revela uma estratégia operacional de trabalho e uma característica da formação regional que será discutida em seguida:

Nós, aqui do Vale do Taquari, uma boa parte fez terapia família também como Pós-Graduação, como Especialização. A gente também não tinha essa possibilidade de utilizar e hoje eu vejo tantas ferramentas, eu não vou dizer que tu vai ser terapeuta familiar dentro do espaço que tu ocupa, mas olha quanta coisa tu pode trazer. Olha hoje, tu tá aqui, qual foi a primeira metodologia que tu utilizou? Foi circular. Então, eu acho que é algo que se poderia estar discutindo hoje num espaço de todos aqui dentro, essas novas tendências que estão aí e poderiam estar junto (A.S. 1).

Na esteira da terapia de família como operacionalidade, evidencia-se a referência à *família* enquanto competência, o que, podemos inferir, guarda relação quantitativa na região, presente nos depoimentos de 50 % dos participantes. Longe

⁹⁹ Uma particularidade do Vale do Taquari e que vem ao encontro de práticas em Justiça Restaurativa e Mediação. “a atuação profissional pende para práticas conciliatórias e neoconservadoras, na defesa da neutralidade, alijadas da luta de classes e das opressões, a partir de uma abordagem sistêmica das famílias” (HORST, TENÓRIO, 2019, p. 308).

de pretender tecer polêmicas do debate entre o *familismo*¹⁰⁰ e Serviço Social, o dado revela a família como categoria central nos processos de trabalho e por isso, importa problematizá-la como presença e relevância histórica para a profissão. Na atualidade como será visto em seguida, a mesma emerge como “objeto de trabalho” reverberando tendências na formação, apropriação de conhecimento e, logo, tencionando as dimensões ética e política, expressa na dimensão operacional como veremos a seguir.

Apesar da crítica aos referenciais teóricos explicativos e interventivos de matriz conservadora no processo de reconceituação, Bertelli; Moser (2018, p.a família a partir do processo de redemocratização e direitos daí decorrentes, a família protagoniza “regulamentações infraconstitucionais relacionadas a esses direitos e às respectivas políticas sociais; entretanto, sem considerar as condições concretas condicionadas às determinações de classe, gênero e relações étnico -raciais”. Revela-se um investimento “investigativo” a esse grupo social no trabalho:

Eu acho que ainda nós temos ainda esse trabalho, ainda estamos nessa luta de ter essa escuta e de ser o primeiro profissional que atende, essa família tão fragilizada. (A.S. 4).

A partir dessa escuta a gente poder empoderar a família, poder, estimular ela para suas potencialidades. (A.S. 5).

Tal processo de “escuta”, o que tematizamos como uma *habilidade* pretensamente inerente ao trabalho, é atribuída como principal competência profissional por 37,5% dos participantes e como pressuposto para a intervenção: “Eu destacaria a escuta sensível, porque eu acho essa empatia, de se colocar, ouvir com sensibilidade, o vínculo. A gente escuta de uma maneira diferente” (A.S. 5). O que escutar, para quê escutar e como escutar é, da mesma forma forjado pelo espaço institucional e seus “fins” que, pela lógica do trabalho, preso a imediaticidade do cotidiano, impacta num trabalho reflexivo, crítico, pautado na direção social do projeto ético-político do Serviço Social. Para além da escuta, importa saber o que fazer com as informações, articulando elas com a totalidade, com vistas ao aprimoramento dessa habilidade interventiva sob o crivo ético, político e crítico,

¹⁰⁰ Segundo condição familista limita o alcance da política de assistência social a todos de quem dela necessitar, mas, paradoxalmente, o familismo foi um

voltando a realidade apreendida com perspectivas de ação voltadas para o atendimento de necessidades sociais e garantia de direitos.

A problemática da “pacificação” tem atravessado o trabalho do assistente social, podemos inferir, como uma nova feição para a alienação e exploração com destaque à competência de *gerenciamento de conflitos* como estratégia institucional que “queira ou não, as demandas elas vão vindo pra ti” (A.S. 8). Seja para “acomodação dos contraditórios” sob a lógica institucional, ao mesmo tempo a demanda sinaliza possibilidades políticas no trabalho a depender dos fundamentos utilizados pelos assistentes sociais:

Muitas vezes, as próprias famílias vem para a instituição com alguma situação, ou dentro da instituição também tem a geração de conflitos entre eles também que tem que ser administrada. [...] Aí tem um supervisor ou gestor: - Bah, eu não estou conseguindo mais administrar muito bem a fulaninha, o que que eu tenho que fazer daqui pra frente? (A.S. 8).

Outro dado que chama a atenção, foi o conjunto de “competências” ligadas a funções de *gestão ou chefia*, representando 50% dos participantes, o que guarda relação com perfil dos espaços de trabalho da região, no que se refere aos cargos de coordenação, técnico de referência e o ascenso de assistentes sociais a cargos de chefia em equipamentos de assistência social, aspectos já abordados anteriormente. Destacamos tal competência, que é prevista legalmente, pela tênue relação que a mesma estabelece como a lógica institucional e com a gama de conhecimentos requeridos para tal desempenho, os quais não se esgotam na formação graduada:

Às vezes eu fico pensando assim, porque hoje a gente não tem nenhuma disciplina e nada que nos “transforma numa coordenadora”. A gente não tem nenhuma disciplina, dentro da faculdade ou do curso que a gente vai falar sobre gestão de pessoas. E eu falei da outra vez, cada um pensa de um jeito. (A.S. 1).

A problematização desta competência é incontestável já que, pressupor que se há clareza das particularidades administrativas requeridas para o cargo de chefia ou fiscalização por exemplo, preocupantemente o trabalho pode subsumir-se a lógica gerencialista estatal que

[...] tem por preceito o funcionamento pela via da empresa privada, flexibilizando processos, normas e contratos de trabalho, abrindo caminho

para apropriação de capitais privados do fundo público e na organização no serviço público, expropriando os bens coletivos. (REIS, 2019, p. 87).

O contexto ganha ares mais gravosos na gestão de pessoas pelo assistente social, onde tem expropriados seus “bens coletivos” - seus princípios éticos de defesa intransigente da classe trabalhadora - espremidos pela autonomia relativa, submetendo-se/colocando-se como algoz gerencial de trabalhadores/colegas, a serviço da manutenção de seu emprego e/ou de sua função gratificada pelo desempenho a contento da ideologia institucional, por exemplo.

Outra tendência é a de, a partir da lógica do direito e da política social como principal espaço de trabalho, atribuir a *garantia de direitos*¹⁰¹ como competência do assistente social. Tal menção aparece em 25 % dos depoimentos dos participantes, como pode ser verificado abaixo:

Uma das atribuições na minha área é na garantia de direitos. [...] nosso trabalho é a garantia de direitos, então, a gente precisa realmente estar indo, estar vendo a situação e tentar fazer alguma coisa e não fechar os olhos. (A.S. 9).

Em que pesem os avanços históricos da previsão de direitos assentados nas políticas sociais fazendo frente à ajuda e ao personalismo que historicamente conformou o trabalho e trabalhadores sociais brasileiros (SCHAPPO, 2018), há que se problematizar a redução do investimento intelectual, investigativo e interventivo nos limites da política social. As políticas sociais, dada sua natureza contraditória, são apropriadas pelo Estado capitalista, exigindo a crítica constante aos direitos já “conquistados” e sua oferta, priorizando a atenção à demanda cotidiana de coletivos sociais, por exemplo, enaltecendo “a questão que nos parece nodal é: a partir de quais fundamentos se estrutura a própria cidadania” (FÉLIX, 2019, p. 15), o que é abstraído pela reflexão no grupo focal:

Por vezes a gente acaba se submetendo aos cadernos de orientação, às políticas públicas que vem de cima para baixo e a gente deixa de compreender aquela sociedade, aquele território lá, o que que ele tem? Qual é a necessidade dele? Por que que ele está apático diante de toda essa, essa situação?

¹⁰¹ Interessante a produção de Costa (2017, p. 313) *Reflexões acerca da construção dos direitos humanos e seu diálogo com o marxismo* e quanto aos “limites postos à sociedade burguesa e a restrição dos direitos no campo da emancipação política”.

Tal evidência introduz ao conjunto temático que denominamos *análise de conjuntura*, no qual encontram-se aglutinados semanticamente relatos de análise de contexto, análises com ênfase para a totalidade, que estiveram presentes em 37,5 % dos participantes do grupo focal. A categoria emerge como competência presente no trabalho interdisciplinar e nas relações hierárquicas, nas quais a legitimidade do trabalho do assistente social parece demandar maior clareza e diferencialidade, na perspectiva de resistência à tendência de reducionismos teórico-práticos a indivíduos, à famílias, ao caso, e à própria política social, conforme relato acima. Tal competência, podemos inferir, se relaciona com a *realização de processos investigativos e pesquisa*, a qual é um imperativo para quaisquer outras competências profissionais.

Pode-se depreender que, muito além de adensar quais são as competências do assistente social exercidas contemporaneamente, a materialidade que assumem na relação entre a alienação e a resistência - o que transcende o objetivo deste trabalho -, nos parece relevante problematizar a *forma de ser* desta(s) competência(s), ou seja, o que as fundamenta e fornece base para a materialidade na profissão, forjando sua identidade nos espaços sócio ocupacionais. Além disso, é preciso considerar que, em tempos de ataques neoliberais ultraconservadores à formação profissional, à produção de conhecimento e ao trabalho, também fragmentam-se as competências profissionais verificando-se a substituição da “necessária interconexão entre o concreto pensado e sua mediação operativa por um *laissez faire* ou uma “prática profissional” (PRATES, 2018, p. 240). Compreender o concreto pensado, parte da compreensão dos fundamentos teóricos que vem iluminando as competências profissionais e a mediação destas com a matéria do Serviço Social e com o Projeto Ético Político é um dos desafios que compõem os achados da pesquisa.

Conforme visto, o trabalho, a profissão e o conhecimento em Serviço Social, conjugam competências profissionais que mediam conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos pelo mercado e pela profissão que são atravessadas por condições e relações capitalistas, nos limites da alienação e exploração. Acima de tudo, representam também resistência na manutenção da patrimônio intelectual profissional construído coletiva, qual seja, sua identidade e lógica histórica de

existência no mundo do trabalho, permeada por contradições, superações na conexão com a realidade social na qual faz parte. Tal identidade tem nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos eixos balizadores destas competências, da particularidade e legitimidade profissional. Assim, compreender os fundamentos, é compreender a direção social diante de diferentes projetos societários em disputa e das opções e construções coletivas da categoria de assistentes sociais, em conexão com as lutas sociais.

As competências reveladas na pesquisa demonstram tendências que, à luz dos diferentes processos de trabalho, aludem significativamente a aspectos operacionais de atendimento direto à população. A família, enquanto sujeito(s) demandante(s) ou demandado(s) pelo empregador, emerge como principal núcleo aglutinador dos processos de trabalho, permitindo que se infira a manifestação de dois pólos no discurso dos profissionais sobre competências: um predominantemente vinculado ao escopo de operacionalização do trabalho, pautado em parâmetros de atuação (expressos ou implícitos) nos diferentes espaços, nos marcos da reprodução histórica nas instituições; e outro, ligado ao sujeito/ grupo social a quem se atribui a demanda de trabalho, esse predominantemente referido como enquanto a *família*¹⁰². Esta inferência é corroborada pela investigação em torno do objeto de trabalho, da teoria e método na região e no grupo focal.

No Vale do Taquari, 86,57% dos respondentes informa que seu objeto de trabalho são *as relações sociais e/ou familiares*; 74,63 % como *as vulnerabilidades e riscos sociais*; e 70,15% vinculando o objeto *aos sujeitos sociais*. Apesar de que 70,15% responderam atribuírem às *múltiplas expressões da questão social* como objeto de trabalho, apenas uma pessoa marca exclusivamente opção, estando o restante agregado outros “objetos”.

Tais resultados, permitem ponderar por exemplo, quanto à fragilidade da apreensão da *questão social* como objeto de trabalho pela categoria, apesar de sua transversalidade nas Diretrizes Curriculares e em todo o escopo de trabalho, ensino, pesquisa e extensão. Na formação, os referenciais teóricos disciplinares diversos

¹⁰² Além das competências referidas, outro aspecto que merece articulação analítica já que o *trabalho com famílias* é elencado como os saberes mais emergentes no exercício da profissão, com 74,19% das respostas no que se refere a demandas por educação permanente. (SURVEY MONKEY, 2019).

ao trato marxista, conforme pesquisa de Zacarias (2017), revelam a dispersão eclética, pela multiplicidade de fontes, afetando o amadurecimento didático-pedagógico da matéria *questão social*, e logo, todo o currículo esquizofreniza-se em tendências conservadoras, a-críticas. (PRATES, 2018).

O trato indireto à Marx favorece lacunas de compreensão do conjunto de seu pensamento. Observa-se uma abstração economicista da “oposição” entre capital x trabalho, com um discurso que não permite apreender a contradição em sua lógica dialética e tende a tons messiânico-fatalistas no trabalho, sob a perspectiva de classes:

A gente também faz parte dessa relação, capital-trabalho. A gente é isso também (A.S. 5)

Com certeza. (A.S. 6)

A gente não tá olhado de fora (A.S. 10).

Tu é um sujeito também, é um sujeito inserido nesse contexto. (A.S.6)

Tu não quer perder o emprego. Tu não pode. (A.S. 8)

É. Não adianta. Tu é a resistência, mas até que ponto? Então tu tem que também... (A.S. 6).

A “questão social” fica posicionada como chão teórico (apenas) e, logo, sem articular-se às demais dimensões do pensamento marxista filosófico e histórico-político, evidenciando um discurso de resistência a que, pela ínfima participação política, conforme observamos vimos, é estéril. Prevalece, uma “pujança” política localizada junto à tênue energia intercambiada entre uma isolada e solitária auto cobrança ética dos profissionais e a subserviência às condições de assalariamento. No entanto, reconhecem-se movimentos reflexivos críticos e propositivos, mas que remontam a fragmentos da políticas sociais, na dinâmica imediata da execução de serviços:

Então se tem suficientes 100 cestas, a gente tem que estabelecer critérios que contemplem as 100 cestas e não a demanda de 150. Então, eu acho que às vezes, para isso a gente tinha que se articular um pouco mais enquanto profissional, para essas resistências assim. (A.S. 5)

Eu acho que a resistência, ela também vem, a gente pensa tanto nessas questões das necessidades básicas e primordiais: alimentação, saúde,

mas eu acho que a gente vem pecando e esquecendo muito da questão da habitação. (A.S. 3).

Reduzidos o objeto do trabalho e a formação aos fragmentos particulares centrados na oferta¹⁰³ das políticas sociais¹⁰⁴ e sem a clareza do objeto na instituição¹⁰⁵, a competência é fatalmente capturada pela expectativa da instituição, do poder hierárquico, do cargo, do software, do número de atendimentos e não de sua qualidade. No grupo focal, há a polarização do discurso do objeto em torno do público atendido, numa tríade indivíduo, família, segmento e entre o serviço/política/instituição. Podemos observar mais elementos dessa questão no depoimentos sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 8: Objeto(s) de trabalho identificados no grupo focal

Categoria do objeto	Expressões empíricas	Frequência	Relatos
Sujeito do atendimento	Indivíduo (1) usuário do serviço (1) famílias (1) entrevistado (1) segmento vulnerável (2)	62,5 %	<p>“O objeto de trabalho, nosso, na saúde mental no caso lá, é o indivíduo” (A.S. 9).</p> <p>“Eu acho que no meu caso, é aquele usuário. [...] Ele é um cidadão que passou pela sua história, pela sua trajetória, não teve muito, não teve às vezes a felicidade de um outro de ter um emprego formal, escolaridade” (A.S. 4).</p> <p>“O objeto é o sujeito privado de liberdade que eu atendo,e, muitas vezes os familiares com certeza, isso não tenha dúvida” (A.S. 6).</p> <p>“Em relação ao objeto de intervenção, trabalho com as famílias” (A.S. 5).</p> <p>“O meu objeto de trabalho, ele é da situação de vulnerabilidade por segmento” (A.S. 10).</p>
Serviço ou política	assistência social (2)	37,5%	<p>“Eu não sei assim, hoje, o meu objeto. Eu sempre me vi muito, gostei muito de trabalhar com a assistência social. Eu nunca me vi muito na saúde, em outros lugares” (A.S. 1).</p> <p>“Hoje, o meu objeto de trabalho na instituição de fato, é o acolhimento institucional”(A.S.12).</p>

Fonte: Sistematização da autora.

¹⁰³ Como exemplo trazemos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Há clareza de intencionalidade? É necessidade de quem? Do serviço/mercado (oferta), do(s) sujeito(s) (demanda) ou do(s) profissional(is)?

¹⁰⁴ O que se reflete e é refletido também na/pela fragmentação das linhas de pesquisa por políticas ou cisão das discussões de trabalho e formação sem a transversalidade dos Fundamentos. (ajuda com a fonte - profe)

¹⁰⁵ Incluindo instituições de ensino que, pela lógica do produtivismo, da mesma forma, enfraquecem a coesão teórica comum: a profissão.

Percebe-se, da mesma forma, a concentração e recorrência da vinculação do objeto de trabalho ao público atendido, guardando coerência com fragmento do direito ou da política o que *à priori* sugere uma cisão entre os processos operacionais, de conteúdos estratégicos e políticos imbricados na totalidade do trabalho e da realidade social.

Mais gravoso contudo, é a evidência da expropriação da propriedade profissional, do *objeto* de trabalho do assistente social, novamente evidenciando a fragilidade do trato da questão social como matéria prima e elemento transversal na formação¹⁰⁶ e no trabalho e, logo, do próprio marxismo, corroborando estudos já realizados sobre esse tema (CLOSS, 2017; ZACARIAS, 2017).

Pensar e trabalhar o objeto requerem uma teoria e um método de investigação. A partir de diferentes referenciais teóricos, confere-se lentes distintas sobre a realidade, sobre as estratégias as quais se pode lançar mão, sobre quais fins se vislumbram. Pela assunção do Projeto Ético Político, o marxismo como base epistemológica crítica, subsidia o desocultamento da realidade em suas contradições, já que a mesma não se expressa em sua essência de forma imediata. Neste processo, da mesma forma, revelam-se, nos limites da relativa autonomia e da resistência, os meios a dispor para sua transformação. Os fins, o horizonte teleológico do trabalho planejado emerge como compêndio ético da própria compreensão do objeto e elenco dos meios organicamente articulados. Esta lente analítica de pensamento crítico tem subsídios na teoria social crítica e método materialista-dialético. Conforme Netto (2011, p. 21-22):

[...] a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). [...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

Assim, os “pseudo-objetos” de trabalho apontam tendências subjacentes intimamente ligadas à formação graduada e continuada (se for o caso) remetendo

¹⁰⁶ As diretrizes têm como premissa uma formação generalista que resulte na constituição de um perfil profissional intelectual e culturalmente crítico, com instrumental suficiente para desvendar e intervir nas expressões da questão social. (PRATES, 2018, p. 244).

à problemática do ecletismo, que pode ser analisada a partir dos referenciais teóricos mais influentes na região, expressas na tabela a seguir.

Tabela 10: Fundamentos teóricos do trabalho dos assistentes sociais no Vale do Taquari

Referencial teórico	Representatividade no Vale do Taquari	Frequência no grupo focal
1. Teoria social marxista/ Método dialético-crítico	67,65 %	50 %
2. Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos	23,88 %	12,5 %
3. Referenciais fenomenológicos/existencialistas	23,88 %	0 %
4. Referenciais pós modernos	17,91 %	0 %
5. Referenciais positivistas/funcionalistas	8,96 %	0 %
6. Não nomearam o referencial	4,48 %	25 %

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

O que chama a atenção é que, dos 67,65 % dos respondentes no Vale do Taquari que informam terem como referencial a teoria social marxista/ método dialético-crítico, a maioria (75%) a assinala como única opção. Um universo de onze respondentes (25 %), porém, a aliam a outro(s) referencial(ais) teóricos que sistematizamos abaixo:

Quadro 9: Referenciais teóricos “compartilhados”

Referencial(ais) teórico(s) associados ao marxismo	Representatividade
1. Referenciais clínicos, sistêmicos ou terapêuticos	36,36 %
2. Referenciais fenomenológicos/existencialistas	27,27 %
3. Referenciais fenomenológicos/existencialistas e clínicos, sistêmicos ou terapêuticos	18,18 %
4. Referenciais fenomenológicos/existencialistas e positivistas/funcionalistas	18,18 %

Fonte: Sistematização da autora a partir do banco de dados da Pesquisa Interinstitucional Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul (REIDEL et al, 2020).

Outro analisador importante diz respeito à representatividade dos referenciais marxistas no quesito educação permanente. Adensar o tema

fundamentos do serviço social é uma das opções com menos representatividade à frente apenas do tema *pesquisa social*.

No grupo focal, da mesma forma, a teoria social marxista se destaca dentre as teorias mais referidas para fundamentar o trabalho. Importante que se atente à associação a ele, que no caso do Vale do Taquari predominam aquelas de cunho clínico, sistêmico ou terapêutico que se destaca quanti-qualitativamente (36,35 %).

Alguns relatos do grupo focal, permitem discorrer sobre a apreensão da teoria social crítica:

A teoria, ela é, ela não é tudo, né. Se tu colocar toda ela em prática, não funciona (A.S. 3)

O capital conecta muito isso, e o quanto eles se fragilizam também por buscar esse pertencimento dentro desse capital. Então, realmente é uma teoria muito significativa e que a gente realmente, não pode esquecer quando tu vai fazer o planejamento da ação prática, para minimamente compreender o que que se passa com esse sujeito, para compreender o que que se passam nessas relações. (A.S. 12).

Um aspecto que merece destaque é justamente este “associação” teórica, revelando à amplitude do marxismo restrita à análise econômico-estrutural, como uma espécie de “pano de fundo teórico da profissão” de reconhecimento e respeito histórico, porém restrito ao macrossocial:

Eu acho que a teoria de Marx, ela é fundamental para te entender todo o contexto macro. Nós não estamos falando só daqui, nós temos que ter entendimento do nível macro, para daí sim entender as outras, as realidades menores. Então assim, existe todo esse movimento de desconstrução social, de sindicatos. A pessoas pegam, coisas da internet, não tem base fundamentada, não tem autor, não tem discussão teórica. Eu lembro na faculdade a gente lia muita coisa, discutia para ter um embasamento, para hoje tu poder argumentar. Mas as pessoas não leem, elas, é tudo muito rápido, ninguém mais quer se envolver e acaba que acontece isso. É, é um momento crítico pro Serviço Social, para nós que trabalhamos nessa área (A.S. 6).

Assim, o elemento que podemos inferir ser pauta do discurso do micro social e logo, remete à busca pelo conhecimento é a *família*, como o relato faz referência:

Nós, aqui do Vale do Taquari, uma boa parte fez terapia família também como Pós-Graduação, como Especialização. A gente também não tinha essa possibilidade de utilizar e hoje eu vejo tantas ferramentas, eu não vou dizer que tu vai ser terapeuta familiar dentro do espaço que tu ocupa, mas olha quanta coisa tu pode trazer. (A.S. 1).

O fragmento revela uma promessa de que a Terapia de Família seja uma “possibilidade de utilização” metodológica de *como fazer* o trabalho com o objeto, já referido, *a família*. Tal evidência deixa explícita a relação dialética entre o que se entende como objeto e do quanto este, *à priori*, pseudo-objeto(s) de trabalho no mercado estatal “molda” os conhecimentos, forjam habilidades e atitudes na formação e no trabalho: pelo ingresso eclético teórico-filosófico e por parâmetros de atuação nas políticas e na instituição a partir do *o que fazer* nos espaços, logo, provocando a busca e a oferta por conhecimentos de *como fazer*.

Com o “furto” histórico do nosso objeto e a refuta aberta a referenciais marxistas no mercado de trabalho, academia, aliado a um frágil vislumbre de movimentos políticos, fatalmente, estremecem-se convicções teóricas (que já dissemos, sem o devido rigor epistemológico). Restam as dimensões éticas e políticas dos profissionais, timidamente presentes, sem confluência nos discursos explicativos da realidade. Logo, “agregar ao marxismo” impõe um debate ético, já que situado na mesma dimensão: o pensamento social, cuja harmonia, não pode ser pacífica (PRATES, 2018). As associações teóricas sem a referida perícia, conduz ao ecletismo e o risco iminente da “captura” do objeto, e assim, da dimensão teleológica em si mesma.

Assim, cita-se oportunamente como exemplo, a instrumentalização do CFESS quanto às práticas terapêuticas pelo assistente social culminando na Portaria nº 569, de 25 de março de 2010. Por ela, fica ratificada a (in)competência de se ultrapassar os limites entre as profissões (muito especialmente entre a psicologia¹⁰⁷), especialmente quanto à incompatibilidade da teoria sistêmica com “as habilidades, competências e atribuições privativas previstas na Lei 8662/93”.

¹⁰⁷ Coutinho (1981, p. 13), nos dá uma dica: “estou convencido hoje como marxista, de que temos que reconhecer a enorme contribuição de Freud para o conhecimento do ser humano. Seria ecletismo, porém, se tentássemos conciliar a teoria social de Marx, com a teoria social de Freud. Se dizemos que a história se explica pela luta de classes, não podemos dizer que é também verdade, como diz Freud, que os conflitos decorrem do aumento da repressão sexual e, como tal, do aumento da agressividade. São posições absolutamente incompatíveis. Ou seja, não é possível conciliar, a não ser ecleticamente, a teoria social do marxismo, o materialismo histórico, com a teoria social de Freud”. Porém, ressalta a relevância de Freud na defesa da sexualidade da criança e da existência do inconsciente psíquico individual e dos desdobramentos empíricos desta dimensão: “penso que aceitar a teoria freudiana da neurose, a etiologia sexual das neuroses, é absolutamente compatível com a aceitação do marxismo, como teoria social. Isso não é ecletismo, pois estamos lidando com duas dimensões diferentes”.

Não havendo clareza de tais limites pelos profissionais - infere-se que tão pouco pelos empregadores, colegas de equipe e pelo público atendido - tende-se a “fetichizar” o objeto de trabalho, desqualificar as próprias competências e fragilizar a identidade profissional do assistente social, remetendo as atribuições a esfera sinuosa da ética e da técnica interdisciplinar¹⁰⁸, por exemplo como se constata em depoimento:

Uma coisa que eu tenho que policiar muito, é aquela questão também de eu me impor na minha situação, porque? Muitas vezes confundem, agora não tanto, porque eu já tive um bom tempo já para trabalhar, para saber, para se situar, que eu sou assistente social, eu não sou psicóloga! [...] Porque muitas vezes a gente tem que fazer um pouco o papel do outro sim. Gente! Não dá pra dizer que não! Tem que fazer um pouco o papel do outro sim, mas assim, chega um certo ponto que: - não gente, eu estudei pra isso, eu não tenho condições e eu não quero também assumir esse outro lado que eu não tenho conhecimento e também eu não quero fazer. (A.S. 8).

O marxismo é ainda tido como uma teoria “menos recente” e “obsoleta” no tempo da profissão, como um resquício de um rompimento com o positivismo e o reconhecimento da sociedade de classes como produtora de desigualdade ressoando com um nostálgico, “voltando à faculdade” (A.S. 6), preservando a recorrência de uma restrição à Marx na graduação.

A gente teve essa formação inicial também com toda essa base teórica bem marxista que é a origem do Serviço Social, foi sendo trazido para dentro da universidade um olhar um pouco mais, então, ãh recente assim, e foi introduzindo, a nós estudantes, o contato com a Teoria Sistêmica. (A.S. 12).

Como já dito acerca da indissociabilidade de teoria e método, a própria noção de complementaridade demanda problematização quando do questionamento do método à categoria. O marxismo como grande matriz de pensamento teórico, ético e metodológico para desvendamento e trabalho sobre o objeto tem no método dialético-crítico o “gatilho mental” para o desenvolvimento do trabalho. Analisar qual

¹⁰⁸ Tais limites e sua investigação mais aprofundada, podemos inferir, é potente na legitimação das competências e identidades profissionais comumente confundidas entre o Serviço Social e a Psicologia. Apenas para problematizar a Coutinho (1991, p. 13) que alerta: “o pluralismo, não pode implicar o ecletismo ou o relativismo.

a concepção empírica do método, permite algumas inferências a partir do relatos no grupo focal:

Quadro 10: Do(s) método(s) de trabalho do assistente social no Vale do Taquari

Categorias temáticas	Expressões empíricas	Frequência
Dimensão técnico-operativa	Visita domiciliar (8), entrevista individual (8), avaliação social (1), busca ativa (1), produção de documentação (1), grupos ()	100 %
Dimensão ética e política	ser/ter resistência como classe (6)	80 %

Fonte: Sistematização da autora (2020).

Percebe-se pelo exposto, tendências à redução do método à “metodologias” ou mesmo, à dimensão técnico-operativa. À luz do método, trata-se de uma lógica dissociativa entre a filosofia e prática que guarda relação conforme SANTOS (2013), à valorização quantitativa do instrumento em detrimento de sua dimensão qualitativa¹⁰⁹ que para o mercado e profissão tem dimensões teleológicas distintas¹¹⁰, mesmo que na sutileza da autonomia “concedida”.

Além disso, a transversalidade da representação dos instrumentos técnico-operativos como elenco significativo enquanto competência profissional revela a fragilidade teórico-metodológica no interior da categoria de priorização do *o que fazer e onde fazer* (ou visita, ou grupo, ou entrevistas individuais, no CRAS, ou no CREAS, ou no CAPS, etc), do que gatilhos reflexivos coletivos de *por que e como fazer à luz das profissões*¹¹¹ e não da política, cargo, função a qual se está vinculado, por exemplo.

¹⁰⁹ Podemos inferir, uma expressão do fetiche do “profissional competente”. Sob viés exploratório e alienador, o empregador equaciona o tempo e o pseudo-objeto, forjando competências profissionais, cuja análise demanda adensamento do trabalho em serviços e as estratégias de ataque à subjetividade. (AMORIM, 2014).

¹¹⁰ O que é ser competente para o mercado? O que é ser competente para a profissão? Que conhecimentos, habilidades e atitudes são requeridas pelo mercado e quais são pela profissão nos processos operacionais, nos estratégicos e nos políticos?

¹¹¹ Interessante compreender como esse fenômeno expropriativo do trabalho em serviços “atua” nas demais profissões, especialmente na psicologia, com quem, a partir do advento do SUAS, o assistente social estabelece significativa relação interdisciplinar. (EIDELWEIN, 2007)

A referência à resistência e a apreensão da contradição entre capital e trabalho reduz-se a, repetindo, um “pano de fundo”, mas que com fragilidades dialéticas, possui conteúdo político proeminentemente discursivo e inerte na materialização, considerando-se o dado já apontado sobre a concepção de objeto profissional e da participação política da categoria.

Considera-se importante a clareza teórica sobre o significado de prática e de teoria, associando-as ao mercado de trabalho e à formação. Trata-se, porém, de categorias diferenciadas. Esse debate refere-se à adequação da formação ao tipo de exigência que se faz ao profissional. (SANTOS, 2013, p. 95). Esta clareza teórica, pode ter ganhos com uma formação voltada ao ensino das tendências observáveis nos diferentes processos de trabalho, sejam estratégicos, sejam políticos ou operacionais inter-políticas. Ou seja, trata-se do desafio de compreender quais têm sido as expectativas do mercado para um assistente social de coordenação, de execução, diante da realidade social *a priori* criticando o que vem prescrito, oportunizando que se discuta em essência as expressões da questão social e depois, quais os recursos existentes, o que requer clareza de método, capacidade intelectual de estabelecer mediações que transcendam a pseudoconcreticidade posta no cotidiano (CLOSS, 2017, PRATES, 2018). Se os recursos existentes já de pronto estiverem na dialética da necessidade, as necessidades subjacentes jamais serão “escutadas” e coletivamente categorizadas e vislumbradas como bandeiras de luta, já que pela natureza mesma de trabalho, pelas fragilidades pessoais de imposição, seja pela nossa fragilidade de pertencimento de classe, seremos obviamente sujeitos a “competências” das instituições.

A “escuta”, elencada com significativa relevância no grupo focal, revela um potencial: O que estamos ouvindo? Ou melhor, o que estamos perguntando e para quê estamos perguntando? O que é conveniente para eu ouvir do(s) sujeito(s) para a instituição? Qual é a mediação destes interesses em prol da emancipação humana e que devem iluminar as políticas?

Na sua forma de ser da profissão, parece aí residir o “tendão de Aquiles” da relação dialética entre fundamentos e competências no Serviço Social: sem a centralidade do método, se “perdem” *a priori*, o objeto e os meios de trabalho, já que os fins não estão claros, nem os fins do trabalho concreto, nem mesmo os fins da profissão.

Nesse âmbito situam-se desafios para a categoria profissional, muito especialmente capitaneados pelos órgãos representativos da categoria na relação concreta com as desigualdades e resistências no trabalho e formação, os quais elencamos:

1. Analisar conhecimentos/habilidades/attitudes demandadas pelo mercado em processos operacionais, políticos e estratégicos (de diferentes políticas) em que se insere o assistente social e seu diálogo com os fundamentos do Serviço Social com especial atenção ao debate da pseudoconcreticidade. Este trabalho, apesar de contemplar amostra heterogênea de espaços sócio ocupacionais, não permite realizar inferências sobre particularidades das instituições, provocando ampliar os objetivos para pesquisas futuras;

2. Ampliar o diálogo respeitoso e prospectivo entre a Psicologia e o Serviço Social, considerando a histórica tendência à psicologização das expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos. Importa assim, “pensar por contradição” nos fundamentos teóricos-metodológicos e éticos-políticos do Serviço Social com os fundamentos e objeto(s) da psicologia, analisados com a mediação da ética profissional das profissões. Apesar da importância dos parâmetros de atuação, a discussão interdisciplinar é mediada pela política social e não pela ética da profissão. Parece urgir o diálogo crítico que supere o ecletismo entre a teoria social crítica e a teoria sistêmica (neste momento a mais evidente) para possibilitar a crítica cotidiana.

3. Investir em propostas de aprimoramento da formação acadêmica, mas especialmente no espraiamento e continuidade de iniciativas de educação permanente junto aos NUCRESS, favorecendo estratégias investigativas/interventivas coletivas, “aquecendo” motivações políticas regionais;

4. Ações articuladas entre ABEPSS e CRESS para a disseminação de conhecimentos sobre fundamentos do Serviço Social;

5. Mediar a pós graduação *latu sensu* em Serviço Social na região do Vale do Taquari.

6. Divulgar via NUCRESS, os programas de pós-graduação em Serviço Social, as linhas de pesquisa existentes da área.

7. Investir em maior adensamento da articulação entre a práxis investigativa e pedagógica do assistente social compreendendo que, para o desenvolvimento de competências profissionais de quaisquer processos de trabalho e que estejam

comprometidas com o Projeto Ético-Político, necessariamente, pressupõe-se tais dimensões sob a perspectiva crítica-dialética na análise e intervenção na realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do caminho investigativo, propõe neste capítulo, provocar totalizações provisórias do estudo, processo que retratou a relação da subjetividade da aluna, suas competências individuais de formação pessoal e profissional, com a objetividade teórica, ética e política para a (in)segurança de argumentos críticos (que não só de militância) no cotidiano do trabalho para legitimação profissional. Emerge a carência do conhecimento em torno dos fundamentos críticos da profissão que, em meio às lógicas de alienação e exploração, pudessem ser a expressão de resistência de uma identidade contra-hegemônica da profissão.

Apesar do estudo não propor adensar a dimensão histórica subjetiva da profissão, cumpre salientar a importância de apreender a relação da *competência feminina* na cultura social, no trabalho e no Serviço Social e as condições e relações de trabalho ao longo da história, guardadas as particularidades sócio-históricas brasileiras como a misoginia, sua relação com outras profissões eminentemente femininas historicamente, por exemplo.

Pesquisar competências profissionais, se mostrou como o chão empírico que condensa as margens entre as lógicas emancipatória e conservadora, a partir da análise das múltiplas expressões dos fundamentos do Serviço Social e os fundamentos do mercado em diferentes espaços. Conhecer os limites e a relação entre competências imbuídas pelos empregadores e aquelas eticamente alinhadas ao Projeto Ético Político, favorece identificar os gargalos da alienação e exploração e da mesma forma, as estratégias políticas, especialmente da legitimação de sua identidade crítica no cotidiano do trabalho.

Reconhecer as condições e relações de trabalho e possibilitar que os profissionais se identifiquem, antes de colegas em determinadas políticas, instituições e “serviços”, permite que se se identificam como trabalhadores. Permite-se assim, inferir totalizações provisórias de tendências alienantes e de exploração comuns e peculiares, mas da mesma forma, tendências de fortalecimento da identidade crítica. Assim, da mesma forma que a “discussão do diferente” por

espaços, também a discussão para além das fronteiras da profissão favorece a identificação das dimensões éticas e políticas comuns e quais as diferentes dimensões do conhecimento de outras profissões, podem ser agregadas à teoria social de Marx sem o risco do ecletismo, como é o caso da teoria sistêmica já que, como nos ensina Coutinho (1991, p. 13) que : “é através da troca de ideias com o diferente, que podemos afinar nossas verdades, fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real”.

A *teoria sistêmica* emerge no cotidiano como uma expressão mesma da assunção da família como objeto, que atravessa os diferentes períodos históricos da profissão. A partir do *Projeto Ético Político*, tais evidências corroboram teses que discutem as lacunas da apreensão da *questão social* como objeto e das tendências ao ecletismo pela via das demandas fluidas do *trabalho* expressa nas políticas sociais. Tem, no agravante conjuntural, a crítica aberta ao *marxismo*, a emergência no Brasil de uma onda conservadora que na ascensão de Bolsonaro e pela legitimação de seu discurso (e de seus adeptos), a pressuposição da família como *fundamento* da vida social.

O primeiro capítulo, representou a oportunidade de, revisitando a história, compreender a apropriação de matrizes marxianas e de como teoria e método forjam o Projeto Ético Político profissional, expressando uma resistência fundamentada pós 1980. O ecletismo, porém, é recorrente, dialogando historicamente com tendências à psicologização do indivíduo. O processo de deslocamento da atenção do indivíduo à coletividade enquanto classe trabalhadora mostra sua fragilidade na contemporaneidade pela “familiarização” nas políticas sociais, emergindo como objeto no discurso, no trabalho profissional e na busca por conhecimento, viabilizando o ingresso do ecletismo nas concepções profissionais. A crítica ao ecletismo, contudo, não pode impelir a categoria a aproximações, por exemplo com a administração, a psicologia e com a pedagogia, especialmente no que diz respeito às correntes de gestão do trabalho a partir de 1970, pautadas na lógica da competência profissional, apreendendo suas expressões no trabalho e formação em Serviço Social com estudos críticos dos fundamentos destas áreas de conhecimento.

O estudo das competências e fundamentos no trabalho profissional do assistente social, tem ganhos quando aproximados de outras áreas profissões. Analisar os desdobramentos do modelo contemporâneo de trabalho para os

psicólogos, por exemplo e, na crítica à teoria sistêmica, possibilita a crítica “por dentro” da teoria, é um desafio.

O Estado, enquanto lócus histórico de trabalho do assistente social em serviços, provoca à maior discussão do trabalho imaterial, das formas estratégicas em que o trabalho abstrato estatal tem absorvido a propriedade profissional, especialmente o que lhe é mais caro para sua identidade: seus fundamentos.

Evidencia-se diminuta referência à processos investigativos e de pesquisa, pressuposto para o desenvolvimento de “todas as demais competências”. A análise dos fundamentos revela a fragilidade de apreensão pela categoria do constructo marxiano, expresso significativamente na questão ligada ao método filosófico crítico-dialético que tem na apreensão e superação da pseudoconcreticidade, o gatilho mental para conferir condições de organicidade teórica ética e política da profissão, o que demanda maiores pesquisas de sua expressão no cotidiano.

Pelos resultados, fica corroborada a tese de que se processa uma contradição em processo entre os Fundamentos do Serviço Social e “a sistematização de um campo de mediações e particularizações que contribuam para sua materialização na formação e no exercício profissional” (CLOSS, 2013) dado que, na conjuntura adversa contemporânea, em “que as certezas sociais perdem sua solidez e tudo de desmancha no ar, como diria Marx” (SOUZA, 2018, p. 14), provoca a ampliação de pesquisas em torno das competências profissionais e Fundamentos do Serviço Social, reiterando-se:

O trabalho, a profissão e o conhecimento em Serviço Social, conjugam competências profissionais que mediam conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos pelo mercado e pela profissão que são atravessadas por condições e relações capitalistas, nos limites da alienação e exploração. Acima de tudo, representam também resistência na manutenção da patrimônio intelectual profissional construído coletiva, qual seja, sua identidade e lógica histórica de existência no mundo do trabalho, permeada por contradições, superações na conexão com a realidade social na qual faz parte. Tal identidade tem nos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos eixos balizadores destas competências, da particularidade e legitimidade profissional. Assim, compreender os fundamentos, é compreender a direção social diante de diferentes projetos societários em disputa e das opções e construções coletivas da categoria de assistentes sociais, em conexão com as lutas sociais.

Verifica-se uma predominância do debate das competências e método aos processos operacionais de atendimento direto à população. O objeto de trabalho centra-se na alusão ao(s) sujeito(s)/grupo(s) social(ia), especialmente à família. Além disso, infere-se uma dissociação do pensamento de Marx, teórico e político, com frágil adensamento da discussão do ensino e prática do método crítico-dialético que confere as bases epistemológicas críticas e éticas dos processos investigativos e pedagógicos do assistente social. Compreendida a importância do pluralismo de conhecimentos, é preciso que o mesmo seja conjugado na análise do real como elemento de crítica e resistência às dinâmicas de “captura da subjetividade do trabalhador” (PRATES, 2019, p. 241) pelo mercado, com particularidades nos diferentes processos de trabalho. O lastro eclético encontra, na fragilidade teórico-metodológica dos profissionais, terreno fértil, mostrando sua expressão na influência “pacífica” com a teoria sistêmica, por exemplo. Tais elementos fragilizam mutuamente as dimensões investigativa e pedagógica do Serviço Social influenciando na *identidade e cultura profissionais* (ABREU, 2004).

A lógica de competências e o necessário reconhecimento da esfera individual, requer que se aprofunde as expressões de alienação e exploração para além dos conhecimentos e das habilidades para o cargo, já que atinge frontalmente a discussão da *atitude profissional*. Para o Serviço Social, a atitude, cerne do Projeto Ético Político, contrasta com o conceito do profissional com atitude requerido pela lógica do capital humano centrado na lógica empreendedora, pró-ativa, multifuncional, de fácil adaptação. O Vale do Taquari, apesar da ainda grande maioria profissional com vínculos de assalariamento, o que merece ampliação de pesquisas deste fenômeno no trabalho imaterial em serviços, na esfera estatal.

Tais análises possibilitam avançar na identificação de estratégias de legitimação do Projeto Ético-Político crítico, de organização política da categoria profissional e de qualificação da formação da profissão no movimento da realidade brasileira, fazendo frente ao conservadorismo e pragmatismo imperantes historicamente na profissão, demandando esforços de qualificação a partir da direção social do projeto ético-político alicerçada na matriz crítica dos Fundamentos do Serviço Social, construída nas últimas décadas.

Sair do “casulo” foi um processo lento. Foi possível pela tomada de consciência obtida na prática cotidiana, cujas leituras reduzem-se ao estudo de materiais em torno da política social. Tomo consciência da necessidade de expansão explicativa do *ser assistente social*, disparada internamente pela insegurança em descrever o *Serviço Social*, o objeto de trabalho - questão social -, no cotidiano do trabalho a pares, parceiros interdisciplinares e instituição.

O conhecimento é perturbador e instigante. Estudar-se a si mesmo, no cotidiano do trabalho, foi deveras desafiador, pela sensibilidade diante do esvaziamento dos espaços políticos da categoria, da limitada discussão teórica, mas muito especialmente destas dimensões mediadas pela ética profissional. Assim, uma educação permanente que supere a discussão das competências profissionais mediada pelas políticas sociais, mas que problematize os fundamentos ético profissionais, a partir de processos investigativos e pedagógicos compartilhados com demais profissionais possibilita, além de “superar” a endogenia, ampliar parceiros interdisciplinares que comunguem do mesmo arcabouço ético, mesmo que em dimensões diferentes.

O mestrado representa, neste aspecto uma possibilidade de suprir esta falta, da consciência de uma graduação que não garante a segurança para argumentos teóricos para a realidade social. Ficam ainda latentes os dilemas e potenciais de pesquisas realizadas por alunos(as) trabalhadores(as) intrínsecos ao fator tempo de formação, as vicissitudes do feminino talhados pelas suas peculiaridades (maternidade) e pelas peculiaridades instituídas pela cultura machista (trabalho doméstico e maternidade).

*[...] Mesmo o vôo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

Mauro Iasi

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em 07 dez. 2018.

<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/pluralismo-dimensoes-teoricas-e-politicas-carlos-nelson-coutinho-201609020227248416940.pdf>

AGOSTINI, Cíntia (Coord.). **Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030**. -Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço social e filosofia: das origens a Araxá. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no Serviço Social brasileiro (1947 a 1961). **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/viewFile/13/78>. Acesso em: 11 abril de 2019.

ARAÚJO JUNIOR, José Alves. MARTINS, Igor. Gestão Por Competências na Administração Pública: Uma Análise Bibliométrica a Partir do Decreto Lei 5.707/2006. *Gestão. Pelotas*, v. 12, n. 2, p 153-162, 2014 . Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/download/21993/18442>>. Acesso em: 12 abril 2019.

BALDIN, Marco A. Militarismo e Catolicismo na era Vargas. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 104-122, 2º Semestre de 2015. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36132/18692>>. Acesso em: 11 janeiro de 2019.

BARROS, Nivia; FREITAS, Rita; MESQUITA, Adriana; SILVA, Iris da. História do Serviço Social - resgatando uma história de mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro,, n. 42, v. 16, 2º semestre de 2018. p. 228 - 246.

BOLZAN, Débora de Paula. Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho no Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 104- 122, 2º Semestre de 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/21054>>. Acesso em: 13 março 2019.

BOMFIM, Rosa Amorim. Competência profissional: uma revisão bibliográfica. *Organização Sistêmica, UNINTER*, v. 1, n. 1, p. 47-63, Jan-Jun, 2012. Disponível em: < <http://www.tc.df.gov.br/app/biblioteca/pdf/AR500493.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2019.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.mtecbo.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/>. Acesso em 1 fev. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 03. fev. 2020.

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

_____, CORREIA Maria Valéria Costa. Os desafios do controle social na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CARDOSO, Franci Gomes. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo**. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). **Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 141-163.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, Luciene Ferreira Mendes de; VASCONCELOS, Maria Vilma Almeida. A Efetivação do Projeto Ético-político do Serviço Social na Assistência Social. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.28, n. 1, p. 279-307, 2018.

CASTRO, Manuel Manrique Castro. **História do serviço social na América Latina**; tradução de José Paulo Netto e Blkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 1989.

CASTRO, Manuel Manrique. Prefácio. In: IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo : Cortez, 2014.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília: CFESS, 2012 Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

_____. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: Direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABPESS, 2009.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social** (Aprovado em 09 e Maio De 1986). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf>. Acesso em: 13 de março 2019.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/PAR JUR CFESS 11 2009.pdf>

<http://www.cfess.org.br/arquivos/parecerjuridico1608.pdf>

CONSELHO Federal de Serviço Social – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF), 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área**. Curitiba: CRV, 2017.

COLMÁN, Evaristo; TOSCAN, Francielle. Tecnologias de informação, processos de trabalho do assistente social e formação profissional. **Serviço Social em Revista**, V. MMMM 5- Número 2, Jan/Jun 2003.

COSTA, Rafaela Ribeiro Saraiva da. Reflexões acerca da construção dos direitos humanos e seu diálogo com o marxismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 313 - 327.

D'ARAÚJO, Maria Celina (et al). **As instituições na Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ : Ed. FGV. 1999.

DETONI, Priscila Pavan; MACHADO, Paula Sandrine; NARDI, Henrique Caetano. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 26(1): e45084, jan./abr. 2018.

DIÁRIO Oficial da União. **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**. Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Publicado em: 24/09/2018, Edição: 184, Seção: 1, Página: 3-4. Órgão: Atos do Poder Executivo. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/42013574/do1-2018-09-24-decreto-n-9-507-de-21-de-setembro-de-2018-42013422.

DUTRA, Joel Souza. *et al.* **Absorção do Conceito de Competência em Gestão de Pessoas: A percepção dos Profissionais e as Orientações Adotadas pelas Empresas**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30, 2006, Salvador/BA. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-gpra-2578.pdf>>. Acesso em: 12 de jun 2018.

FATES. Perfil tecnológico de setores industriais do Vale do Taquari – Rio Grande do Sul. **CODEVAT**, Lajeado, 1999.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Sistema da dívida pública: entenda como você é roubado**. In: SOUZA, Jessé; Valim, Rafael; et al. Resgatar o Brasil. São Paulo: Editora Contracorrente/Boitempo, 2018. p.61-81.

FELIX, Paulo Roberto. Cidadania e Capitalismo: uma análise a partir da crítica marxista do Direito. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.29, n. 1 (especial), p. 13-38, 2019

FERRETTI, Celso João. A Pedagogia Das Competências: Autonomia Ou Adaptação? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.23, n.81, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100016>. Acesso em: 13 março de 2019.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, Edição especial. 183-196, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552001000500010>. Acesso em: 13 março de 2019.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patricia Krieger. A perspectiva de gênero na política de assistência social: um debate necessário. **O Social em Questão**, n. 38, p. 2017-226, mai./ago. 2017.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional.

GUERRA, Yolanda. **Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco**. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 283-307.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. Prefácio à Edição Brasileira. In: ZARIFIAN, Phillipe. **Objetivo Competência: por uma nova lógica** / Phillipe Zarifian; tradução Maria Helena C. V. Trylinski. – São Paulo: Atlas, 2001.

HORST, Cláudio; Emilly Marques, TENÓRIO. Reflexões sobre a inserção profissional de assistentes sociais na conciliação de conflitos e mediação familiar. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 135, p. 308-326, maio/ago. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 12. ed. São Paulo : Cortez, 2013.

_____. **Serviço social em tempo fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo : Cortez, 2015.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade**. CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª Ed Amp. Brasília: CFESS, 2012.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo : Cortez, 2014.

IANNI, Otávio. **A construção da categoria**. HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr201. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 24 fev. 2019.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-187, jan./jul. 2017.

KRÜGER, Tânia Regina; MACHADO, Cristiane Ferrari Canez. O sentido da participação para o assistente social representante do gestor nos Conselhos de Assistência Social **Serviço Social e Revista.**, Londrina, V. 21, n.2, p. 463-482, Jan./Jun. 2019.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

MARINGONI, Gilberto. **Viralatismo em marcha: golpe visa redefinir lugar do Brasil no mundo**. In: SOUZA, Jessé; Valim, Rafael; et al. Resgatar o Brasil – São Paulo: Editora Contracorrente/Boitempo, 2018. p. 29-44.

MARTINELLI, M. L. **Serviço social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Ludson Rocha. A Questão dos documentos profissionais no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2008, p. 45-51.

_____. **O capital: crítica da economia política** : livro I : o processo de produção do capital / Karl Marx ; tradução Rubens Enderle.2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Friedrich Engels. **A ideologia alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros da; SILVA, Alessandra Ximenes da Silva. Pesquisa e Conhecimento da Realidade no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 35, jan./jun. 2018.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>>. Acesso em: 12 de maio 2018.

MARTINS, Valter. **O trabalho do assistente social no fio da navalha**: a cena das aparências e a performatividade. 2015. 210f. Tese de Doutorado em Serviço Social. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17728/1/Valter%20Martins.pdf>.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. O Primeiro-damismo e a Gestão da Assistência Social: desafios ao serviço social. **R. Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1 (especial), p. 311-338, 2019.

MEDEIROS, Mônica de Melo Joana; SANTANA, Joana Valente. A produção habitacional em pequenos municípios da Amazônia. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 01-26, jan.jul. 2018.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, nov. 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In: MOTA, A.E. et al. (Orgs.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.

_____. O movimento de reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 84, 2005, p.5-20.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade** nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. BRAZ. **Economia Política : uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo : Cortez, 2012.

PARENTE, Cristina. **Para uma análise da gestão por competências profissionais**. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Disponível em <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2469>>. Acesso em: 12 jun 2018.

PESSOA, M. L. (Org.). PIB e VAB do RS. In: _____. **Atlas FEE**. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/>. Acesso em: 7 abr. 2020.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 8 ed. Ver. Ampl. - São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

_____. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

_____. Reflexões críticas sobre pluralismo, ecletismo e Serviço Social.

PRÉDES, Rosa et al (colaboradores). Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2005.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011.

_____. **Polêmicas teóricas na análise marxiana do trabalho do Serviço Social**. Em Pauta, Rio de Janeiro, v.16, n.41, p.154-170, 1º Semestre de 2018. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36691. Acesso em: 12 set 2018.

_____. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo.** In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES, Vicente; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova Morfologia do trabalho no Serviço Social. Cortez, 2018, p. 25 a 65.

RAMOS, Marlise Nogueira. **A pedagogia das competências : autonomia ou adaptação?** São Paulo : Cortez, 2011.

_____. **A noção de competência na relação de trabalho e educação: superando mitos e traçando horizontes.** In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.) 1952 – Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011.p.15-33.

RAMOS, S. R. A importância da articulação entre ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.113-122, jul./dez. 2011.

REIDEL, Tatiana; KNEVITZ, Agnaldo; CLOSS, Thaisa Teixeira; PRATES, Jane Cruz; MACIEL, Ana Lúcia; CASTILHOS, Rosa Maria. **Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul.** Projeto Pesquisa. Porto Alegre: CRESS-RS, UFRGS, PUCRS, 2019.

_____. **Perfil, Formação e Trabalho do(as) Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul.** Banco de dados de Pesquisa. Porto Alegre: CRESS-RS, UFRGS, PUCRS, 2020.

REIS, Tiago Siqueira. Expropriação do funcionalismo público: o gerencialismo como projeto. **Katálisis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 80-89, jan./abr. 2019.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e competência.** São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época ; v.16).

SANTOS, Cláudia Mônica. **Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional da atualidade: desafios na atualidade.** In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 265-287.

SANTOS, Flávia Barbosa Pardini dos; STAMPA, Inez. Trabalhadores Assistentes Sociais em tempos de acirramento da precarização do trabalho. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 84-101, jan./jun. 2019.

- SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil - História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 265-285.
- SANTOS, Wederson Rufino dos. O circuito familista na Política de Assistência Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 388 - 402, ago./dez. 2017.
- SHAPPO, Sirlândia. Política Social no Brasil: entre a lógica do direito e do personalismo. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 17, n. 1, p. 214 - 227, jan./jul. 2018.
- SILVA, Edjane dos Santos Silva. **Pedagogia do capital: uma análise crítica da influência da Teoria do Capital Humano nas políticas de educação profissional no Brasil em tempos neoliberais**. In: CARVALHO, Maria Lucia Mendes de (org.) 1952 – Cultura, Saberes e Práticas: Memórias e História da Educação Profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 251-299.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7ª ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- SILVA, Paulo Julião da Silva. **A Igreja Católica e as relações políticas com o Estado na Era Vargas**. In: XI Encontro Estadual de História, 2012, Rio Grande. Anais eletrônicos. Rio Grande: FURG, 2012. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-/anais/18/1346280564_ARQUIVO_textoparaaanpuh-rs.pdf>. Acesso em 12 maio 2019.
- SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Profissionalidade do Serviço Social: Estatuto sócio-jurídico e legitimidade construída no “modelo” de competências**. PUC-SP. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17644/1/Jucimeri%20Isolda%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 22 de jun 2018.
- SIMIONATTO, I. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n 8, p.31-41, 2004.
- SOUZA, Cristiane Gonçalves de; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Possibilidades de trabalho social com as famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento integral à Família – PAIF. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 22, n.1, p. 71-92, jul./dez. 2019
- SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 531-559, jul./set. 2014.

TRIBUNAL de Justiça do Rio Grande do Sul. **Programa Justiça Restaurativa para o Século 21**. Relatório de Gestão. Exercício 2015. Porto Alegre, 2016.

Disponível em:

https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/corregedoria_geral_da_justica/projetos/projetos/justica_sec_21/Relatorio_de_Gestao_2015_Programa_JR21_TJRS.pdf.

UNIVATES. **Histórico**. Disponível em:

<https://www.univates.br/institucional/historico>. Acesso em: 02. fev. 2020.

UNIVATES. **O comércio internacional do Vale do Taquari em 2008**. Lajeado, 2009. Disponível em:

https://www.univates.br/media/bdr/aspectos_do_vale/1241444827_16_-_o_comercio_internacional_do_vt_28_01_2009.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, R. O serviço social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p. 5-32, set., 2008.

ZACARIAS, Inês Rocha. **A influência da teoria marxiana no trabalho do assistente social**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2013.

Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5057>. Acesso em: 10 março 2019.

WELLEN, Henrique; ROCHA, Miliane Pinheiro; OLIVEIRA, Julliane Trindade. Sob o casaco de Marx? A categoria da alienação no Serviço Social. **Katalysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 320-329, mai./ago. 2019.

REFERÊNCIAS PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

AMICUCCI, Eliane Marques de Menezes; OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Significado da supervisão acadêmica de estágio na formação profissional do assistente social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 20, n. 2, 2018.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHERER, Giovane Antônio. Visita domiciliar no trabalho do assistente social: reflexões sobre as técnicas operativas e os desafios ético-políticos na atualidade. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 17 n. 2, 2017.

COSTA, Jorge Lopes da; PINTO, Carla; CARVALHO, Maria Irene. A política de saúde portuguesa na austeridade: um olhar do Serviço Social. **Katálysis**, Santa Catarina. v. 20 n.3, 2017.

GOMES, Daniele Cristina Silva; PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A Supervisão de estágio como atribuição do assistente social inserido em programas de residência –questões para o debate. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 17 n. 2, 2017.

KUSS, Cristine; LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A Preceptoria de Núcleo de Serviço Social nos programas de residência multiprofissional em Porto Alegre, RS. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 19 n. 02, 2019.

LEITE, Rose Mery dos Santos Costa. O Processo de Institucionalização do Serviço Social em uma Empresa de Energia: história e eixos de intervenção. **Libertas**, v. 16, n. 2, 2017.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **Katálysis**, Santa Catarina. v. 20 n.3, 2017.

OLIVEIRA, Andréia de; GHIRALDELLI, Reginaldo. O Serviço Social na atenção primária à saúde. **Em pauta**. Rio de Janeiro, n. 44, 2019.

PEDROSO, Andreia Pereira. Estudo socioeconômico: atribuição privativa do serviço social? **Libertas**, Juiz de Fora, v. 18 n. 2, 2018.

SANTOS, José Whellison Brito dos; SILVA, Sheyla Suely Souza. Demandas institucionais e respostas profissionais: novas aproximações ao debate. **Temporalis**, Brasília, v. 18 n. 36, 2018.

SANTOS, Marta Alves; SENNA, Mônica de Castro Maia. Educação em Saúde e Serviço Social: instrumento político estratégico na prática profissional. **Katálysis**, Santa Catarina. v. 20 n.3, 2017.

SILVA, Alessandra Ximenes da; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro; NÓBREGA, Mônica Barros da. Pesquisa e conhecimento da realidade no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, v. 18 n. 35, 2018.

SUAVE, Angela Michele. As especificidades urbanas na relação do serviço social com os movimentos sociais. **Temporalis**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2018.

APENDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Grupo Focal

O presente termo de consentimento refere-se a um convite para que participe da pesquisa intitulada: Perfil, Formação e Trabalho do(a) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul tendo como pesquisadora responsável a Profa. Dra. Tatiana Reidel, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS . Trata-se de uma pesquisa interinstitucional realizada em parceria entre UFRGS, PUCRS e Conselho Regional de Serviço Social. O estudo tem como objetivo geral: Investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria no fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional.

A coleta de dados na sua primeira etapa ocorreu por meio de preenchimento de questionário pelo(a)s Assistentes Sociais ativo(a)s no CRESS 10ª Região e contamos com programa específico para o armazenamento dos dados obtidos. Para segunda etapa será realizado Grupo Focal com os/as Assistentes Sociais vinculados e ativos ao CRESS/RS que aceitarem participar dessa etapa.

Você está sendo convidado para participar desta segunda etapa da pesquisa cuja metodologia de pesquisa a ser utilizada envolve a realização de abordagem em grupo, denominada Grupo Focal, onde serão apresentados alguns temas relacionados ao Trabalho da(o) Assistente Social e aos Fundamentos e Competências profissionais objetivando aprofundar a análise qualitativa da pesquisa nas referidas temáticas, as quais poderão ser analisadas e discutidas pelos participantes da pesquisa neste espaço que buscará garantir a integridade dos participantes. O tempo estimado para realização do grupo focal é estimada entre 60 a 120 minutos.

A participação oferece risco mínimo de possível desconforto, relacionado ao tempo de realização do Grupo e talvez com algum conteúdo em relação ao seu trabalho sendo que se ocorrerem estas situações, a pesquisadora se responsabilizará em atender a situação caso seja necessário. Caso demande atendimento específico, a pesquisadora fará encaminhamento à rede pública de saúde. Destaca-se a garantia da liberdade, que possibilita ao participante da pesquisa interromper ou sair dela a qualquer momento da pesquisa sem ônus. No processo de análise e produção/publicação posterior a pesquisa, será mantido o sigilo quanto a sua identidade. Os benefícios em participar da pesquisa se constituirão em contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre o Perfil, Formação e Trabalho do(a) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul. Assim como se constitui um espaço de escuta, reflexão e troca entre a categoria profissional sobre seu perfil e trabalho. As manifestações orais serão gravadas e após transcritas para que posteriormente possam ser analisadas.

Os materiais coletados ficarão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável - no Instituto de Psicologia na sala 318 do Anexo-Saúde/UFRGS- Ramiro Barcelos, 2777/Santana/POA, pelo período de cinco anos. A participação no estudo não acarretará custos para o participante, bem como este não será ressarcido pela sua participação.

Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Tatiana Reidel pelo telefone 51 - 3308.5700 e pelo e-mail tatyhar@terra.com.br, ou contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2600, Santana – Porto Alegre/RS - telefone 51 - 33085698).

Sendo assim, pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado sobre os objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e concordo em participar do mesmo. Fui igualmente informado e esclarecido sobre a garantia de poder retirar meu consentimento em participar da pesquisa, de solicitar informações sobre este estudo pelos contatos acima indicados. Concordo com a utilização dos dados e resultados da pesquisa para elaboração de material de ensino em Serviço Social, documentários, artigos e publicações divulgando e socializando os achados da mesma.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura: _____ Data: _____

Pesquisador(a): _____

Assinatura: _____ Data: _____

Apêndice B - Roteiro Grupo Focal- Nucess Vale Do Taquari

1. Em relação às condições e relações de trabalho do seu espaço socio-ocupacionais o que você destacaria?
2. Quais são as competências profissionais são exigidas no seu trabalho?
3. Há outras competências profissionais que você destacaria como importantes no seu trabalho?
4. Diante destas competências destacadas, como vocês definiriam seu objeto de trabalho?
5. Como vocês visualizam o Projeto Ético Político do Serviço Social no cotidiano de trabalho?
6. Como você entendem o que seria os Fundamentos do Serviço Social?
7. Qual a(s) principais teoria(s), o(s) método(s) e conhecimentos que fundamentam o seu trabalho?
8. Quais as facilidades e dificuldades de articular o marxismo no dia-a-dia de trabalho? (se aparecer o marxismo na questão 7).
9. Vocês gostariam de contribuir com mais alguma questão diante do que foi discutido?

ANEXOS

Anexo A - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido- Questionário

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa denominada **PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Você foi selecionado, por ser assistente social, vinculado e ativo junto ao Conselho Regional de Serviço Social e pertencer, portanto, à categoria profissional.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com as instituições com as quais se relaciona.

Este estudo pretende investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho do(as) Assistentes Sociais no estado do Rio Grande do Sul com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria e das Universidades que formam assistentes sociais, professores e pesquisadores para atuarem nessa área, na perspectiva do fortalecimento hegemônico do Projeto Ético-Político Profissional. Assim, sua participação, se constitui como de extrema importância no sentido de dar visibilidade às dificuldades vivenciadas no trabalho, assim como das possibilidades de resistência encontradas nesse contexto.

Sua participação nesta primeira fase da pesquisa consiste em responder a um questionário organizado pelos pesquisadores, com duração em torno de uma hora, que abará os eixos de formação, trabalho e fundamentos profissionais.

Os riscos de sua participação são mínimos e relacionados às emoções que podem surgir durante a realização da entrevista.

Os benefícios relacionados com a sua participação são a possibilidade de contribuir com conhecimentos que podem tornar visíveis e coletivos tanto os desafios postos ao Serviço Social, assim como o fortalecimento da profissão e a construção de resistências.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados serão inseridos na Plataforma Survey Monkey, sem a sua identificação, e posteriormente serão analisados quantitativamente.

Toda e qualquer informação obtida será de responsabilidade dos pesquisadores que as manterão guardadas por cinco anos, em armário cuja chave ficará de posse apenas dos pesquisadores. Após esse período, as informações serão destruídas. Você receberá uma cópia desse termo no qual consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, endereço esse no qual as informações ficarão guardadas, assim como do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Tatiana Reidel - Pesquisador Principal

Pesquisador Principal: Tatiana Reidel

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº, 2.777, bairro, Anexo da Saúde. Sala 318, Armário 1.

E-mail: _____

Telefone: () _____

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: _____

Telefone: () _____

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____/____/____
Participante da Pesquisa, Data da Entrevista

Anexo B - Roteiro Do Questionário

PESQUISA INTERINSTITUCIONAL PERFIL, FORMAÇÃO E TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO RIO GRANDE DO SUL (REIDEL ET AL, 2020)**BLOCO 1 – QUESTÕES RELACIONADAS COM O PERFIL DO PROFISSIONAL**

1. Cidade onde reside _____

2. A cidade onde reside é mesma onde trabalha?

Não

Sim

3. Idade: _____

4. Identidade de Gênero (autodeclaração)

Feminina

Masculina

Travesti

Transexual feminina

Transexual masculina

Não binária

Outra

5. Etnia/cor autodeclarada

Amarela

Branca

Indígena

Parda

Preta/negra

Outra

6. Estado Civil

Casado/a

Divorciado/a

União Estável

Separado/a

Solteiro/a

Viúvo/a

7. É praticante de alguma religião?

Não

Sim

7.1 Se é praticante de alguma religião, qual

Budista

Católico Romano

Candomblé

Espírita

Evangélica

Evangélica Pentecostal

Islâmica

Judaica

Católico Ortodoxo

Umbanda

- Testemunha de Jeová
- Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
- Tradições Indígenas
- Outra
- Nenhuma

8. O Serviço Social foi a sua primeira opção no processo seletivo para o ensino superior?

- Não
- Sim

8.1 Se não, qual era a sua primeira opção?

- Ciência política
- Ciências sociais
- Direito
- História
- Pedagogia
- Psicologia
- Saúde coletiva
- Outras

8.2 Por que não cursou a mesma?

- Custo da mensalidade
- Achou difícil
- Distância geográfica
- Não passou no vestibular
- Não contemplava dimensão interventiva
- Turnos oferecidos não permitia trabalhar
- Outro

8.3 Indique a sua instituição de formação (se possui mais de uma, indique a que concluiu o curso): _____

9. Indique a modalidade da formação:

- Presencial
- Ensino a Distância (EaD)
- Semipresencial

10. Indique o ano de Conclusão da Graduação: _____

11. Sinalize, caso possua, curso(s) de Pós-Graduação, Área de Conclusão:

- Pós-Graduação Concluída
- Especialização
- Serviço Social () Outra Área () Não fez

2. Residência

- Serviço Social () Multiprofissional () Não fez

3. Mestrado Acadêmico

- Serviço Social () Outra Área () Não fez

4. Mestrado Profissional

- Sim () Não

5. Doutorado

- Serviço Social () Outra Área () Não fez

12. Durante a sua formação, em nível de graduação, você teve acesso a:

- 1 () atividades exclusivamente ligadas ao ensino.
- 2 () atividades de ensino de extensão
- 3 () atividades de ensino de pesquisa

4.() outras atividades.Cite_____

13. Qual é a avaliação que você faz da formação que recebeu em nível de graduação, considerando o seguinte:

13.1 Desenvolvimento de competências teórico-metodológicas

1 () muito satisfeito 2() satisfeito 3() nem satisfeito e nem insatisfeito 4 () insatisfeito 5() muito insatisfeito

13.2 Desenvolvimento de competências ético-políticas

1() muito satisfeito 2() satisfeito 3() nem satisfeito e nem insatisfeito 4() insatisfeito 5() muito insatisfeito

13.3 Desenvolvimento de competências técnico operativas

1 () muito satisfeito 2() satisfeito 3() nem satisfeito e nem insatisfeito 4 () insatisfeito 5() muito insatisfeito

13.4 Experiência nos estágios curriculares

1 () muito satisfeito 2() satisfeito 3() nem satisfeito e nem insatisfeito 4 () insatisfeito 5() muito insatisfeito

14. Você teve vivências/participou, no período de graduação, de espaços e/ou representações da categoria profissional e/ou da organização estudantil?

0.() Não

1.() Sim

14.1 Se sim, responda abaixo como se sentiu:

14.1() muito satisfeito 14. 2() satisfeito 14.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 14.4() insatisfeito 14. 5() muito insatisfeito

15. Quanto à qualificação do corpo docente você se considera:

15.1() muito satisfeito 15. 2() satisfeito 15.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 15.4() insatisfeito 15. 5() muito insatisfeito

16. Quanto às metodologias de ensino você se considera:

16.1() muito satisfeito 16.2() satisfeito 16.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 16.4() insatisfeito 16.5() muito insatisfeito

17.Quanto à Infraestrutura da Instituição de Ensino Superior (IES) você se considera:

17.1() muito satisfeito 17.2() satisfeito 17.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 17.4() insatisfeito 17.5() muito insatisfeito

18. Quanto à Articulação da formação com o movimento da realidade e da conjuntura você se considera:

18.1() muito satisfeito 18.2() satisfeito 18.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 18.4() insatisfeito 18.5() muito insatisfeito

19. Quanto à Articulação da formação com a realidade do mercado de trabalho você se considera:

19.1() muito satisfeito 19.2() satisfeito 19.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 19.4() insatisfeito 19.5() muito insatisfeito

20.Você avalia que a formação obtida, em nível de graduação, atendeu as exigências que se colocam para o trabalho profissional?

20.1() muito satisfeito 20.2() satisfeito 20.3() nem satisfeito e nem insatisfeito 20.4() insatisfeito 20.5() muito insatisfeito

BLOCO 3 - QUESTÕES RELACIONADAS COM O TRABALHO PROFISSIONAL**21. Você está trabalhando na área do Serviço Social?**

- 0. () Não.
- 1. () Sim.

22. Caso não esteja trabalhando na área do Serviço Social, explique o motivo:

- () Não foi selecionado nas entrevistas de emprego
- () Não se identificou com o trabalho
- () Pouca oferta de vagas
- () Está estudando para concurso público
- () Está esperando ser chamado em algum concurso público
- () Não passou em concurso
- () Não abriu concurso
- () Não se sentiu em condições de assumir o trabalho como Assistente Social
- () Outro

23. Caso esteja trabalhando como Assistente Social, cite qual atividade exerce:

- () Agente Comunitário de Saúde
- () Agente Social
- () Auxiliar Administrativo
- () Conselheiro Tutelar
- () Cuidador
- () Educador Social
- () Oficineira
- () Terapeuta
- () Outro

24. Atualmente você possui quantos vínculos de trabalho?

- 0 () Nenhum
- 1. () 1
- 2. () 2
- 3. () 3
- 4. () 4

25. A sua carga horária total de trabalho semanal é de:

- 1. () Menos de 20h
- 2. () Entre 20h e 24h
- 3. () Entre 25h e 30h
- 4. () Entre 31h e 40h
- 5. () Entre 41 e 50h
- 6. () Entre 51 e 60h
- 7. () Mais de 60h
- 8. () Nenhum

26. Indique a função exercida no espaço de trabalho:**27. Indique a natureza da instituição que trabalha:**

- 1 () Setor público municipal
- 2 () Setor público estadual
- 3 () Setor público federal
- 4 () Organização não Governamental sem Fins Lucrativos
- 5 () Empresa Privada
- 6 () Organização da sociedade civil de interesse público
- 7 () Organização social
- 8 () Fundação
- 9 () Autônomo
- 10 () Voluntário

- 11() Sindicato associação movimento social e ou popular
 12() Outro
 13() Nenhum

28. Indique o tipo de vínculo empregatício:

Indique a forma de contratação de seu principal vínculo empregatícios

- 1() Celetista (CLT)
 2() Contrato temporário
 3() Prestação de serviço
 4() Cargo Comissionado
 5() Estatutário
 6() Cooperativado
 7() Terceirizado
 8() Autônomo
 9() Outro
 10() Nenhum

29. Em relação a sua remuneração mensal, indique o valor que mais se aproxima da mesma

- () Até R\$ 1.000,00
 () De R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00
 () De R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00
 () De R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00
 () De R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00
 () De R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00
 () De R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00
 () De R\$ 9.001,00 a R\$ 11.000,00
 () De R\$ 11.001,00 a R\$ 13.000,00
 () De R\$ 13.001,00 a R\$ 15.000,00
 () Mais de R\$ 15.000,00
 () Nenhum

30. Indique a política social predominante no seu trabalho:

1. () saúde
 2. () previdência
 3. () assistência social
 4 () Outra, cite qual: _

31. Assinale o(s) objeto(s) do seu trabalho como assistente social, considerando as competências exercidas no seu espaço sócio ocupacional:

1. () As relações sociais e/ou familiares
 2. () O empoderamento/fortalecimento dos sujeitos sociais.
 3. () As múltiplas expressões da questão social
 4. () Os problemas sociais
 5. () As vulnerabilidades e riscos sociais
 6. () Ajuda humanitária
 7. () Outro. Qual? _____

32. Assinale o(s) referencial(is) utilizado(s) para fundamentar o seu trabalho e as competências profissionais exercidas:

1. () Referências pós-modernos;
 2. () Referências positivistas/funcionalistas;
 3. () Referências fenomenológicos/existencialistas;
 4. () Referências clínicos, sistêmicos ou terapêuticos;
 5. () Teoria social marxista/método dialético-crítico;
 6. () Diversos referenciais de modo integrado;
 7. () Outro(s). Qual(is)? _____
 8. () Explique brevemente sua escolha (opcional): _____

33. Assinale com um X como você avalia as condições técnicas e éticas para realização de seu trabalho:

Elementos	3 Totalment e adequado	2 adequado	1 Inadequado
33.1 – Iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional (Res. CFESS/2006 493. Art. 2º, a);			
33.2 – Recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional (Res. CFESS/2006493. Art. 2º, b);			
33.3 – Ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas (Res. CFESS/2006 493. Art. 2º, c);			
33.4 – Espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (Res. 493. CFESS/2006, Art. 2º, d)			
33.5 – O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo (Res. CFESS/2006 493. Art. 3º);			
33.6 – O material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais (Res. CFESS/2006 493. Art. 4º) (podendo estar em outro espaço físico, conforme Art. 5º);			

34. Avalie os impactos das condições e relações de trabalho no seu espaço sócio ocupacional para o desenvolvimento destas competências profissionais de acordo com a legenda a seguir:

- 3 Concordo plenamente
- 2 Concordo parcialmente
- 1 Não concordo

- 34.1() A estrutura física e recursos disponibilizados é adequada ao desenvolvimento das ações profissionais.
- 34.2() A composição da equipe de trabalho/recursos humanos é adequada ao desenvolvimento das ações profissionais.
- 34.3() Possui autonomia no desenvolvimento das competências profissionais em Serviço Social
- 34.4.() Os pareceres e posicionamentos profissionais são respeitados e valorizados na equipe de trabalho.
- 34.5() As demandas e solicitações realizadas pela equipe, chefia e usuários do serviços conseguem ser atendidas de forma planejada e com qualidade.
- 34.6() Consegue desenvolver o trabalho de acordo com a orientação ético-político e teórico-metodológica de sua escolha.

35. Classifique as competências e atribuições exercidas no seu trabalho como assistente social de acordo com a legenda a seguir:

- (1) Exerço sistematicamente
- (2) Exerço esporadicamente
- (3) Não exerço

- 35.1.() Orientação e acompanhamento de indivíduos, famílias e grupos sociais
- 35.2.() Realização de estudos socioeconômicos, elaboração de relatórios e pareceres sociais
- 35.3.() Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e outras entidades
- 35.4.() Assessoria, apoio a movimentos sociais e ações de mobilização social
- 35.5.() Desenvolvimento de processos de investigativos/pesquisas
- 35.6.() Supervisão direta de estagiários de Serviço Social
- 35.7.() Planejamento, organização e administração de benefícios sociais
- 35.8.() Gestão/direção de Unidade ou setor de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;
- 35.9.() Implementação e/ou execução de políticas e serviços sociais
- 35.10.() Formulação e/ou avaliação de políticas e serviços sociais
- 35.11.() Gestão de políticas e serviços sociais
- 35.12.() Elaboração e/ou coordenação de projetos sociais
- 35.13.() Outra (s). Quais? _____

36. Quais os três principais desafios/ dificuldades para o exercício de seu trabalho identificados no seu espaço socio-ocupacional?

- 36.1() insegurança do emprego
- 36.2() precárias formas de contratação
- 36.3() intensificação do trabalho
- 36.4() aviltamento dos salários
- 36.5() pressão pelo aumento da produtividade
- 36.6() pressão por resultados imediatos
- 36.7() ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo
- 36.8() falta de perspectivas de progressão na carreira
- 36.9() falta de perspectiva de ascensão na carreira
- 36.10() ausência de educação permanente
- 36.11() Outro

37. Quais as principais precarizações vivenciadas no seu trabalho?

- 37.1.() Contrato de trabalho
- 37.2.() Condições salariais
- 37.3.() Condições/recursos insuficientes para a realização do trabalho
- 37.4() outro

38. Identifica possibilidades de resistência frente as precarizações vivenciadas no trabalho?

- 38.0() Não
- 38.1() Parcialmente
- 38.2() Sim

38.1 Se sim, qual(quais) ? _____

39. Se teve algum problema de saúde relacionado ao trabalho, desenvolvido nos últimos 5 anos, identifique qual(is) foram:

1. () Síndrome do pânico
2. () Depressão
3. () Doenças osteomusculares (ler/dort, coluna entre outras)
4. () Cefaleia crônica (ou enxaqueca crônica)
5. () Gastrites e outras doenças digestivas
6. () outros

40. Quais destes itens de 01 a 5 considera fator que mais causa agravo a sua saúde na relação com o trabalho. Numere na ordem de maior impacto na sua saúde :

- () sobrecarga de trabalho
- () pressão de (ordem hierárquica) por parte de chefia para cumprimento de tarefas ou metas
- () na relação com os colegas
- () falta de condições de atendimento à população usuária
- () a realidade social vivenciada pela população usuária
- () outros

41. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu assediado moralmente no local de trabalho?

- 0 () Não.
- 1 () Sim

42. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu assediado sexualmente no local de trabalho?

- 0 () Não
- 1 () Sim

43. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua cor no local de trabalho?

- 0 () Não.
- 1 () Sim

44. Nos últimos 5 anos, você já se sentiu alvo de preconceito pela sua orientação sexual no local de trabalho?

- 0 () Não
- 1 () Sim

45. No exercício das suas atribuições profissionais, atua como supervisor de campo?

- 45.1. () Sim, por motivação própria.
- 45.2. () Sim, por pressão institucional.
- 45.3. () Não.

46. Se a resposta for sim, quantos (as) estagiários (as) você supervisiona?

- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5 ou mais

47. Qual a carga horária de trabalho utilizada para a supervisão de estágio?

- () 1h
- () 2h
- () 3h
- () 4h
- () 5h
- () 6h
- () 7h
- () 10 h

48.No exercício das suas atribuições profissionais, atua como supervisor acadêmico?

0() Não.

1() Sim

49. Se a resposta for sim. Quantos/as estagiários/as supervisionas?

() 1 - 15

() 16 - 30

() acima de 31

50.Qual a carga horária semanal de trabalho utilizada para a supervisão de acadêmica?

() 1h

() 2h

() 3h

() 4h

() 5h

() 6h

() 7h

() 10 h

51.Participas de Fórum de Estágios?

0() Não.

1() Sim

52.Se sim, qual(is)fóruns?.

52.1.() Fórum Local.

52.2.() Fórum Regional.

52.3.() Fórum Estadual.

52.4.() Fórum Nacional

BLOCO 4 - QUESTÕES RELACIONADAS COM AS ENTIDADES POLÍTICO- ORGANIZATIVAS DA CATEGORIA

53. Como avalia o papel do conjunto CFESS/CRESS?

53.1() muito satisfeito .

53.2() satisfeito.

53.3() nem satisfeito e nem insatisfeito .

53.4() insatisfeito .

53.5() muito insatisfeito

54.Como avalia o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)?

54.1() muito satisfeito .

54.2() satisfeito.

54.3() nem satisfeito e nem insatisfeito .

54.4() insatisfeito .

54.5() muito insatisfeito

55.Como avalia o papel da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO)?

55.1() muito satisfeito .

55.2() satisfeito.

55.3() nem satisfeito e nem insatisfeito .

55.4() insatisfeito .

55.5() muito insatisfeito

56. Como avalia o papel da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)?

- 56.1 () muito satisfeito .
56.2 () satisfeito.
56.3 () nem satisfeito e nem insatisfeito .
56.4 () insatisfeito .
56.5 () muito insatisfeito

57. Participa ou já participou da Gestão das Entidades Representativas da Categoria?

0. () Não
1. () Sim

58. Se sim, quais?

- 58.1 () CFESS
58.2 () CRESS
58.3 () ABEPSS
58.4 () ENESSO

59. Atualmente participa de algum espaço de organização da categoria? (NUCRESS, GT's ou Comissões vinculadas ao CRESS)?

- 59.1. () Sim
59.2. () Não

60. Se sim, qual(is)?

- 60.1 () NUCRESS
60.2 () GT
60.3 () Comissão vinculada ao CRESS

61. Participa de eventos/ações formativas promovidas pelas entidades político-organizativas da categoria?

- 61.1 () Sim
61.2 () Não

62. Participa de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?

- 62.1. () Sim
62.2. () Não

63. É sindicalizado?

- 63.1 () Não
63.2 () Sim

64. Participa de espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?

- () Sim
() Não

65. Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?

- () Conselhos
() Fóruns
() Frentes
() Comissões/Comitês
() Audiências públicas

66. Representa a categoria dos/as assistentes sociais em espaços de incidência no campo dos direitos humanos e das políticas públicas?

- () Sim

Não

Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?

- Conselhos
- Fóruns
- Frentes
- Comissões/Comitês
- Audiências públicas
- Outros

67. Participa de alguma atividade política?

- Sim
- Não

68. Se a resposta da questão anterior for SIM, de quais espaços participa?

- Partidos políticos
- Sindicatos
- Fórum de trabalhadores/as
- Associações de trabalhadores/as
- Outros

BLOCO 5 – QUESTÕES RELACIONADAS COM EDUCAÇÃO PERMANENTE

69. Você considera importante participar de processos de educação de permanente: 69.0()

Não

69.1() Sim

70. Você vivencia experiências de educação de permanente no seu trabalho?

70.0() Não

70.1() Sim.

71. Considerando a realidade de seu trabalho, na perspectiva da educação permanente, quais saberes são emergentes e necessários para o exercício da profissão?

- 1() Fundamentos em Serviço Social
- 2() Trabalho com famílias
- 3() Planejamento, monitoramento e avaliação
- 4() Trabalho interdisciplinar e intersetorial
- 5() Abordagem grupal
- 6() Pesquisa Social
- 7() Análise Territorial
- 8() Outro

72. Indique modalidades de educação permanente que você possui interesse/necessidade/motivação em participar:

- 1() Rodas de conversa
- 2() Grupo de supervisão profissional
- 3() Seminários
- 4() Curso de curta duração.
- 5() Oficinas teórico-práticas.
- 6() Curso de especialização.
- 7() Curso de mestrado.
- 8() Curso de doutorado
- 9() Outro (s). Quais? _____